



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JONATHAN CARVALHO DE FARIA

RUY MAURO MARINI, UM RESGATE HISTÓRICO-TEÓRICO-MILITANTE:
balanço histórico das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e
subimperialismo

Recife - PE

2020

JONATHAN CARVALHO DE FARIA

RUY MAURO MARINI, UM RESGATE HISTÓRICO-TEÓRICO-MILITANTE:

balanço histórico das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e
subimperialismo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco -
PPGSS/UFPE para a obtenção do título de
Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social,
Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

Recife - PE

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

F224r

Faria, Jonathan Carvalho de

Ruy Mauro Marini, um resgate histórico-teórico-militante: balanço histórico das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo / Jonathan Carvalho de Faria. - 2020.

134 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2020.

Inclui referências.

1. Teoria marxista da dependência. 2. Dependência. 3. Subimperialismo. I. Souza, Marco Antonio Mondaini de (Orientador). II. Título

361 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2021 – 005)

Jonathan Carvalho de Faria: “Ruy Mauro Marini, um resgate histórico-teórico-militante: balanço histórico das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - PPGSS/UFPE para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 27/11/2020 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza (Orientador e Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Evelyne Medeiros Pereira Soares (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof. Dr. David Wallace Cavalcante da Silva (Examinador Externo)

Universidade Católica de Pernambuco

Recife, 27 de novembro de 2020.

Em um mundo que não temos a plena liberdade de exercer a nossa humanidade e solidariedade, dedico este trabalho a(os) proletárias(os) de todo mundo que carregam o peso e a destruição objetiva e subjetiva que a irracionalidade do capitalismo nos traz. Em especial, dedico também este trabalho a todas as pessoas que deram suas vidas para o avanço das lutas da nossa classe e apresentaram contribuições para a construção de uma teoria que possa nos ajudar a transformar esta sociedade pela raiz.

AGRADECIMENTOS

Apesar de a escrita deste trabalho ser creditada a mim, a produção deste trabalho só foi possível graças a algumas pessoas que compartilharam suas vidas e me prestaram solidariedade na produção deste texto. É com muita alegria que eu constato que não poderei citar a todas e todos que me ajudaram em virtude da quantidade de pessoas. No entanto, não poderei deixar de citar alguns nomes que foram determinantes na produção e consecução deste trabalho.

Agradeço imensamente à grande quantidade de pessoas que me ajudaram a dar meus primeiros passos em direção ao ingresso do mestrado. Em especial à prof. Vânia Maria Manfroi do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o doutor em Educação, Allan Kenji Seki também desta instituição. O acolhimento e carinho recebido, me ajudando a elaborar um pré-projeto de pesquisa, certamente figura entre um dos meus grandes exemplos de atuação docente no ensino superior público.

Para conseguir chegar em uma nova cidade, recebi contribuições de diversos técnicos administrativos e professores da UFSC, em especial das(o): prof^a Célia Vendramini (CED/UFSC), da jornalista Elaine Tavares (IELA/UFSC) e do prof^o Helder Sarmento (PPGSS/UFSC). Sem a ajuda dessas pessoas, não conseguiria ter passado os primeiros meses na cidade de Recife. Sou muito grato pela solidariedade e confiança na minha proposta de trabalho e de militância.

Em Recife, dentre o imenso acolhimento e solidariedade que a mim foram prestados, destaco os proprietários da *Casa Astral*, Margarida, Philipe, Alice e Gil que gentilmente cederam o espaço para que eu pudesse finalizar a escrita deste trabalho. Também agradeço aos professores da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), aos meus colegas de pós-graduação e a Marco Mondaini, meu orientador, por possibilitarem a realização do mestrado nesta instituição.

Ao meu amigo e companheiro de lutas Renato Ramos Milis, sou grato também pela sua paciência e disponibilidade nas ponderações sobre a dissertação sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência.

Por fim agradeço a Natáli, Cecília e a minha família. Todo o carinho, amorosidade e compreensão dedicados neste processo foram centrais para a consecução e término deste trabalho. Ainda não encontrei palavras para expressar o quanto eu sou grato a essas últimas pessoas e quanto foi transformador poder compartilhar da companhia (mesmo que a distância em alguns casos) dessas pessoas durante este processo. Como podemos ver, este trabalho não é fruto de uma produção individual, mas sim da mobilização e solidariedade de diversos lutadores que empenharam o seu tempo e energia no auxílio da escrita desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo entender a evolução da categoria dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo ao longo da produção intelectual de Ruy Mauro Marini. Para dar conta deste processo, iniciamos a pesquisa com um resgate histórico da vida, militância e produção intelectual deste autor, que é um dos principais nomes da Teoria Marxista da Dependência. Com base neste resgate histórico, na pesquisa no acervo de suas obras do portal da Universidade Autônoma do México (UNAM) e de materiais publicados no Brasil, selecionamos alguns materiais que representam boa parte dos principais textos que abordam as categorias que pretendemos analisar. A partir deste resgate histórico, realizamos o recorte das análises do autor em dois momentos. O primeiro, através das obras *Subdesenvolvimento e Revolução* e *Dialética da Dependência*, representa uma fase de consolidação e síntese da base teórica das categorias estudadas. Em seguida, selecionamos alguns textos que representam uma evolução, manutenção ou mudança da determinação das categorias estudadas na década de 1970 e, pontualmente, mas mantendo a representatividade dos respectivos períodos, nas décadas de 1980 e 1990. Com base nessas análises, percebemos que as categorias estudadas, ao longo da vida de Marini, vão se complexificando na medida em que esta vai se saturando de determinações e ao passo do desenvolvimento econômico da época. Percebemos também como que estas três categorias estão intimamente ligadas entre si e como estas são frutos de um esforço em apreender teoricamente a formação sócio-econômica e o desenvolvimento capitalista na América Latina e, em especial, no Brasil. Por fim, ao fazer o resgate histórico da vida do autor e do contexto em que cada uma das obras se situa, pudemos observar o quão intimamente sua vida teórica e profissional esteve ligada com a sua militância e com a necessidade da revolução enquanto um instrumento de emancipação da classe trabalhadora.

Palavras chave: Ruy Mauro Marini. Teoria Marxista da Dependência. Teoria da Dependência. Superexploração da Força de Trabalho. Subimperialismo.

ABSTRACT

This work aims to understand the evolution of the dependency category, super-exploitation of the workforce and sub-imperialism along the intellectual production of Ruy Mauro Marini. To account for this process, we started the research with a historical rescue of the life, militancy and intellectual production of this author, who is one of the main names of the **Marxist dependency theory**. Based on this historical rescue, in the research from the portal of the Autonomous University of Mexico (UNAM) and from materials published in Brazil, we selected some materials that represent a good part of the main texts that address the categories we intend to analyze. From this historical rescue, we performed the analysis of the author in two moments. The first, through the works *Underdevelopment and Revolution* and *Dialectic of Dependency*, represents a phase of consolidation and synthesis of the theoretical basis of the categories studied. Then, we selected some texts that represent an evolution, maintain or change in the determination of the categories studied in the 1970s, and occasionally but maintaining the representativeness of the respective periods, in the 1980s and 1990s. Based on these analyzes, we realized that the categories studied, throughout Marini's life, become more complex as it becomes saturated with determinations and to the step of economic development of the time. We also perceive how these three categories are closely linked together and how these are the result of an effort to theoretically apprehend socio-economic formation and capitalist development in Latin America and, especially in Brazil. Finally, by making a historical recovery of the author's life and the context in which each of the works is located, we could observe how intimate his theoretical and professional life was connected with his activism and with the need for revolution as an instrument of emancipation of the working class.

Keywords: Ruy Mauro Marini. Marxist Theory of Dependency. Dependency Theory. Super-exploitation of the workforce. Sub-imperialism.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Teoria Marxista da Dependência e as categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo.....	13
1.2 Apontamentos metodológicos.....	22
2.ASPECTOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO TEÓRICA EM RUY MAURO MARINI.....	28
2.1 A construção de uma base teórica (1932 -1964).....	28
2.2 Maturidade intelectual e política: primeiros esboços sobre a questão da dependência (1964-1969).....	33
2.3 Reconstrução e consolidação: fundamentos acerca da questão da dependência (1969-1974).....	37
2.4 Nova reconstrução: elaboração acerca da questão da dependência (1973-1984).....	42
2.5 Últimos desafios (1984-1997).....	47
3. SUBDESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO e DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: primeiras consolidações acerca das categorias dependência, subimperialismo e superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini.....	52
3.1 Subdesenvolvimento e revolução (1968).....	53
3.1.1 Breve Retomada Histórica.....	53
3.1.2 A construção da análise das relações dependência e seus desdobramentos.....	54
3.1.3 Subimperialismo e superexploração da força de trabalho no Brasil.....	61
3.2 Dialética da Dependência (1972).....	72
3.2.1 Desafios teóricos metodológicos	74
3.2.2 Dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo em Dialética da Dependência.....	75
3.3 Consolidação das categorias dependência, superexploração e	

subimperialismo.....	86
4. ESCRITOS PÓS DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: lapidações e reformulações acerca das categorias dependência, subimperialismo e superexploração em Ruy Mauro Marini.....	89
4.1 Sobre a dialética da dependência (1973).....	90
4.2 A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo(1977).....	93
4.3 Plusvalia extraordinária y acumulacion de capital(1979).....	102
4.4 O ciclo do capital na economia dependente (1979).....	106
4.5 Geopolítica latino-americana(1985).....	113
4.6 Processos e tendências da globalização capitalista(1996).....	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	131

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como finalidade investigar a evolução das categorias dependência, superexploração e subimperialismo na obra de Ruy Mauro Marini¹. Como eixo norteador desse estudo partiremos de um resgate histórico e militante da história do autor levantando. A partir desse resgate, levantamos uma bibliografia com as principais obras que abordam estas temáticas ao longo de toda a produção do autor. Este estudo se apresenta como uma forma de se apropriar da produção teórica de Ruy Mauro Marini e, por consequência, da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Neste movimento, buscaremos expor as suas elaborações fundacionais, a partir das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo, tensionando e contribuindo para o debate dentro desta corrente do pensamento marxista

Para prosseguirmos neste trabalho, faremos uma breve digressão acerca da conjuntura atual no intento de justificar este trabalho mas também de fornecer os elementos da atual luta de classes que se apresentam como motivadores desta pesquisa.

No cenário atual, vislumbramos uma crescente ofensiva do capital que, na tentativa de manter/expandir sua taxa de acumulação, avança impiedosamente na criação de um cenário que possibilite o aumento da exploração do trabalho visando à construção de vias de superação para crise em que está inserido. Para Carcanholo(2011):

A última crise estrutural do capitalismo data do final dos anos 60 do século passado. Independente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela resultou da superprodução de capital (superacumulação) e da redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso.(pg. 73)

A partir das respostas à crise da década de 1960, o capitalismo se estruturou em seu arranjo atual. Segundo o autor, os elementos que permitem entender essa nova estruturação e as contradições da ordem capitalista contemporânea são: a reestruturação produtiva, que dinamizou e encurtou o ciclo de produção/reprodução do capital e possibilitou um aumento da taxa de mais-valor e lucro; as reformas estruturais no mercado de trabalho, que incidem diretamente no capital variável, tanto no centro quanto na periferia do sistema, aumentando a

¹ A respeito da importância desse autor na fundação desta corrente teórica utilizamos alguns autores que se propõem e participaram na elaboração, resgate histórico e contribuições dessa corrente. Dentre eles Luce(2018), Wasserman(2017) e Dos Santos(2018).

taxa de exploração possibilitando, assim, um aumento da taxa da mais-valia; o aumento da apropriação do mais-valor produzido na periferia do capital, através do aumento da concorrência dentro da periferia (pressionando a redução dos preços dos produtos produzidos nesses países), pela remessa de lucros e dividendos, e pelos juros das dívidas públicas destes países; a abertura comercial e liberalização financeira de diversos países da periferia do sistema²; e a predominância da lógica financeira na forma apropriação/acumulação do capital imposta pela direção e simbiose do capital fictício frente a outras parcelas do capital que predominavam até então.

A recente crise cíclica de 2007/2008, protagonizada pela crescente disfuncionalidade do mercado especulativo, marcou um processo de inflexão na expansão do capital, tanto no esgotamento da expansão dos novos mercados quanto na impossibilidade de se recorrer ao processo especulativo da maneira intensa como forma de amenizar as atuais barreiras de expansão do capital. O “estouro” da bolha especulativa do mercado imobiliário estadunidense se apresenta enquanto marco neste novo cenário que levou os principais bancos à falência, sendo necessário a ajuda de investimento direto de diversos Estados usando o fundo público para impedir o naufrágio dessas instituições e a retração do mercado financeiro.

Mesmo depois de tantos anos, o capital ainda não conseguiu construir uma solução satisfatória a esta crise. O que está posto é o acirramento dos mecanismos utilizados na superação da crise estrutural da década de 1960. Acertadamente, Carcanholo (2011) apontou:

A saída do capitalismo para mais esta crise estrutural passa pelo aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados óbvios para os trabalhadores, pela destinação crescente de recursos públicos para tentar estabilizar os preços dos ativos “podres”, o que significa a redução da parcela de gastos estatais com políticas sociais e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária.(p. 83)

Nos países periféricos, a crise se apresenta de forma mais intensa. O capital impõe uma posição subserviente desses na divisão do trabalho e, no mundo do trabalho, vemos a maior degeneração das condições dos trabalhadores em virtude da superexploração do trabalho. Ou seja, além de ter um aumento da exploração (realidade vivenciada também nos países centrais), para viabilizar a presença e dominação do capital internacional, a extração do mais-valor deve ser ainda maior para que este consiga ser apropriado localmente e também

²Destacamos a abertura do mercados do Leste Europeu e da China, sendo este o último grande mercado em que o capitalismo encontrou espaço para se expandir.

remetido aos países centrais (seja por remessa de lucro direto ou através do mercado financeiro). Uma das manifestações mais imediatas desse processo é o rebaixamento do salário a um nível menor do que o necessário para a reprodução plena da força de trabalho. Através deste processo, a burguesia dos países periféricos, além de acumular capital, fornece produtos da baixa esfera da produção com preços reduzidos aos países centrais, garantindo também a redução do custo de vida dos trabalhadores destes países.

No Brasil (assim como em outros países latino americanos), a busca impiedosa pelo assalto ao fundo público e pelas deteriorações das relações do trabalho, que visam à manutenção/ampliação da taxa de lucro, se manifestou concretamente na contra reforma trabalhista, no congelamento de gastos sociais e na recém aprovada contrarreforma da previdência. As manifestações da crise surgem como um duro golpe no mundo do trabalho, onde presenciamos o aumento da jornada de trabalho, a degeneração da justiça trabalhista e, entre outros fatores, o avanço do desemprego e do trabalho informal.

Na tentativa de buscar elementos teóricos para o enfrentamento deste cenário, julgamos necessário o aprofundamento e o esboço de novas alternativas de análise da realidade, assim como o desenvolvimento de uma nova práxis para a classe trabalhadora em geral e para o Serviço Social em específico. As contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a retomada de seus fundamentos podem ajudar na elaboração e articulação destes elementos. Por isso introduziremos sucintamente essa temática para entrarmos na pesquisa acerca do autor selecionado para este estudo.

1.1 Teoria Marxista da Dependência e as categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo

A Teoria Marxista da Dependência faz parte de diversos processos e formulações teóricas acerca da realidade brasileira e latino americana. No século XIX, o conceito de “modernidade” era um dos eixos principais no qual se baseiam os estudos sobre o desenvolvimento da América Latina. “Este conceito compreendia a noção de um novo estágio civilizatório apresentado como resultado histórico da ação de forças econômicas, mas podendo ser fruto da própria ação racional dos homens ou de uma superioridade racial” (Dos

Santos, 2018, p 18). A partir dos anos 1910, começamos a ver uma mudança neste conceito e, no decorrer desse século, outros fatores contribuíram para o seu crescente questionamento:

A crise do colonialismo, iniciada na Primeira Guerra Mundial e acentuada depois da Segunda Guerra Mundial, colocara em discussão algumas destas interpretações da evolução histórica. A derrota nazista impunha a total rejeição da tese da excepcionalidade europeia e da superioridade racial. A modernidade deveria ser encarada fundamentalmente como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática que uma parte dos vitoriosos identificava com o liberalismo norte-americano e inglês e, outra parte, com o socialismo russo (que se confundia com a versão que dele fizera o então intocável Joseph Stalin, cuja liderança garantira a vitória da URSS e dos aliados).(Idem, p 18)

É nesse solo, na tentativa de se criar outras vias explicativas acerca da superação e do avanço civilizatório, que surgem os estudos sob o título geral de “*teoria do desenvolvimento*”. Esta “buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal.”(Idem, p 19)

Essa concepção de desenvolvimento teve seu ápice de difusão no decorrer dos anos de 1950 e Walt Whitman Rostow, na sua obra *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*, que se apresenta como uma das maiores expressões dessa vertente. Além de seu caráter anticomunista, Rostow defendia que o desenvolvimento era dividido por etapas e que para se atingir o pleno desenvolvimento econômico (nos moldes dos países capitalistas centrais) era necessário adotar “um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas, sempre que se dessem as condições ideais à sua “decolagem”(Idem, p 20; Wasserman, 2017, p 41).

Paralelamente a esses processos, houve a Revolução Russa de 1917, que representou um modelo de “desenvolvimento” apresentando um novo regime político e econômico que não se enquadrava nas caracterizações baseadas nos países capitalistas centrais.

A Revolução Russa impulsionou diversas investigações sobre este processo e a temática do socialismo em geral. No entanto, a radicalidade do pensamento dialético marxiano perdia força para o estalinismo. Expresso nas teses da Terceira Internacional Comunista e suas análises mecanicistas, este movimento influenciou fortemente as investigações acerca dessa temática, sob um teor positivista, tendo como modelo a ser seguido pelos setores revolucionários no mundo, se espelhando na própria União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS). Os principais fundamentos desse modelo de desenvolvimento, segundo Dos Santos(2018), eram:

[...]crescimento econômico sustentado na industrialização de base e só secundariamente na indústria de bens de consumo; partido único ou coligação de partidos democráticos populares controlado pelo Partido Comunista para conduzir as transformações revolucionárias; reforma agrária e distribuição de renda que assegurasse maior igualdade social; cultura popular que valorizasse o folclore as manifestações do trabalho e construção do socialismo. (p 22)

A essas novas experiências revolucionárias, expressas na revolução norte coreana, chinesa, vietnamita e cubana, escancarou-se uma visão mecanicista, normativa e etapista em relação a superação e promoção do desenvolvimento defendida por amplos setores comunistas da metade do século XX. Tanto as Teorias do Desenvolvimento de viés capitalista quanto socialista ainda se baseavam em uma visão na qual o subdesenvolvimento representava um atraso e uma ausência de desenvolvimento. Segundo Wasserman (2017), de 1930 até a década de 1960 havia ao menos 3 vertentes do pensamento que movimentavam o debate econômico brasileiro: “o socialismo, o neoliberalismo e o desenvolvimentismo” (p 43), sendo que estas duas últimas, além de apresentar soluções estritamente na ordem capitalista, materializaram-se enquanto um rico campo de debate e desdobramento em políticas públicas.

Ainda na década de 1960, surgiam cada vez mais elementos e exemplos de fracassos das propositivas capitalistas e socialistas acerca da questão do desenvolvimento. É no bojo destes processos, nos quais as teorias da época se mostraram insuficientes para explicar e intervir na realidade, que se iniciam as discussões sobre uma *Teoria da Dependência*.

Questionando a visão na qual o subdesenvolvimento poderia ser superado através de medidas econômicas dentro da ordem, André Gunder Frank, em 1965, publica seu livro *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, dando início à vertente dependentista enquanto corrente que se propõe a analisar relação desenvolvimento/subdesenvolvimento desta região (Wasserman, 2017. p 62).

Ainda segundo Wasserman(2017), esta obra enquanto mérito trazia uma nova interpretação sobre a relação centro e periferia do capital, resgatando a noção de totalidade e criando uma alternativa teórica tanto às vias explicativas dentro da ordem (desenvolvimentistas e neoliberais), quanto às socialistas inspiradas diretrizes da Terceira

Internacional (na qual colocava como tarefa a realização de uma revolução burguesa de caráter social democrata no caso brasileiro).

Gunder Frank foi alvo de duras críticas como, por exemplo, pela simplificação e homogeneização do caráter colonial dos países latino americanos, focando apenas na questão de circulação do capital e num dos pontos centrais dessa problemática: a diferença no nível de produção do capital entre os países centrais e periféricos.

A partir dessas discussões houve diversas ramificações da Teoria da Dependência. Dos Santos(2018), na tentativa de classificar os pontos de união e divergência dessa corrente teórica, resgata os estudos de Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne intitulado *Development theory in transition: The dependency debate and beyond : Third World responses* publicado em 1984. Esses autores, sob a ótica de Dos Santos(2018), chegaram aos seguintes pontos de convergência no que classificamos Teoria da Dependência:

- 1)O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- 2)O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- 3)O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- 4)A dependência, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política).(p 27)

A partir desses pontos, foram identificadas quatro “correntes” nas quais a Teoria da Dependência se ramificou:

- a) A crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Neste grupo eles colocam inquestionavelmente Oswaldo Sunkel e uma grande parte dos trabalhos maduros de Celso Furtado e inclusive a obra final de Raul Prebisch reunida no seu livro *O Capitalismo Periférico*. Fernando Henrique Cardoso às vezes aparece como membro desta corrente e outras vezes se identifica com a seguinte (tese que os membros desta corrente claramente rechaçam e como boa razão);
- b) A corrente neomarxista que se baseia fundamentalmente nos trabalhos de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, assim como os demais pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO). André Gunder Frank aparece, às vezes, como membro do mesmo grupo, mas sua clara posição de negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo e sua proposição de um esquema de expropriação internacional mais ou menos estático o separa do enfoque dialético dos outros neomarxistas;

- c) Cardoso e Faletto se colocariam numa corrente marxista ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento;
- d) Neste caso, Frank representaria a cristalização fora das tradições marxista ortodoxa ou neomarxista. (Idem, p 27- 28)

Essa proposta de organização das correntes representa uma tentativa de síntese. No entanto, enquanto uma forma de agrupar alguns autores para avançar em suas formulações, esses grupos são usados por Dos Santos (2018) para traçar um panorama da TMD nos anos 2000. Todavia, ao se analisar com maior profundidade os autores, certamente poderemos identificar diferenças em suas caracterizações e escolhas de marcos históricos na elaboração da categoria Dependência.

No Brasil, o grupo representado por Vânia Bambirra, Teothonio do Santos, Ruy Mauro Marini e, em menor medida, André Gunder Frank recebeu diversas denominações, tais como neomarxistas, corrente radical da teoria da dependência, dependentistas radicais não havendo um consenso sobre uma denominação dessa corrente (WASSERMAN, 2017). No entanto, ao longo do tempo houve uma produção teórica consistente sob forte influência dos três primeiros autores(a) que é amplamente divulgada como *Teoria Marxista da Dependência* (TMD).

Escolhemos analisar obra de Ruy Mauro Marini, pois, além de ser considerado “um dos intelectuais mais importantes da América Latina da segunda metade do século XX” (SADER, 2000), dentro da TMD, Marini:

[...] se destaca no grupo [que fundou a TMD] pelo rigor metodológico e pela preocupação de entender os mecanismos internos e externos próprios de uma relação de dependência permanentemente sob a égide do capitalismo, cada vez mais sem fronteiras, com suas ideias e conceitos - materialismo histórico e dialético, o método da economia política. Além disso, Marini destaca-se pela extrema disciplina com que se dedicava aos estudos e ao debate.

Em Marini, sobressai a concepção prática de suas ideias (economia política - reflexão e intervenção sobre a realidade), daí resultando uma práxis comprometida como militante social. (TRASPADINI e STEDILE, 2011, p 8)

Para além de um resgate e análise de suas idéias, para um real entendimento das condições que forjaram este autor, se faz necessário resgatarmos sua trajetória de vida, assim como traçar um paralelo entre as dimensões políticas e profissionais com sua produção teórica.

Ruy Mauro Marini é o melhor exemplo de intelectual revolucionário na América Latina. Intelectual revolucionário porque pensou a realidade de forma rigorosa e do ponto de vista da sua transformação revolucionária. Intelectual revolucionário porque não apenas pensou a realidade do ponto de vista da sua transformação revolucionária, mas foi sempre um militante, um dirigente revolucionário, vinculado a organizações revolucionárias da América Latina. Trabalhou na construção da teoria revolucionária e da força revolucionária do nosso tempo.(SADER, 2009, p 27)

Como principais contribuições dentro desta corrente teórica, Luce(2018) aponta que Marini “fez a apreensão original das leis tendenciais que regem o capitalismo dependente - a superexploração da força de trabalho e a cisão no ciclo do capital” (p 10). Outra contribuição do autor foi, junto com Vânia Bambirra, o incremento do debate “à teoria política do socialismo, com seu pensamento leninista a partir dos postulados da TMD.” (Idem)

Os estudos e discussões acerca da TMD, durante muitas décadas, ficaram restritos aos outros países da América Latina. Segundo Prado (2011) no Brasil, em relação a difusão dessas idéias:

[...] houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento - e até mesmo deformação - das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini.(p 2-3)

Adentrando um pouco mais na caracterização da TMD, o livro *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias: uma visão histórica* de Luce(2018) apresenta-se como uma das tentativas mais recentes de sistematização e delimitação desta corrente que temos à disposição. Segundo este autor, a TMD tem como base:

[...]a teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo e trabalha com as categorias marxianas de O capital; com a categoria marxista de formação econômico-social; com o conceito de de economia mundial desenvolvido por ela mesma (pela TMD), além das categorias descobertas para pensar a realidade regida pelas relações de dependência - caso da transferência de valor como intercâmbio desigual, da

superexploração, da cisão no ciclo do capital e outras mais, como padrão de reprodução do capital. (p 203-204)

Enquanto problema de pesquisa desta corrente teórica, assim como elementos de caracterização deste *corpus* teórico:

[...]a TMD não é uma teoria à parte e que se basta por si mesma, mas um veio de análise dentro do corpo teórico do marxismo. Assim como existe teoria marxista do imperialismo, da estética, da ideologia etc. existe a TMD. Dela deve se esperar resposta para os problemas que ela se propõe a responder: o estudo do capitalismo enquanto economia mundial e das tendências particulares que se impõem nas formações econômico-sociais subordinadas ao imperialismo, sob a égide da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento desigual da lei do valor. E, junto com isso, os desafios que essa realidade, como parte contraditória da totalidade mundial, coloca para a superação das relações capitalistas de produção e a construção do socialismo.(p 19)

Quanto à problemática da TMD, Marini(2011c) aponta a importância desta corrente para o entendimento entre a relação dos países dependentes e “desenvolvidos”:

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelo quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida.(p 184)

A partir dessa delimitação preliminar acerca da TMD, se faz necessário citar de forma introdutória as categorias que pretendemos analisar na obra de Ruy Mauro Marini. O desenvolvimento destas se dará ao longo deste trabalho a partir da perspectiva do autor estudado.

Seguindo as investigações de Luce(2018), o termo dependência foi utilizado pela primeira vez em Lênin, na segunda metade da década de 1910, às vésperas do II Congresso da Internacional Comunista para “aproximar a análise da nova diferenciação que marcava o compasso das relações imperialistas entre nações opressoras e oprimidas”(p 206).

Antes da dependência se apresentar enquanto categoria, os teóricos da TMD buscavam entender a relação do subdesenvolvimento latino americano e sua relação com o capitalismo mundial. Nesse movimento, esta corrente chegou a alguns apontamentos que também foram descritos na introdução da obra Subdesenvolvimento e Revolução de Marini, dentre elas a de que o imperialismo não era um mera força externa que atuava nos países latino americanos,

mas sim uma expressão que se manifestava na regulação interna dessas economias. Dentre esses mecanismos reguladores, está o próprio fato de as burguesias nacionais latino americanas estarem interligadas ao imperialismo.

O desenvolvimento desse debate se deu em um cenário de conflito teórico, no qual a ideia de que o subdesenvolvimento estava atrelado às caracterizações de que vivíamos ainda em um sistema semi-feudal/colonial no qual era possível um *desenvolvimento* rumo a um capitalismo avançado através de uma *revolução burguesa*³. Em um primeiro momento Marini, assim como outros teóricos da TMD, busca reivindicar suas análises e suas caracterizações dos países latino americanos, no entanto no seio desse debates:

Era preciso avançar da crítica da política econômica à crítica da economia política. Desta feita, o sentido da carência ou insuficiência contido no prefixo *sub* do vocábulo subdesenvolvimento deveria ser extirpado e, uma vez submetido ao escrutínio da crítica metodológica radical, ceder lugar à sua apreensão dialética nos termos do *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Estava nascendo uma nova categoria no crisol das ideias forjadas no calor da luta de classes. Nascia a categoria *dependência*. (Idem, p 209)

Essa evolução da caracterização pode ser observada no próprio desenvolvimento da categoria dependência em Marini, na comparação de suas obras fundantes no capítulo 3. A partir da inserção da categoria dependência no movimento da realidade, que se depreende as suas leis tendenciais e categorias constituintes. Para explicar esses mecanismos de produção/reprodução da dependência, é que surgem outras categorias, dentre elas as categorias superexploração da força de trabalho e subimperialismo.

A categoria superexploração da força de trabalho, neste sentido, atua como um mecanismo de perpetuação das relações de dependência para compensar os capitais que são expropriados pelos países centrais, como veremos adiante. E, para além do aumento da exploração do trabalho e também como um mecanismo de compensação das trocas desiguais, atualmente a superexploração se apresenta nas seguintes formas:

(i) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento de intensidade além dos limites normais.[...] Existe, ainda, uma quarta forma, que na verdade é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas o capital ou se apropria do fundo do consumo do trabalhador,

³ Apresentaremos com mais detalhes, através da própria justificativa dos trabalhos de Marini no capítulo 3 desta dissertação.

deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação. (p 178)

Ao analisar os mecanismos de dependência em especial no Brasil, Marini se debruça em entender como a dependência e sua característica principal, a superexploração, conseguiu gerar um Estado que, ao mesmo tempo que garantia os interesses imperialistas, conseguia dar vazão às necessidades de produção/reprodução dos capitais locais através da sua expansão econômica e política para outros países. A estes mecanismos Marini cria a categoria subimperialismo, enquanto uma chave de análise para entender a postura contraditória de submissão e sanha expansionista nos países dependentes que conquistaram uma relativa autonomia de seu setor industrial.

O conceito de subimperialismo, cunhado por Marini, é utilizado pela primeira vez em seu texto “Brazilian interdependence and imperialist integration”, publicado na revista *Monthly Review*, em 1965. Em 1969, Marini desenvolve esta formulação em *Subdesarrollo y revolución*, ao caracterizar a realidade brasileira daquela década, e o aprofunda, conferindo maior consistência à sua análise[...] (BICHIR e SANTOS, 2012, p 30)

Ainda segundo os autores, tanto esta categoria quanto a dependência:

À exceção do esforço dispensado por alguns estudiosos ao tratamento cuidadoso de ambas as temáticas, nota-se, em alguns circuitos acadêmicos e intelectuais, bem como em alguns setores da militância política de esquerda, um conhecimento superficial das formulações realizadas por Marini, por um lado, e uma compreensão do seu argumento acerca do subimperialismo, a qual tem impulsionado críticas indevidas ou inconsistentes ao seu pensamento por outro. (Ibidem)

A esta questão, podemos extrapolar também ao tratamento dado à categoria superexploração da força de trabalho. É neste argumento que encontramos a justificativa para a escolha em trabalharmos essas categorias. Nesse sentido, esperamos que este trabalho contribua para a lapidação destas categorias, assim como forneça um elemento para a constituição de críticas mais precisas e que levem a um melhor entendimento da realidade atual dos países dependentes.

Dando prosseguimento à delimitação do campo teórico, atualmente, a partir das problematizações de Valencia (2018), diversos pontos urgem serem aprofundados dentro da TMD, entre eles se destacam: no plano econômico, a investigação de como a “nova

dependência” se manifesta por uma especialização produtiva cada vez maior, assim como sua relação à política econômica neoliberal e suas respectivas recessões e desequilíbrios; no plano social, a contínua restrição da renda, assim como a relação desta com mercados cada vez mais restritos (relação entre baixa e alta esfera de produção); em relação à superexploração da força de trabalho, entender seu processo de expansão em especial nos países centrais no período pós crise de 2008-2009; por último, na esfera política, aprofundar os estudos entre democracia e autoritarismo políticos vigentes com o triunfo da direita nos países dependentes latino americanos.

A partir dos elementos levantados até então, chegamos aos seguintes objetivos de estudo: Entender a evolução da categoria dependência, superexploração da força de trabalho e ao longo da produção intelectual de Ruy Mauro Marini. Como ponto de partida utilizamos os memoriais, escrito por este autor para ingresso em concursos para seleção de docentes na UnB em 1990.

Com isso chegamos aos seguintes objetivos específicos

- Apresentar um breve histórico da trajetória de vida e intelectual do respectivo autor tendo como material principal seu memorial descritivo e a partir disso levantar a bibliografia de pesquisa.
- Sintetizar os textos, que serviram como a base teórica de Ruy Mauro Marini, assim como outras produções relevantes ao longo de sua vida, evidenciando e comentando a caracterização das categorias que nos propomos a analisar;
- Verificar a evolução histórica dessas categorias a partir dos textos, confrontando-os e buscando alterações em sua caracterização ao longo do tempo.

1.2 Apontamentos metodológicos

Apresentadas as idéias que problematizam e justificam este trabalho, se faz necessário fazer uma pequena digressão, traçando alguns apontamentos acerca do método e técnicas com os quais intentamos construir este trabalho.

Ao iniciarmos uma pesquisa sobre um objeto social qualquer, este, por falta do estudo de suas determinações, se apresentaria com dificuldade e de forma insuficiente como elemento constituinte de um amplo processo de produção e reprodução de determinada relação social.

À medida em que vamos nos aprofundando, buscando conceituar determinações constitutivas de um objeto de pesquisa específico, conseguimos chegar às suas determinações mais simples e imediatas. A partir das caracterizações mais simples conseguimos avançar no entendimento de conceitos cada vez mais abstratos. Entender determinado objeto em seus elementos constituintes mais simples, nos instrumentalizando para um entendimento num nível de abstração mais alto, para por fim retornar ao objeto analisado, faz com que este se apresente em toda a sua complexidade, evidenciando suas múltiplas determinações e funções na sociedade fornecendo, assim, elementos para melhor entendermos e reproduzirmos teoricamente a realidade que nos cerca.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento enquanto processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (Marx, 2011, p 54)

A grosso modo, partimos do real em sua aparência (idealizado) e, ao realizar o movimento de totalização (do objeto e suas particularidades, se elevando ao maior nível de abstração e retornando ao objeto), chegamos em sua essência (concreto), entendendo assim suas determinações e seu papel no nível mais ampliado da produção/reprodução social. A análise da realidade faz parte de um exercício mental de apreensão do real. No entanto, ao contrário do idealismo, não é apreendido como um mero processo de pensamento fechado em si, mas sim de uma confrontação de uma ideia com a realidade - com a prática social, suas determinações históricas assim como sua relação com os processos de produção de reprodução da sociedade.

Paulo Netto(2011) chega à seguinte síntese a respeito da proposta metodológica desenvolvida por Marx e aplicada em diversas de suas obras:

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e

dinâmica do objeto de pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (p 21)

Também pontuamos a interação entre sujeito e objeto como processos históricos. Somos fruto do momento histórico ao qual pertencemos, e a partir do momento presente - fruto da síntese e acúmulo dos processos históricos, se apresentando enquanto a forma societal mais complexa - se impõe como ponto de partida na criação de qualquer conhecimento. As formas atuais e mais complexas (mesmo que em um momento inicial carente de determinações) trazem elementos essenciais para se chegar aos processos que o precedem assim como suas particularidades ou, como dizia Marx (2011): “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco.”

Neste sentido, a Teoria Marxista da Dependência, reivindicando este movimento de apreensão do real, também se apresenta dentro deste processo de totalização, problematizando a realidade latino americana, bebendo das análises das formas mais gerais de produção e reprodução do Capital (transitando entre os níveis de abstração) e analisando historicamente para entender suas expressões particulares nos países capitalistas dependentes.

Este processo de elaboração e entendimento da realidade nos traz mais elementos para compreender desde o nosso cotidiano nos países dependentes, em um menor nível de abstração(particularidade), até a forma mais ampliada de produção/reprodução do capital trazendo mais determinações e aproximando nossas análises acerca da sociedade capitalista no momento presente. Seguindo este movimento, a utilização de categorias no campo marxista tem um papel chave no processo de totalização marxista: “No pensamento marxista, as categorias exprimem o concreto-síntese ou concreto com múltiplas determinações e, por isso mesmo, representam um patamar de reflexão mais elevado que o de simples noções” (FERREIRA e LUCE, 2012, p 17).

Toda a produção do conhecimento está dotada de uma intencionalidade e cumpre um papel fundamental na manutenção da ordem e das relações atuais de dominação ou em sua crítica radical para sua superação. Produzir um conhecimento crítico e voltado para a classe trabalhadora pressupõe uma postura política clara frente à atual forma de organização da sociedade. Esta é uma questão fundamental pois:

O projeto burguês não pode, por sua própria natureza, ultrapassar a sociedade de classes; não pode superar a exploração do homem pelo homem. Isso implica a

impossibilidade de que todos os indivíduos possam se realizar plenamente como seres humanos. Por sua natureza é, pois, um projeto, de caráter essencialmente particular. Pelo contrário, o projeto do proletariado implica, também por sua própria natureza humana, a superação de toda a forma de exploração do homem pelo homem e a possibilidade de plena realização humana de todos os indivíduos. É, pois, um projeto de caráter essencialmente universal.(TONET, 2013, p 19)

Feita essa pequena digressão acerca do método, esperamos dotar o leitor: de uma maior clareza a respeito do processo de produção de conhecimento que intentamos realizar ao longo deste estudo; e facilitar a crítica deste trabalho, tanto em relação à aplicação dos pressupostos metodológicos quanto às análises contidas no trabalho em si.

A partir destes elementos temos o conjunto de informações necessárias para levantarmos uma organização prática de como se dará esta pesquisa. Complementarmente, Gil (2008) aponta:

A formulação do problema, a construção de hipóteses e a identificação das relações entre variáveis constituem passos do estabelecimento do marco teórico ou sistema conceitual de pesquisa. A medida que estas tarefas são plenamente realizadas, o trabalho de investigação assume o caráter de um sistema coordenado e coerente de conceitos e proposições. O estabelecimento desse marco teórico, ou sistema conceitual, que deriva fundamentalmente de exercícios lógicos, é essencial para que o problema assuma o significado científico. Todavia, por si só, estas tarefas não possibilitam colocar o problema em termos de verificação empírica. Torna-se, pois, necessário, para confrontar a visão teórica do problema, com os dados da realidade, definir o delineamento da pesquisa. (p 49)

Para realizarmos o delineamento de pesquisa, se faz necessário: explicitar qual o tipo de pesquisa; identificar as técnicas de pesquisa a serem utilizadas; delinear como irá transcorrer a aplicação dessas técnicas; levantar a estrutura necessária para a realização da pesquisa; e, com base em todos esses elementos, apresentar um cronograma viável de trabalho. Realizaremos estes passos tendo como base as obras de Gil (2002; 2008)

De acordo com os objetivos levantados, classificamos a nossa pesquisa enquanto exploratória, pois:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.(Gil, 2002, p 41)

No caso deste estudo, em um primeiro momento buscamos apresentar um resgate histórico buscando as intencionalidades e situando sua produção teórica, atuação profissional e prática militante para, em um segundo momento, expor a discussão dos principais textos sobre a categoria da dependência, subimperialismo e superexploração da força de trabalho na obra de Ruy Mauro Marini. Por fim, às luzes dos textos analisados, sistematizar e expor a evolução dessas categorias ao longo da obra do autor.

Em virtude do caráter exploratório deste estudo, optamos por recorrer exclusivamente a materiais bibliográficos predominantemente no formato de livros e artigos de periódicos. Analisando majoritariamente documentos primários (obras produzidas pelo autor) mas, sempre que necessário, também recorrendo a documentos secundários para ajudar na contextualização e entendimento destes textos. Neste sentido, adotamos enquanto técnica a pesquisa: Documental (documentos primários), baseado nas próprias obras dos autores que pesquisaremos; e Bibliográfica (documentos secundários), baseando-se em analistas dos autores e obras.

Enquanto formatação do texto, de acordo com as normas vigentes de confecção e entrega de dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (UFPe), este trabalho foi feito de acordo nos termos da NBR 14724 elaborado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A partir dos documentos levantados, apresentaremos uma sistematização orientada pelos objetivos deste trabalho, utilizando, quando necessário, autores que podem contribuir na análise do contexto histórico da corrente, assim como nos auxiliar nas possíveis dúvidas acerca da produção teórica desse autor.

No primeiro capítulo, tendo o estudo do memorial descritivo do autor (MARINI, 2011b) como fio condutor deste resgate histórico, buscamos apresentar uma trajetória histórico intelectual de Ruy Mauro Marini assim como sua trajetórias de pesquisa, obtendo um valioso referencial bibliográfico para embasar esta pesquisa e para contextualizar historicamente cada obra que será estudada.

A reconstrução do histórico do autor, tendo como base seu memorial descritivo para formalização de seu retorno à Universidade de Brasília em 1990 (2011b), serviu como principal critério para o levantamento bibliográfico deste trabalho. Como complemento, utilizamos também a compilação dos textos de Ruy Mauro disponibilizados pela

Universidade Autônoma do México (UNAM), e ponderamos enquanto fator de escolha as publicações realizadas no Brasil através de obras completas ou coletâneas.

A partir deste levantamento, separamos as análises dos textos em dois blocos. No capítulo 3, apresentamos de forma mais detalhada, a partir das categorias que pretendemos analisar duas das obras mais consagradas do autor: *Subdesenvolvimento e Revolução*(Marini, 2012c) publicado em 1968 e *Dialética da Dependência*(Idem, 2011a) publicado em 1972.

Após a análise dessas duas obras basilares, com base nos pontos que utilizamos para fazer o levantamento bibliográfico, separamos alguns dos principais textos escritos ao longo da vida de Marini e que podem nos ajudar a reconstruir as categorias que pretendemos analisar, os textos escolhidos foram:

- 1) Sobre a dialética da dependência (1973)(Marini, 2011c)
- 2) A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo(1977)(Idem, 2012a)
- 3) Plusvalia extraordinária y acumulacion de capital(1979)(Idem, 1979)
- 4) O ciclo do capital na economia dependente (1979)(Idem, 2012b)
- 5) Geopolítica latino-americana(1985)(Idem, 1985)
- 6) Processos e tendências da globalização capitalista(1996)(Idem, 2000b)

A partir desses artigos e manuscritos, iniciamos cada texto com o contexto histórico (subsidiado pelo capítulo 02), trazendo, sempre que possível, elementos para entendermos com mais clareza o contexto de cada texto. Em seguida, tentamos trazer as análises das categorias deste trabalho, comparando retroativamente com as obras anteriores e verificando as alterações sofridas em cada categoria ao longo dessas obras.

Por fim, no último capítulo, trazemos algumas sínteses e esboçamos um balanço sobre esta evolução, tentando explicitar como as categorias foram evoluindo assim como avanços e possíveis retrocessos de Marini na constituição e aplicação destas. Por fim, ao realizar este

movimento, buscamos, mesmo que de forma introdutória, construir uma conexão entre a produção teórica, a vida profissional e sua militância.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO TEÓRICA EM RUY MAURO MARINI

2.1 A construção de uma base teórica (1932 -1964)

Ruy Mauro Marini nasceu em 1932 na cidade de Barbacena em Minas Gerais. Nesta cidade permaneceu até a conclusão do ensino médio em 1950, ano em que se mudou para a cidade do Rio de Janeiro para ingressar no curso preparatório para o vestibular de medicina.

O cotidiano dinâmico da cidade, junto aos diversos trabalhos remunerados que desempenhou na cidade e o crescente interesse pelas ciências humanas contribuíram para o seu afastamento da busca por uma continuidade nos estudos para a faculdade.

Essa aproximação com as humanidades fez com que Marini pesquisasse uma alternativa ao curso de medicina. Após cogitar outros cursos como Economia e Filosofia, em 1953 encontra na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil um local no qual cogitaria ser o “grande centro de formação humanística”(Marini, 2011, p 57) da cidade.

Foi nesta época que, apesar de seu trabalho regular e graduação no período noturno, pode participar do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). Segundo Marini(2011), este centro acadêmico foi uma das grandes expressões do movimento estudantil da década de 1950 e este setor teve como um dos principais intentos “o supremo esforço de - superando a ideologia meramente democrática da década anterior - forjar um projeto de país, no calor das campanhas nacionalistas e desenvolvimentistas”(p 57).

Apesar da distância que tomava deles [movimento estudantil] - irritado como todos os independentes de esquerda, com a sua prática instrumentalista e prepotente - justiça seja feita aos comunistas que ali militavam (sob a direção de um jovem que se chamava nada menos que Lenin!), os quais não importa quão minoritários e sectários fossem, muito me ensinaram sobre o Brasil e sobre o Mundo. (Idem, p 57)

A busca por se manter na cidade e adquirir certa independência levou Marini a priorizar e se consolidar em um emprego. Após alguns trabalhos, passa em um concurso no Instituto Brasileiro de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi) onde se estabelece nesse período.

Apesar do reconhecido aprendizado que o curso de direito proporcionou, as limitações desse curso juntamente com os desafios de conciliar a graduação com seu emprego se impunham como dificuldade ao seu objetivo de se aprofundar nas ciências humanas.

Paralelamente a isso, a Fundação Getúlio Vargas dava seus primeiros passos na consolidação da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap). Estudando no curso preparatório dessa mesma instituição, Marini consegue ingressar em primeiro lugar sendo premiado com uma bolsa de estudos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Este fato, aliado à licença remunerada no local em que trabalhava, permitiu a Marini se dedicar integralmente aos seus estudos iniciando uma decisiva etapa em seu processo formativo.

Frente ao clima intelectual tradicionalista e rarefeito que privava na Universidade de então, a Ebap abria amplo espaço às ciências sociais e recrutava seu corpo docente na intelectualidade mais jovem, que a universidade mandarinesca excluía, aqui ou no exterior.

[...]

A Ebap proporcionou-me o atingimento do que eu vinha buscando, isto é, a possibilidade de iniciar-me de maneira séria no estudos das ciências sociais; já no segundo ano do curso, eu começava a atuar como professor assistente de Guerreiro Ramos, em seu curso de sociologia na Escola de Serviço Público do Dasp. (Marini, 2011b, p 58-59)

Após se formar e com o apoio de outros professores, em especial de Alberto Guerreiro Ramos⁴, Marini consegue uma bolsa de estudos para estudar por dois anos no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, partindo para a França em setembro de 1958. É neste período em que Marini tem contato com Hegel e começa a estudar sistematicamente Marx e Lênin assim como outros autores Marxistas. Em paralelo:

O período que ali passei coincidiu com o auge da teoria desenvolvimentista da América Latina no Brasil - com a qual eu me familiarizara na Ebap, pela mão de Guerreiro Ramos, havendo inclusive assistido de perto ao processo de formação do Iseb (e, antes dele, do Ibsp) - e com sua difusão na academia francesa, tendo Balandier como pontífice. (Idem, p 60)

Neste momento de sua formação, Marini pode conviver com jovens militantes de diversas partes do mundo além de ter acesso a uma ampla disponibilidade de materiais impressos e cobertura jornalística em um cenário mundial muito agitado e marcado por diversos conflitos como a guerra na região da Indochina, e as revoluções na Argélia e em Cuba (no qual demonstrou um especial interesse por esta última).

⁴ Alberto Guerreiro Ramos foi um dos grandes autores brasileiros que, assim como os autores da Teoria Marxista da Dependência, foram relegados ao ostracismo pela intelectualidade brasileira. Além das grandes contribuições à Teoria das Organizações, Guerreiro Ramos buscou construir uma sociologia brasileira voltada para a superação dos problemas nacionais e, consequentemente, à Revolução Brasileira. Entre suas obras mais importantes estão, as produzidas entre a década de 1950 e 1960, dentre elas: Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (RAMOS, 1995), A Redução Sociológica (IDEM, 1966) e Mito e Verdade da Revolução Brasileira (IDEM, 2020).

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumentos de mistificação e domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização. Começa, então o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo. (Idem, p 60)

Em 1960 Marini retorna ao Brasil onde reassume seus trabalhos no Iapi. Mesmo com uma gratificação, a baixa remuneração o levou a buscar trabalhos complementares como jornalista no periódico cubano *Prensa Latina* e no encarte dominical chamado *O Diário* do jornal *O Metropolitano* organizado pela União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. A contribuição nesses jornais e periódicos marca o início da atividade jornalística constitutiva de sua militância ao longo de sua vida.

Ainda na França, teve contato com a revista *Movimento Socialista*, liderada pela juventude do Partido Socialista no Brasil, e conseguiu abertura para publicar um artigo onde criticava o nacional-desenvolvimentismo. Esta organização e suas principais vertentes situadas nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo deram origem a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop). Nas reuniões de fundação dessa organização ainda em 1960, Marini conhece Vânia Bambirra (Bambirra, 2011) e Teothonio dos Santos.

Em 1962 é fundada a Universidade de Brasília tendo como um dos principais idealizadores e primeiro reitor desta instituição, Darcy Ribeiro. É nessa universidade que Marini, Bambirra e Dos Santos, além de lecionarem, cursam simultaneamente o mestrado em ciência política, onde têm a oportunidade de assistir às aulas de André Gunder Frank. Tanto a POLOP quanto posteriormente a vida acadêmica na UnB foram momentos que consolidaram uma parceria militante e intelectual dos fundadores da TMD no Brasil (Vânia Bambirra, Teothonio dos Santos e Ruy Mauro Marini), parceria que teria continuidade ao longo de suas vidas.(WASSERMAN, 2017)

Essa época foi de fundamental importância na preparação dos fundamentos de uma futura Teoria Marxista da Dependência. A influência de André Gunder Frank é de suma importância na vida Marini, segundo ele, a obra *Capitalism and Underdevelopment in Latin*

América de 1965⁵ “representa um marco dentro do campo que viria a se chamar de “teoria da dependência” (MARINI, 2011b, p 63).

Paralelamente a isto, a esquerda brasileira, principalmente o Partido Comunista do Brasil (PCB), travava uma grande polêmica sobre os rumos da revolução brasileira no Brasil. Até o momento, a visão que predominava no campo socialista brasileiro se baseava na concepção de que, no Brasil, o capitalismo, enquanto força produtiva, ainda não estava totalmente consolidado, ou seja, vivíamos em um pré-capitalismo e ainda não havia as condições objetivas necessárias para uma luta de classes que se lavasse ao socialismo, sendo assim fundamental o apoio à burguesia nacional para o desenvolvimento das forças produtivas e abertura do caminho para uma revolução proletária.⁶

Por outro lado defendia-se a ideia de que apesar da economia conter elementos que se aparentam com o feudalismo, as forças produtivas no Brasil andam *pari passu* com o desenvolvimento capitalista mundial, ou seja, os rumos da revolução não passavam por uma aliança com a burguesia, pois as forças produtivas e a relação capital-trabalho já permitiam as condições objetivas para uma revolução socialista. Segundo Wasserman(2017) essas discussões dentro do PCB tiveram como seus principais expoentes Nelson Werneck Sodré, no primeiro caso, e Caio Prado Júnior, no segundo.

A Teoria da Dependência se apresenta enquanto uma alternativa a essas teses, reivindicando uma nova leitura e práxis marxista-leninista na qual Marini chamava de “nova esquerda” :

Na realidade, e contrariando interpretações correntes que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a “nova esquerda” - particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru - elaborou , para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A Cepal só se converteu em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que elê[sic] haviam herdado da Terceira Internacional. Contrapondo-se a isso, a “nova esquerda” caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, rechaçando a ideia do domínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista. (MARINI, 2011b, P 63-64).

⁵ Marini em seu memorial aponta equivocadamente que esta obra foi lançada em 1967.

⁶ Com relação a esta análise e a necessidade de se construir uma aliança para o desenvolvimento de uma burguesia nacional, o golpe militar de 1964 foi determinante para apontar o equívoco desta análise.

O frutífero encontro e as perspectivas que a recém criada UnB apresentava para o pensamento social brasileiro foram interrompidos com o golpe empresarial-militar de 1964. Quando este foi deflagrado, Marini estava no Rio de Janeiro. Uma das primeiras medidas desse novo regime foi a demissão sumária de Marini e de mais outros doze professores da instituição. Ainda na primeira invasão dos militares na universidade, uma grande quantidade de trabalhos foi destruída, entre eles a preparação de uma tese de Marini para o ingresso de doutorado sob o tema “Bonapartismo no Brasil”.

Em maio deste ano, Marini conseguiu escapar de uma tentativa de prisão, mas em julho acabou detido pelos militares. Em setembro consegue um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal(STF) e é posto em liberdade. No entanto, no mesmo mês Marini foi sequestrado pela Marinha e entregue para o Exército em Brasília ficando detido até dezembro, quando novamente conseguiu um novo *habeas corpus* do STF.

Assim que ficou em liberdade, Marini passou à clandestinidade. A pressão política neste momento recai também sobre sua família, obrigando seu irmão a cair na clandestinidade também. Após três meses nesta situação, busca asilo na embaixada do México onde espera por mais um mês para conseguir viajar e iniciar seu primeiro exílio ainda em 1964.

2.2 Maturidade intelectual e política: fundamentação da questão da dependência (1964-1969)

Apesar de não ter nenhum contato com pessoas que residiam no país, Marini é recebido ainda no aeroporto por uma comitiva de cerca de 20 pessoas, todas exiladas políticas que vieram dar as boas vindas em seu início de exílio.

Nesse primeiro momento de adaptação, Marini reencontra André Gunder Frank que estava lecionando na Universidade Autônoma do México(UNAM) e contribuiu para que Marini fizesse seus primeiros contatos com militantes e intelectuais no país.

Quinze dias após chegar no México, Marini consegue uma oportunidade para lecionar no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do colégio do México. Surgem as primeiras demandas para expor suas análises acerca da situação política no Brasil, tema que ocupou durante todo o ano de 1965. Segundo Marini(2011), as análises até então apresentadas situavam o golpe militar brasileiro como uma mera quartelada fruto essencialmente de um fator externo e estranho ao seu cotidiano: a intervenção estadunidense.

Em seu primeiro texto sobre esta temática “*Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo*” publicado no periódico *Foro Internacional* apresentava outra visão acerca da participação dos Estados Unidos do golpe de 1964:

[...]a ação dos Estados Unidos no Brasil, não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela, e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes do país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político - e da qual as Forças Armadas era parte plena. (Idem, p 67)

A repercussão positiva das ideias deste artigo, aliada à demanda para uma maior compreensão desses processos levaram Marini a produzir mais dois artigos sobre a temática. O primeiro, publicado em alguns periódicos sob o título “*Brazilian independence and imperialist integration*”, focava sua análise do cenário do golpe colocando em relevo a luta de classes tanto no Brasil quanto na América Latina. Segundo Marini(2011b), esse artigo teve três resultados importantes: a superação de uma análise demasiadamente institucional e jurídica acerca do golpe; a tese de que se operava no país uma mudança na dinâmica de acumulação do Capital desde o período pós segunda guerra mundial, favorecendo o setor industrial explicitando também a existência de uma burguesia diversa mas que em sua dinâmica funcionava de forma integrada⁷ a questão do subimperialismo, utilizada pela primeira vez pelo autor, para a análise da realidade dos países dependentes.

O segundo artigo (terceiro estudo sobre esta temática) sob o título “*La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño*”, publicado em 1966, “procurava sintetizar os dois enfoques, com o propósito de desvendar as grandes linhas do processo histórico do Brasil moderno e a gestação das condições da revolução socialista”(Idem, p 69). Ainda, em relação a questão dos rumos da revolução socialista no Brasil, Marini escreve o ensaio “*El carácter de la revolución brasileña*” publicado apenas em 1970.

Ainda no final de 1965 no CEI, Marini foi incumbido de substituir um professor na disciplina História Diplomática da América Latina, a única ofertada no curso de Relações Internacionais que analisava a região. Este fato representou a abertura de uma nova frente de estudos para o autor que, até o momento, tinha um contato apenas preliminar com o tema América Latina. Nos três meses que antecederam o início das aulas, Marini se dedica ao estudo da bibliografia disponível, principalmente na biblioteca do CEI.

⁷ Tese esta que “constituiria em um dos pilares da teoria da dependência” (MARINI, 2011b, p 68).

Ao preparar as aulas da disciplina, Marini verifica que a maioria dos estudos latino-americanos eram desenvolvidos nos Estados Unidos, Inglaterra e França, além disso, nesses estudos imperava um tom paternalista e elitista.

O êxito em ministrar essa disciplina, fazendo algumas alterações, fez com que Marini a lecionasse até o final de sua primeira estadia no México. Para além do exercício profissional, os estudos latino-americanos passaram a ser uma frente de pesquisa a qual dedicou o resto de sua vida. Em sua vida profissional, enquanto professor do CEI, Marini realizou diversas atividades, organizando seminários, grupos de estudos e contribuindo para jornais e periódicos. Em 1967 até seu exílio contribuiu também exercendo a função de educador no Centro Regional de Construções Escolares (Conescal), uma entidade ligada à Organização dos Estados Americanos(OEA), onde pode também aprofundar seus estudos sobre a realidade latino americana. Outro ponto que marcaria sua trajetória profissional no futuro foi a possibilidade de contribuir para a criação de um Centro de Estudos Latino-Americanos assim como ministrar a disciplina “História do Brasil e seus Antecedentes portugueses” na Universidade Autônoma do México (Unam).

Em paralelo a essas atividades, enquanto texto relevante para o avanço da temática da dependência, em 1967 Marini publica o artigo “Subdesarrollo y revolución en América Latina”:

Esse ensaio, que reflete o essencial das investigações que eu vinha realizando desde fins de 1965, resume seu conteúdo na declaração inicial - “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” - e se dedica a demonstrar que esse subdesenvolvimento é simplesmente a forma particular que a região assumiu ao se integrar ao capitalismo mundial.(Idem, p 73)

Em 1968, sua estadia no México fica seriamente comprometida. Em maio deste ano, motivado pela vibrante agitação política do movimento estudantil brasileiro, Marini escreve um artigo ao jornal de grande circulação mexicano *El Dia*. Neste texto buscava analisar a dinâmica e as características das lutas deste setor no Brasil. No entanto, este texto só foi publicado em agosto, justamente na explosão das lutas do movimento estudantil mexicano. A publicação deste texto, juntamente com as suas atividades profissionais e engajamento político, gerou uma crescente tensão junto ao governo de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños. Essa tensão crescente torna insustentável sua estadia no país. Após o incidente conhecido como

massacre de Tlatelolco⁸ em outubro deste ano, Marini foi indiretamente convidado a se retirar pelo subsecretário de Gobernación da época.

Atendendo às solicitações governamentais, Marini começa a preparar seu desligamento, isso fez com que a vigilância e censura que estava sofrendo fossem interrompidas momentaneamente. Aos poucos vai se desligando das atividades profissionais e diminuindo substancialmente suas atividades políticas (embora essas não tivessem cessado totalmente) a ponto de se dedicar apenas às atividades enquanto professor no CEI realizando algumas contribuições para livros e periódicos e também preparando de um livro-síntese das suas pesquisas sobre a realidade brasileira e latino americana até aquele momento. Ainda em 1969, Marini publica sua primeira obra *Subdesarrollo y revolución*, segundo o próprio:

[...]é, pois, um texto datado, centrado prioritariamente sobre a análise dos problemas brasileiros, mas que alcançou grande difusão nos anos de 1970, com reedições quase anuais, e que entrou, inclusive, já perdendo força na década de 1980. A meu ver, o interesse que despertou se deve, em parte, à novidade do enfoque - inserido como está o livro na corrente das novas ideias que cristalizaram na teoria da dependência; em parte, à metodologia, que buscava utilizar o marxismo de modo criador para a compreensão de um processo nacional latino-americano, e, finalmente, à sua audácia política, que rompia com o academicismo timorato e asséptico que primara, até então, nos estudos dessa natureza. (Idem, p 79)

Apesar da grande difusão na Europa e na maioria dos países latino americanos, esta obra teve dificuldades de circular no Brasil e Argentina que apreenderam e destruíram uma grande parte das cópias que chegaram nestes países. Ainda segundo autor “Com ele[livro], fechei com chave de ouro meu primeiro exílio, durante o qual, ao mesmo tempo em que completava minha formação, me realizara pessoalmente.”(p 79).

Enquanto isso, Marini realizou as articulações necessárias para seu segundo exílio. Em um primeiro momento, sob mediação de Miguel Arraes, havia decidido partir para Argélia. No entanto, em virtude de um acordo entre o governo mexicano e a ditadura brasileira, a autorização para ir a este país lhe foi negada. Por não ter seus documentos liberados nem pelo governo brasileiro nem pelo mexicano, seu segundo pedido de de asilo político, desta vez para a França, também foi negado pelo país de destino.

O clima político favorável, atendendo a pedidos de companheiros (como Teothonio dos Santos e Vânia Bambirra) de entidades políticas, instituições e políticos (como Salvador

⁸ O massacre de Tlatelolco foi um protesto estudantil ocorrido em outubro de 1968 contra os jogos olímpicos que ocorreriam no país nas semanas seguintes. A manifestação foi duramente reprimida tendo milhares de pessoas presas e centenas de estudantes mortos.

Allende, senador na época), fez Marini recorrer e conseguir asilo no Chile. Após cerca de um ano de preparativos, em novembro de 1969, Marini chega a Santiago no Chile onde inicia seu segundo exílio.

2.3 Reconstrução e consolidação: elaboração acerca da questão da dependência (1969-1973)

Marini chega ao Chile já com um emprego garantido no Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción⁹. Antes de se mudar para esta cidade, durante os três primeiros meses neste país, Marini permaneceu em Santiago.

Nesses primeiros meses, pode desfrutar dos encontros com diversos colegas brasileiros como Vânia Bambirra, Teothonio dos Santos, Darcy Ribeiro entre outros. Esse tempo também serviu para se aproximar dos exilados políticos de outros países, assim como os próprios intelectuais chilenos como Pió García, Orlando Caputo e também reencontrar André Gunder Frank que estava lecionando na Universidade do Chile. Nesse período Marini pode testemunhar de perto os intensos processos de luta que o país vivenciava na época.

Apesar de receber uma proposta para permanecer em Santiago, Marini decide ficar um ano em Concepción. Esta cidade despontava-se como um centro irradiador das lutas. De um lado a cidade ostentava uma forte tradição industrial e a presença de um operariado ligado ao setor minerador, por outro as forças de esquerda, em especial o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), se expandem e ganham cada vez mais força entre o proletariado.

Num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias de minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota e Coronel. (Idem, 82)

Marini continua com sua frente de estudos sobre América Latina, no entanto, em virtude das diversas atividades empreendidas tanto na sua atuação profissional como em outros campos de sua militância, afastou-se momentaneamente da escrita de textos. Em 1970, em relação ao período anterior, Marini produziu apenas um prefácio de um livro de Miguel Arraes e um texto sobre os movimentos estudantis na América Latina.

⁹ Cidade situada a 500 quilômetros ao sul da capital Santiago.

Os desdobramentos políticos desse intenso período levaram Salvador Allende, representante da Unidade Popular (UP), a ganhar por uma pequena diferença nas eleições presidenciais no país. As movimentações políticas, aliadas ao desejo de se viver em uma cidade maior, fizeram com que Marini aceitasse o convite para trabalhar como pesquisador sênior no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile em Santiago, partindo para lá no final de 1970.

Em 1971, o governo de Salvador Allende fez com que diversos professores chilenos deixassem a universidade para ocuparem cargos e auxiliarem na administração do país. Com isso houve uma grande abertura de espaço para professores e pesquisadores oriundos de outros países nessas instituições.

O Ceso[Centro de Estudos Socioeconômicos] foi, em seu momento, um dos principais, centros intelectuais da América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, européia e estadunidense, principalmente de esquerda, passou por ali, dele participando de palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. Contudo, o segredo dessa intensa vida intelectual que o caracterizou e que se constituiu na fonte real do seu prestígio foi a permanente prática interna de diálogo e discussão, institucionalizada e nos seminários de área - as áreas temáticas eram células da instituição - e no seminário geral e continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo. O momento político que vivia o país, que tornara Santiago centro mundial de atenção e de romaria de intelectuais e políticos, fez o resto, além de incentivar o desenvolvimento de outros órgãos acadêmicos, como o Centro de Estudos da Realidade Nacional (Ceren), da Universidade Católica.(Idem, p 84)

Neste curto período no Ceso, Marini exerceu, para além da docência, diversos cargos administrativos como coordenador docente e membro da comissão de pesquisa desta universidade. Além disso, ministrou outros cursos como: Introdução às Ciências Sociais (que rendeu o ensaio “*Razón y sinrazón de la sociología marxista*”); Ciência Política; e Teoria da Mudança (que na prática era um curso sobre teoria da revolução).

Além dessas atividades, dialogando com as suas pesquisas até então, conseguiu a aprovação da universidade para iniciar um seminário sobre “Teoria marxista e realidade latino-americana”. Em um primeiro momento deste seminário se debruçaram na leitura d’O Capital de Karl Marx: “Não se tratava de uma simples leitura do livro, mas - para o que aproveitava da experiência do México - de torná-lo como fio condutor para a discussão sobre o modo de aplicar suas categorias, princípios e leis à compreensão da América Latina.” (Idem, p 85).

Para dar corpo neste seminário, Marini começa a trabalhar em um texto-base para essas discussões. Desde 1966, Marini havia reunido seus esquemas de aula, anotações de leituras, dados econômicos e estatísticos(em geral e de todos os países da América Latina individualmente) assim como esboços sobre uma interpretação desses dados:

A própria natureza desses materiais induziu-me a escrever um ensaio de caráter histórico, que não me satisfaz: o que procurava era o estabelecimento de uma teoria intermédia, que, informada pela construção teórica de Marx, conduzisse à compreensão do caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica.(Idem, p 85)

Nesse movimento Marini começa a esboçar um texto de maior fôlego teórico. Inicialmente prepara um primeiro texto partindo de um nível de abstração mais alto, no entanto, tanto este quanto todo o seu material de base foram perdidos em uma invasão que ocorreu em seu apartamento, restando apenas as notas de rodapé e algumas referências históricas desta primeira versão. Uma segunda versão ainda incompleta (faltando a parte final que analisava os processos de industrialização na América Latina) foi publicada no periódico *Sociedad y Desarrollo* em edição mimeografada pelo Ceso em 1972 sob o nome “*Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*”.

Este texto sem sombra de dúvidas foi o mais importante na trajetória de Marini e para o debate da Escola da Dependência(TRASPADINI e STEDILE, 2011). *Dialéctica...* tem como problema de pesquisa entender como a América Latina dialogava com o desenvolvimento mundial do capitalismo. Buscando negar a ideia Cepalina de que o subdesenvolvimento era um mero conjunto de índices negativos quando comparado com os países centrais, Marini tenta caracterizar a condição de subdesenvolvimento dentro da produção global de mais valor, assim como sua expressão nos lucros e as particularidades desse processo no subcontinente.

Assim que entrou em circulação, o texto adquiriu rapidamente uma enorme repercussão tanto na América Latina, quanto pelo resto do mundo. No entanto, a produção deste texto era apenas uma introdução do autor nessa nova etapa do aprofundamento de suas pesquisas, o sucesso do texto e sua rápida divulgação o obrigaram a começar a preparar o texto para publicar oficialmente tanto na América Latina quanto em outras regiões:

Minha relutância em publicar *Dialéctica de la dependencia* devia-se à consciência que eu tinha de que o texto era insuficiente para dar conta do estado de minhas investigações e ao meu desejo de desenvolvê-lo. Essa relutância foi vencida em parte, como indiquei, pela dificuldade que tive para impedir sua difusão e, em em

parte, porque o avanço do processo chileno me convocava de modo crescente a uma participação mais ativa, obstaculizando minha concentração nas questões teóricas gerais que me preocupavam.(MARINI, 2011b, p 89)

Mesmo com uma participação ativa na organização política chilena, ainda em 1972 Marini pode apresentar esse texto na conferência Afro-Latino-Americana das Organizações das Nações Unidas(ONU) em Dakar. Aproveitando a viagem, seguiu para Itália para apresentar um seminário (no qual se originou outro texto intitulado “*La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*”) onde também foi um espaço para a divulgação de seu texto. Em 1973 já havia cópias não autorizadas em toda a Europa, sendo que neste mesmo ano foi publicado na Espanha, Portugal e França; em 1974 na Alemanha e em 1976 na Holanda por exemplo.

Se por um lado houve um grande interesse e aclamação da intelectualidade ao redor do mundo, por outro despertou imediatamente críticas, a mais notória, por parte do sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso. Este inaugura uma série de publicações que visam descreditar os argumentos de Marini tanto em “*Dialética...*” quanto da TMD como um todo contribuindo assim para que o debate, os textos e as idéias oriundas dessa corrente não penetrassem em solo brasileiro durante décadas. O teor das críticas em grande parte estava baseado em uma leitura equivocada gerando falsas polêmicas.¹⁰ Em relação a esta querela, Dos Santos(2018) aponta:

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada ‘teoria da dependência’. Contudo, é desagradável constatar que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre essa polêmica que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente. A resposta de Marini somente veio a ser publicada no Brasil na edição *Dialética da dependência*¹¹.

Após ter decidido publicar oficialmente o texto, a primeira versão em formato de livro veio em 1974. Em resposta às críticas empreendidas a este texto (principalmente em resposta às críticas de Fernando Henrique Cardoso), Marini anexou a este texto um posfácio intitulado “Sobre a Dialética da Dependência”, no entanto, na época, esse texto só foi introduzido ao texto da edição mexicana. Neste trabalho, Marini buscou justificar a sua análise partindo da

¹⁰ Acerca dessa questão Cf. Traspadini(2014), Correa Prado (2011), Dos Santos (2018)

¹¹Cf. Marini(2000a)

circulação de capital passando pela produção e retornando a circulação, e também a resgatar as categorias de Marx para elucidar, entre outras polêmicas, as definições acerca da superexploração do trabalho e as diferenças com as bases conceituais da categoria exploração do trabalho.

No campo da militância política, desde 1969 Marini estava vinculado ao MIR. No calor desse período, essa organização já alertava para os desdobramentos perigosos da proposta reformista da Unidade Popular (partido que ganhou as eleições presidenciais com Salvador Allende):

Em Santiago, Ruy, não obstante sua intensa atividade intelectual no plano da investigação e da docência, não abandonou sua militância no MIR. Nunca quis assumir responsabilidades maiores no centro dirigente, pois parecia adivinhar que esse tipo de clausura partidária o faria perder liberdade e despende um tempo desmedido em tarefas burocráticas e pouco produtivas.

Ruy se reunia periodicamente com a comissão política[do partido] para analisar diferentes temas e compartilhava, cotidianamente, tarefas com alguns quadros dessa instância.(GUTIÉRREZ, 2011, p 258)

Sua trajetória militante está intimamente ligada a sua produção intelectual. Além dos estudos sobre América Latina e as mediações que buscava fazer com a teoria do valor de Marx, Marini estava no seio de um vigoroso debate entre MIR e UP sobre os rumos da organização do poder popular na tomada do poder no país. Enquanto a primeira defendia que a revolução em curso no Chile passava pelo fortalecimento dos trabalhadores sem concessões à direita (pois a burguesia está atrelada ao imperialismo), a segunda defendia uma revolução pacífica social-democrata (reformista).

Este cenário o impeliu a produzir diversos textos sobre análise de conjuntura tanto no Chile quanto no restante da América Latina. Em especial, cabe citar quatro ensaios que foram produzidos nesta época e que serviram de base para a produção do livro *“El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile”*¹² (publicado pela primeira vez em 1976 no México): *“Acerca de la transición al socialismo”*, *“El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación”* e *“La política económica de la ‘vía chilena’”*. Todos esses ensaios foram publicados individualmente em 1973. Além destes textos Marini anexou outros dois ensaios para a 5ª edição revisada e ampliada de seu livro *“Subdesarrollo y revolución”*.

¹² No Brasil, este livro teve sua primeira edição publicada no país apenas no final de 2019. Cf. Marini(2019)

A vibrante experiência política e intelectual pela qual o Chile passava foi duramente interrompida com o golpe militar que ceifou a vida de Salvador Allende assim como dezenas de milhares de militantes do país. Em virtude da violência do golpe militar e sob orientação do MIR para se exilar e organizar a resistência no exterior (GUTIÉRREZ,2011), Marini cai novamente na clandestinidade e, refugiando-se na embaixada do Panamá, no dia 13 de setembro é dado como “desaparecido” por algum tempo. Esse fato fez com que chegasse a ser considerado assassinado pelos militares e pela militância latino americana.

Meu exílio chileno correspondeu, assim, à minha chegada à maturidade, no plano intelectual e político. Os acontecimentos que marcaram o seu fim - o golpe militar de 11 de setembro, a experiência do terrorismo estatal em seu mais alto grau, os dias passados na embaixada do Panamá, onde cerca de duzentas pessoas faziam um esforço disciplinado e solidário para coexistir em um pequeno apartamento, sob o ruído de bombas e tiroteios - foram vividos com naturalidade, como contingências de um processo cujo significado histórico estava perfeitamente claro para mim. (MARINI, 2011b, p 94-95)

Em outubro de 1973, Marini viaja para o Panamá, onde chega sem nenhum documento e com apenas 40 dólares que Carmen, a trabalhadora responsável pela limpeza da sua casa, solidariamente lhe deu para seguir viagem.

2.4 Nova reconstrução: elaboração acerca da questão da dependência (1973-1984)

O Panamá não se apresentava como uma opção de permanência pois, entre outros motivos, apesar da receptividade dos exilados no país e dos intelectuais panamenhos, havia uma posição não muito clara do governo sobre a questão dos exilados políticos. Assim que Marini retoma sua comunicação com o resto das pessoas, em resposta a este anúncio, surge uma grande rede de solidariedade com manifestações de apoio tanto na América Latina quanto na Europa. Além de conseguir receber desta rede os recursos financeiros necessários para sua sobrevivência, também recebe diversas propostas de trabalho e asilo político.

Na sua busca por um novo lugar para se fixar, Marini tinha como prioridade se estabelecer na Argentina em virtude da proximidade com o Chile. E, em segundo lugar, no México onde recebera diversas propostas de trabalho. No entanto, ambas as opções de mudanças não foram exitosas principalmente pela grande demora desses países em autorizar a viagem e a expedição de documentação.

Paralelamente a isso, Marini recebeu diversas propostas para se estabelecer na Europa, em especial na Itália. Entretanto, "a oferta mais insistente e interessante, quanto aos aspectos financeiro e de documentação migratória, partiu espontaneamente de Otto Kreye, do Instituto Max Planck, de Starnberg, perto de Munique"(Idem, p 97). Além disso, a direção do MIR determinou que sua militância se concentrasse nos trabalhos externos, em especial, no continente europeu para fortalecer a rede solidariedade internacional à resistência chilena contra o golpe. Neste caso, a Alemanha despontava como um dos países e oferecia maior quantidade de apoiadores políticos à organização (GUTIÉRREZ, 2011).

Após três meses de permanência no Panamá, no final de janeiro de 1974, Marini parte para um novo exílio, desta vez na Alemanha. Neste país Marini pode reencontrar-se com alguns colegas que também foram convidados para lecionar no instituto como seu antigo amigo André Gunder Frank.

Integrando uma ótima equipe e contando com uma infraestrutura de trabalho sem paralelo com as que tive antes e vim a ter depois, devo reconhecer que meu rendimento intelectual foi baixo, no período seguinte. Afora a participação em seminários, inclusive em um que realizou a equipe do Max Planck em setembro, em Starnberg, e a realização de conferências, foi pouco o que produzi ali.(MARINI, 2011, p 98)

Com relação às suas atividades na Alemanha, uma das suas contribuições mais significativas foi a participação de um comício na cidade de Frankfurt em 1974 para recordar o primeiro ano do golpe militar chileno, segundo Gutiérrez(2011) esse comício contou com a participação de mais de 300 mil pessoas.

Nessa época, apesar da pouca produção, conforme apontamos no subtópico anterior, foi um período de grande difusão de suas obras, quando teve a tradução de seus livros em vários idiomas além de poder organizar seus escritos para novas edições dos livros já publicados.

Apesar da vida intensa na Alemanha, em paralelo, Marini atende a uma oferta para trabalhar como professor visitante na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais (FCPyS) da UNAM no México. Durante os próximos anos, Marini dividiria seu cotidiano em atividades em ambos os países.

No México Marini consegue conciliar as rotinas, lecionando na graduação, orientando monografias de conclusão de cursos além de contribuir para jornais(a partir de 1975) e

periódicos. Nesta última atividade, teve como iniciativa mais relevante a fundação ainda em 1974 do periódico *Cuadernos Políticos*, publicação que durou até 1990.

Marini concilia suas atividades profissionais e políticas na Alemanha e México até meados de 1976, quando opta por se fixar em território mexicano. No entanto, em virtude da intensidade de tarefas e obrigações, até início de 1977, Marini não consegue dar a atenção necessária tanto às suas pesquisas quanto à sua vida pessoal.

Mesmo sem um plano de estudos delineado, ainda em 1976, em virtude da discussão do golpe chileno, conforme mencionamos no subtópico anterior, Marini organiza seus ensaios produzidos ainda em 1973 para o lançamento do livro “Revolução e Contrarrevolução: estudos sobre o Chile” no México. Além disso, em virtude das constantes análises de conjuntura sobre a América Latina e em especial o Chile, Marini, em seus ensaios, começa a ratificar alguns conceitos sobre a discussão do Estado na América Latina que vinham se delineando desde suas análises em 1973 como por exemplo, a caracterização de Estado contrainsurgente em detrimento do conceito de fascismo nos Estados Latino-Americanos.

Somam-se a isso as prospecções sobre o futuro das ditaduras latino americanas, tendo um de seus textos sínteses publicado no periódico estadunidense NACLA em 1976, o artigo “*A new face for counterrevolution*”. Nas palavras de Marini(2011):

Neles[textos que deram origem a esse artigo], eu indicava o deslizamento da ênfase estadunidense da doutrina clássica da contrainsurgência, que incentivava os golpes militares da região, para formas de democracia limitada, que Samuel Huntington chamava de “democracias viáveis”. Combinando isso com a análise das tendências que, embora tenuemente, se delineavam no Brasil e em outros países latino-americanos, eu previa a substituição de ditaduras militares e os processos e redemocratização. Estes, apesar de começarem com cartas marcadas, buscando a construção de um Estado de quatro poderes (com um poder tutelar, a ser exercido pelas Forças Armadas, superposto aos três poderes da democracia burguesa representativa), abriam, a meu ver, amplo espaço à mobilização das forças populares e exigiam da esquerda uma readequação política radical.(p 105-106)

Em 1977, Marini fundou o Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário da América Latina (Cidamo), em que permaneceu na direção até 1982. Este foi um espaço importante no qual Marini conseguiu agregar diversos pesquisadores(como seus ex-orientados Jaime Osório e Adrian Sotello por exemplo) para o levantamento de documentação e a formação de equipes dedicadas à análise de conjuntura.

Em paralelo, durante sua trajetória no MIR, Marini foi convidado em vários momentos para compor a direção deste partido, convite que recusou diversas vezes. Já no final de 1977,

este partido começa a empreender o processo de retorno dos seus militantes chilenos para o país para a reinserção imediata nos processos políticos, apoiando as forças partidárias que lutavam pelo fim da ditadura no país. “Tratava-se de uma política cuja intensidade e volume estariam determinadas pela retaguarda social real do partido no Chile. Tratava-se do aproveitamento das oportunidades e espaços que se constituíram para legalizar uma política e alguns quadros.”(GUTIÉRREZ, 2011, p 263)

A partir desse novo contexto em que se encontrava o MIR, Marini aceita o convite do partido e começa a se integrar à direção do comitê central dessa organização para ajudar nesta retaguarda do processo e contribuir para a implementação desta política da organização.

Também em 1977 Marini elabora uma dissertação para pleitear o cargo de professor titular B para na FCPyS, sob o título “*La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo*”, tem seu trabalho aprovado e passa a ser professor efetivo na instituição.

Já em 1978, Marini publicou “*Las razones del neodesarrollismo*”, uma resposta a crítica escrita por José Serra e Fernando Henrique Cardoso intitulada “*Las desventajas de la dialéctica de la dependencia*”. Neste artigo, além de rebater as críticas e neutralizar o evidente processo difamatório, Marini buscava um espaço maior entre a intelectualidade brasileira em virtude da abertura política que se avizinhava.

Com mais estrutura, Marini continuou se dedicando à questão do Estado, principalmente em virtude dos desdobramentos das intervenções militares na América Latina. Com a lei de anistia política, após 14 anos, Marini retorna ao Brasil para uma breve visita em dezembro de 1979. Neste ano também apresenta seu ensaio “*La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina*” em uma mesa redonda do Núcleo de Estudos do Caribe e América Latina(Necla), no qual polemiza essa questão com Pió Garcia e Teothonio dos Santos. Esse ensaio teve grande divulgação sendo publicado em diversos periódicos. A difusão e avanços de suas análises acerca desta questão geraram o convite para apresentar seminários em diversos países como Colômbia, Estados Unidos e, graças a um clima político mais ameno, em 1980 Marini apresenta as idéias desse ensaio em um curso que elaborou para Escola Interamericana de Administração Pública no Rio de Janeiro.

Ainda em 1979¹³, Marini apresenta outra dissertação sob o título “*Plusvalía extraordinária y avumulación de capital*” para promoção para o cargo de professor efetivo da

¹³ No memorial de Ruy Mauro Marini, este apresenta como ano de defesa do trabalho em 1980. No entanto, ao confrontar com a data do trabalho publicado em Cuadernos Políticos n. 20, verificamos que a data correta corresponde ao ano de 1979 (MÉXICO, 2018).

divisão de Pós-Graduação da Escola Nacional de Economia (ENE), instituição em que também trabalhava como professor visitante desde 1977, obtendo aprovação. No entanto, Marini elaborou este trabalho com a finalidade de consolidar alguns estudos acerca do debate sobre a reprodução do capital no Livro II d'O Capital de Marx. Não pretendendo continuar a lecionar nessa instituição, logo que teve seu trabalho e o resultado do exame aprovado, Marini renunciou a este cargo.

Esse ensaio - provavelmente, o menos conhecido dos meus escritos - é um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária. (Idem, p 112)

Em 1980, as pesquisas realizadas no Cidamo já apresentavam alguns apontamentos parciais. Neste ano, Marini coordena a pesquisa e publicação dos resultados de Adrián Sotelo e Arnulfo Arteaga, pelo Cidamo, sob o título “Análisis de los mecanismos de protección al salario en la esfera de la producción”. Outro resultado do centro foi a constituição dos periódicos *Cidamo Internacional* e *Cadernos de Cidamo*.

Neste periódico, Marini publicou alguns trabalhos ao longo dos anos: em 1980, publicado com a colaboração de Arteaga e Sotelo, o texto “*Proceso de trabajo, jornada laboral y condiciones técnicas de producción*”; também em 1980 publica “*Sobre el padrón de reproducción del capital en Chile*”; e em 1982 publica “*Crisis, cambio técnico y perspectivas del empleo*”.

Embora o centro de suas pesquisas continuasse sendo “o desenvolvimento capitalista latino-americano e o modo como era percebido e influído pelo processo teórico”(MARINI, 2011b, p 109), a estruturação do Cidamo possibilitou que Marini abrisse mais três linhas de pesquisa auxiliares:

Uma delas, referida à situação internacional, centrou-se nas condições e consequências da passagem do sistema mundial de poder da bipolaridade à multipolaridade[...] Outra, tinha como objeto as características da crise econômica mundial e suas implicações para a América Latina, preocupando-se particularmente com os efeitos das novas tecnologias nas condições de trabalho[...]

Uma terceira linha de reflexão girou em torno dos rumos do socialismo mundial, tendo em vista a crise da esquerda europeia na segunda metade dos anos de 1970, e a questão polonesa, em 1980[...]. Em cursos e conferências - na Unam, em Cidamo; na Colômbia, em Cuba, no Canadá -, comecei a desenhar uma reinterpretação do processo histórico do socialismo, que retomava, de certo modo, o tratamento que eu lhe dera, no Chile, no curso sobre a teoria das revoluções, apontando para a necessidade de situar o socialismo na perspectiva histórica das lutas de classes

nacionais e internacionais, incluindo as que correspondiam à América Latina[...]. (MARINI, 2011b, p 108-109)

A relação de Marini com o Brasil se aprofundava cada vez mais desde a lei da anistia de 1979. Marcada por algumas visitas a este país (em uma delas ficando detido por cerca de três dias), Marini inicia seu retorno em definitivo para o Brasil no início de 1984, após vinte anos de exílio. Nesta transição Marini mantém seu vínculo enquanto professor da UNAM até dezembro deste ano quando renuncia ao cargo.

2.5 Últimos desafios (1984-1997)

Ao se restabelecer no Brasil, Marini sente o peso dos 20 anos de exílio ao se deparar com um cenário intelectual totalmente diferente ao do momento de sua partida. A ditadura brasileira, além de impor uma grande censura na produção intelectual do país, conseguiu por um lado garantir certo isolamento cultural do Brasil em relação à América-Latina ao mesmo tempo que incentivou a modismos teóricos produzidos nos Estados Unidos e Europa.

Esses aspectos, junto ao terrorismo de Estado, desmantelam o clima de efervescência intelectual vivido nos anos de 1960, desmontando os programas de pesquisa e dispersando os pesquisadores, relegando considerável parte deste corpo ao exílio. Os pesquisadores que permaneceram no país ficaram a mercê de um processo de cooptação, segundo Marini(2011b):

Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípua de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo - principalmente ao ter início a desagregação do regime, em fins dos anos de 1970, uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele - qualquer que fosse sua conotação política - que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo. Por outra parte, o ambiente fechado que sufocava o país resultava proveitoso para os que nele podiam entrar e sair livremente, monopolizar e personalizar as ideias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. (p 114-115)

O novo perfil da esquerda distante do horizonte de radicalização política, dos movimentos de massa em geral, predominantemente social-democrata, se apresentou como o novo terreno que Marini deveria enfrentar no Brasil.

Apesar deste cenário, Marini buscou dar continuidade às suas atividades. Desde 1984 manteve, embora em um ritmo consideravelmente menor, sua trajetória enquanto colaborador em textos jornalísticos assim como tentou estabelecer a publicação de alguns periódicos como a revista trimestral *Terra Firme*, no qual teve apenas duas edições. Em 1986, sob este intento resultou na elaboração do ensaio “*Possibilidades e limites da Assembléia Constituinte*” publicado em uma coletânea organizada por Emir Sader sob o título “*Constituinte e democracia no Brasil hoje*”.

Ainda em 1984, Marini começa a trabalhar na Fundação Escola de Serviço Público(Fesp) do Rio de Janeiro, onde Teothonio dos Santos ocupava o cargo de diretor. Nesta instituição, Marini ocupa a coordenação de projetos acadêmicos além de assumir a missão de criar o Curso Superior de Administração Pública(Cesap). Mesmo com o projeto assinado e aprovado pelo presidente da república em 1986, a ausência de recursos e a conjuntura política desfavorável inviabilizaram a implementação deste curso.

Apesar do fracasso dessa empreitada, durante o período em que permaneceu na Fesp, Marini apresenta contribuições tanto na participação como na organização de seminário e cursos entre 1984 e 1986 pela própria Fesp mas também através de parcerias como a Universidade das Nações Unidas(UNU) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq). Seus trabalhos da época versam principalmente sobre a conjuntura política como a abertura democrática no Brasil e América Latina assim como os novos processos da acumulação capitalista da região.

Com a derrota de Darcy Ribeiro nas eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro em 1986, seu emprego é seriamente ameaçado na Fesp, situação que toma concretude com a assunção do governo de Moreira Franco em 1987.

Em paralelo a isto, Cristóvam Buarque, reitor da Universidade de Brasília da época, informa Marini sobre a possibilidade de ser reintegrado a instituição¹⁴. Em março de 1987, Marini rumo para Brasília onde reassume o cargo de professor dessa Universidade.

¹⁴ Em 1979, após a Lei da Anistia, Marini havia solicitado sua reintegração à UnB, no entanto, a requisição foi solenemente ignorada pela instituição.

Atuando na UnB, além de poder trabalhar novamente com Vânia Bambirra e Teothonio dos Santos , contribui na proposição e trabalho em disciplinas com enfoque na teoria marxista, Estado, conjuntura brasileira e latino americana. Assume também a coordenação de pós-graduação em Ciência Política, participa do Conselho Acadêmico do Programa Doutorado em América Latina realizado pela UnB em conjunto da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso), além de integrar o conselho Conselho Editorial da UnB.

No período de 1986 até 1989 Marini realizou três pesquisas: em parceria com outros autores, investiga os níveis de concentração de renda a partir de 1960 no Brasil no qual a conclusão desta culminou com a publicação do relatório “ *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e movimentos sociais no Brasil*” publicado ainda em 1986; a segunda pesquisa realizada nesse período, Marini realiza um estudo acerca da indústria automobilística e em 1987 publica a primeira parte desta pesquisa sob o título “*Crise e reconversão da indústria automobilística mundial*”; a terceira pesquisa se debruçou no estudo sobre o déficit público brasileiro, fruto da iniciativa do Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico (Ildes), acabou rendendo dois relatórios: “*A política de promoção às exportações e déficit público no Brasil*” publicado em 1988, e “*Estado, grupos econômicos e projetos políticos no Brasil, 1945-1988*” publicada no ano seguinte.

Ainda neste período, no campo da militância dentro do MIR, a organização passa por um profundo e acirrado debate: de um lado a força majoritária tencionava para uma postura para o estabelecimento de uma luta armada, restrição do estabelecimento de amplas alianças e reorientação da tática para a tomada imediata do poder em detrimento da luta contra a ditadura militar; do outro lado a corrente minoritária defendia uma política de amplas alianças pleiteando as direções dos espaços de luta somando-se a luta contra a ditadura mas sem se subordinar às forças burguesas. As tensões entre essas duas correntes culminaram com o racha do MIR em 1987. Marini toma partido e integra ao grupo minoritário que passou a ser denominado MIR Político. (GUTIERREZ, 2011)

Apesar das diversas pesquisas e atividades empreendidas nos sete anos de retorno ao Brasil, as novas características exigidas em comparação aos anos e 1960 colocam Marini em uma posição de descontentamento dos rumos de sua produção intelectual:

A carga de trabalho que essas pesquisas acarretaram, e que se somava a minhas atividades acadêmicas normais, foi sendo, aos poucos, percebida como um mecanismo de drenagem e minha vida intelectual, em favor da minha refuncionalização ao sistema científico-cultural vigente no país. De fato, ela implicava que as inquietações e objetivos de pesquisa, derivados de minha própria trajetória de trabalho, assim como a seleção de temas de estudo a que ela tende, fossem deslocados do centro de minha ocupação principal, passando a receber um tratamento marginal, lento e penoso, quando recebiam algum. (Marini, 2011b, p 124)

Essa insatisfação com os rumos da sua pesquisa, em especial com a questão da dependência aliada à necessidade de cuidar mais de sua saúde, fez com que Marini suspendesse todas as suas atividades e projetos de pesquisa se retirando em uma licença sabática durante o decorrer do ano de 1990.

Em 1992 Marini tem seu primeiro livro publicado oficialmente no Brasil (MARINI, 1992), *“América Latina: dependência e integração”* trata-se de uma coletânea de diversos textos publicados pelo autor acerca dessa temática.

Já em 1993, ainda sob influência desse período de balanço, Marini repensa rumos de sua atuação profissional e volta a morar no México para trabalhar UNAM no México:

Depois de dez anos de tentativa[de continuar morando no Brasil], Marini regressou ao México. Foi recebido calorosamente, sendo solicitado a ele que coordenasse a pós-graduação em Estudos Latino-Americanos, em que realizou um grande trabalho de convocatória à comunidade intelectual e reforçou os programas de estudo, dando um novo vigor ao espírito latino-americanista que, depois de vários anos de neoliberalismo, estava quase perdido.(CECEÑA, 2011, p 281)

Desde que chegou ao México, Marini se colocou prontamente a pesquisar a categoria dependência às luzes do avanço do neoliberalismo da América Latina dos anos 1990. Este movimento resultou em um processo de revisão e compilação do pensamento latino americano do final do século 19 até à década em que se encontrava (Idem, 2011). O resultado, em parceria com Márgara Millán, levou a produção da *“Teoria social latino Americana”* publicada em 4 volumes.(TRASPADINI e STEDILE, 2011b)

Em 1997 Marini interrompeu suas atividades em função de seu estado de saúde, retornando ao Brasil e falecendo neste mesmo ano (MARTINS, 2017). A questão da dependência na América Latina se apresenta como um eixo central de pesquisa e produção intelectual durante praticamente toda a vida deste autor. Para além disso, sua produção

intelectual foi uma expressão de uma vida militante dedicada à superação da condição de subdesenvolvimento da América Latina e do capitalismo no mundo.

Cabe concluir insistindo num traço peculiar da teoria da dependência, qualquer que seja o juízo que dela se faça: sua contribuição decisiva para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo pela primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, em vez de receptor, o pensamento latino-americano passasse a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos[...] (MARINI, 2011b, p 127)

A partir destes elementos históricos - buscando traçar as conexões entre a conjuntura em que Marini se encontrava, sua atuação militante e produção intelectual - e para fins deste estudo, analisaremos a evolução das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo em Ruy Mauro Marini a partir da seguinte divisão: análise das obras que fundamentaram a base da questão da dependência, compreendendo o final da década de 1960 e culminado no texto *Dialética da Dependência* de 1972 em um primeiro momento e, a partir desta consolidação, analisar os textos que abordam centralmente a questão da categorias que nos propomos analisar no período após a publicação da *Dialética...* até o falecimento do autor . A partir desse movimento, ao longo de nossas análises, tentaremos levantar as alterações e saturações de significado destes pontos para o autor, buscando entender a evolução de suas concepções ao longo de sua produção teórica.

3. SUBDESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO e DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: primeiras consolidações acerca das categorias dependência, subimperialismo e superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini

Conforme apontamos no capítulo anterior, a produção teórica de Ruy Mauro Marini está intimamente ligada à sua atuação profissional e militante dentro do movimento socialista. A questão da dependência e os conceitos que dela derivam fazem parte de um esforço em desvelar as particularidades dos processos de acumulação capitalista na América Latina e os rumos da revolução socialista no Brasil e no subcontinente.

É neste contexto que “Subdesenvolvimento e Revolução” surge enquanto primeira obra mais robusta na qual Marini busca introduzir a questão da dependência, atrelando o resgate dos processos de luta de classe da década de 1930 até o início da década de 1970. Este resgate teve como pano de fundo o golpe empresarial-militar que teve início em 1964 e se consolidou em 1968 com a implementação do Ato Institucional - 5 (AI-5).

Segundo Luce(2018):

Este trabalho de Marini procura responder três blocos de questões. Primeiro, quais as causas do subdesenvolvimento e da dependência e que determinações exercem na estrutura social de países como o Brasil. Segundo, como se moveu a luta de classes na conjuntura compreendida entre 1950 e 1964 e qual o significado histórico do golpe militar, tanto para a política do reformismo, quanto para a condição do Brasil enquanto formação econômico-social. Terceiro, qual o caráter da revolução brasileira, quem são as classes revolucionárias e seus aliados e que forma deverá assumir o processo revolucionário. (p 239)

No estudo que apresentaremos a seguir, apesar de tangenciar as outras questões, repousamos nossas análises majoritariamente nesta primeira questão. Para além de uma síntese, organizamos a exposição deste texto com o intuito de desvelarmos a construção das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo. No entanto, ressaltamos que o livro escrito por Marini, aborda uma quantidade de informações e uma pesquisa muito maior do que o recorte que apresentamos a seguir.

3.1 Subdesenvolvimento e revolução (1969)

Retomando os aspectos históricos, a publicação do livro *Subdesenvolvimento e Revolução* em 1969 assim como a revisão e ampliação desta em 1973, representa uma síntese de diversos debates travados por Marini principalmente após 1964. Como forma de estabelecer um diálogo com o histórico de Marini abordado no capítulo anterior, resgataremos o histórico de cada texto e, sempre que possível, acrescentaremos as particularidades históricas de cada texto em análise.

3.1.1 Breve retomada histórica

Em uma primeira frente, Marini busca trazer à tona elementos fundamentais para a caracterização do golpe de 1964 contribuindo para o debate e o avanço teórico do campo revolucionário da época. Uma parte das contribuições está direcionada à tentativa de romper com a visão da esquerda da época, em que o golpe empresarial-militar tinha como eixo principal a força exercida pelo imperialismo norte americano. Se opondo assim às análises deste processo, em que colocava como eixo central os desdobramentos dentro das instituições do Estado no Brasil em detrimento da disputa das frações no interior da classe burguesa assim como a sua relação com a classe proletária. A compreensão das relações causais deste processo se constitui em um dos eixos centrais para entender o desenvolvimento capitalista dependente assim como os elementos de continuidade e ruptura no processo de acumulação capitalista no Brasil.

Segundo o resgate histórico que realizamos, a problematização destes elementos serviram como alicerce para a escrita de um dos textos basilares para este livro: *A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* (parte II do livro). Este texto e, em determinada medida o livro como um todo, tem como eixo central:

1) Explicar as condições internas da vitória empreendida pela classe burguesa contra os trabalhadores neste período;

2) Elaborar um histórico da luta de classes no Brasil entre 1930 e o final da década de 1960;

3) Apresentar contribuições acerca da discussão do socialismo e dos rumos da revolução brasileira.

A caracterização das condições internas não excluem os fatores externos. Neste sentido, o diálogo entre os fatores internos e externos, principalmente a consolidação de uma fração da burguesia brasileira e sua relação simbiótica com o processo ampliado de acumulação do capital, se tornaram bases fundamentais da constituição da categoria dependência neste autor. Esses apontamentos se desdobraram no artigo publicado em 1967 chamado *Subdesenvolvimento e Revolução*. Este texto, que veio a ser o título do livro e da primeira parte desta obra, tem como centralidade a tentativa de demonstrar que a “história do subdesenvolvimento americano é a história do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2011b, p 73)

Relembramos que em 1973, além de correções, Ruy Mauro Marini adicionou mais dois ensaios, correspondentes à parte III “O movimento Revolucionário Brasileiro” e à parte IV “Rumo à revolução continental” que corroboram e atualizam estes eixos.

É a partir da caracterização da dependência e os primeiros delineamentos sobre seus desdobramentos, em especial o subimperialismo e superexploração da força de trabalho, que delimitamos este breve recorte histórico. Com isso, apresentaremos uma síntese, balizada pelos objetivos deste trabalho, do desenvolvimento do argumento de Marini no livro “Subdesenvolvimento...”.

3.1.2 A construção da análise das relações dependência e seus desdobramentos

Conforme a proposta argumentativa de Marini, a primeira parte do livro tem como principal tese apresentar as origens do subdesenvolvimento, em especial no Brasil, assim como a relação da sua estrutura econômica dependente com o desenvolvimento do capitalismo mundial.

Neste primeiro momento, Marini inicia um resgate histórico sobre o desenvolvimento do capitalismo mundial que deu origem à relação de dependência econômica latino americana. Como recorte dos mecanismos que gestaram esta relação, Marini aponta como

marco histórico 1875, quando a Alemanha e os EUA se consolidaram enquanto potências econômicas e quando o Brasil começou a orientar suas exportações para o mercado norte americano.

Neste período, o aumento do desenvolvimento industrial nos países centrais possibilitou um crescimento das unidades produtivas e o surgimento dos monopólios. Esse grande processo de acumulação de capital empurrou as potências econômicas e o capital monopolista a transcender suas fronteiras nacionais. Este excedente se materializou na forma de empréstimos, financiamentos e, ainda em menor grau, como investimentos diretos em outros países.

Portanto, diferentemente dos créditos externos utilizados antes e que correspondiam a operações comerciais compensatórias, a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista. (MARINI, 2012c, p 49)

Essa ressignificação das relações mundiais implicou em uma apropriação direta do capital estrangeiro dos excedentes gerados nas economias dependentes latino americanas. No entanto, este processo não significa o fim da burguesia nacional nestes países, pelo contrário, o desenvolvimento dos países centrais - dado pelo grande aumento da sua infraestrutura, industrialização e urbanização gerou uma grande demanda de matérias-primas e alimentos - gerou um aumento das exportações e dinamização das economias dependentes e dos seus respectivos setores dominantes.

Para assegurar e lucrar com este processo, o capital estrangeiro tende a assumir diretamente o controle dos principais setores exportadores dos países dependentes através de investimento direto. As burguesias locais se beneficiam ficando com “o controle das atividades secundárias de exportação ou a exploração do mercado interno.”(Idem, p 50)

Ao contrário das economias centrais, as economias dependentes realizam sua mais-valia predominantemente mediante a exportação. A maior parte das rendas obtidas neste processo são aplicadas na forma de importação. A partir da dinâmica de investimento e realização de mais-valia, os países dependentes estão sujeitos à ação externa e direta em sua economia pelos países hegemônicos.

Nos países dependentes, Marini explicita basicamente dois tipos de organização das exportações. De um lado, estão os países que haviam estruturado suas economias à exportação anteriormente, e que, ao receberem investimentos externos, partilham o controle das exportações ao mesmo tempo que gozam de relativa autonomia na realização de seus próprios investimentos:

Em geral, o excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais excedente produziu (o que explica a afirmação sobre a tendência à monoprodução); porém, para atender o consumo das camadas da população que não têm acesso aos bens importados, ou então como defesa contra as crises cíclicas que afetam regularmente as economias centrais, parte do excedente se orienta também para atividades vinculadas ao mercado interno. (Idem, p 51)

Do outro, estão os países em que não havia uma indústria para exportação estruturada. Nestes países, vemos uma situação de menor autonomia das burguesias locais quanto às estruturas de exportação. Os investimentos organizados diretamente pelo capital estrangeiro geraram um controle direto dos setores industriais voltados à exportação pelos países centrais. À estas economias, em um grau de intensidade maior: “Partes substanciais de mais-valia são subtraídas do país através da exportação de lucros e, nos ciclos de depressão na metrópole, ela é transferida integralmente.” (Idem, p 52)¹⁵

Nesta dinâmica, as burguesias locais precisaram encontrar formas de viabilizar e recompor as perdas geradas pelo repasse de mais-valia. A recomposição se deu, em grande medida, através do processo de superexploração do trabalho. Ainda sem entrar em detalhes, é na tentativa de explicar a vinculação dos países dependentes latino americanos à economia mundial que o autor apresenta esta categoria:

A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial. (Idem, p. 52)

Apesar desses processos se gestarem no final do século XIX, é na primeira metade do século XX, com a consolidação do imperialismo que as relações de dependência se consolidam. O crescimento das economias dos países centrais, no qual citamos anteriormente,

¹⁵ Para uma análise mais completa das diferentes formas de estruturação iniciais das economias dependentes latino americanas Cf; Bambirra (2011)

levou a um processo de reestruturação das economias mundiais por parte dos países imperialistas.

À busca por mercados e formas de reinvestir o excedente de capitais levou a um crescente aumento das tensões entre os países centrais. Estas disputas, assim como a reorganização desta nova fase do capitalismo levaram a 3 momentos decisivos neste rearranjo. Às buscas por estes mercados, conduziram à primeira e segunda guerra mundial, enquanto em 1929 o capitalismo viveu uma de suas maiores crises de produção.

A economia que emerge deste processo restabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em um nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação. (Idem, p 53)

Este processo levou à consolidação dos EUA como centro hegemônico do capitalismo, explicando em parte a força que este país exerce no restante do continente. Ao mesmo tempo, o desdobramento da II Guerra Mundial consolida, enquanto tendência, um efetivo campo socialista que exerce influência nos desdobramentos nas lutas políticas na América Latina.

A consolidação desse sistema, acompanhado do repasse do capital excedente dos países centrais às economias dependentes, se desdobrou na transição relativamente tranquila de uma economia agrária para industrial em alguns países do subcontinente.

No entanto, a ausência de um processo explicitamente violento foi utilizada equivocadamente pela esquerda como um elemento para justificar que não houve uma transição completa ao sistema capitalista e a integração entre o centro e os países dependentes. Para estes setores, esse fator legitimava a necessidade de uma revolução burguesa, no entanto, conforme a exposição de Marini(2012c), a burguesia latino americana conseguiu realizar essa integração aliada aos interesses estrangeiros.

Apesar de “tranquilo”, este processo de transição e integração não aconteceu sem contradições. Ao mesmo tempo em que os países centrais se lançavam em guerras e buscavam solucionar as crises econômicas, alguns países latino americanos, como Brasil, Argentina e México, se beneficiaram desta conjuntura tendo alguns setores da burguesia industrial que se aproveitaram desta oportunidade. Esta conjuntura gerou a liberação de demanda dos seus mercados internos que já não estavam sendo satisfeitos por via da importação.

Nas economias dependentes, onde havia uma indústria construída e controlada diretamente pelo capital estrangeiro, a impossibilidade e a abertura desta reorientação do setor industrial gerou desdobramentos mais violentos que foram duramente reprimidos pelas antigas classes dominantes desses países.

No desenrolar da década de 1930, a relação entre burguesia industrial, voltada para o mercado interno nos países em que já havia uma industrialização, e a burguesia agrário exportadora começa a gerar conflitos quando, à medida em que os países centrais se consolidam, o imperialismo vai ganhando novos sentidos, principalmente com a consolidação do imperialismo pós segunda guerra mundial.

O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalizão dominante. As divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do Estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. Essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e impor o seu predomínio. (Idem, p 57)

Neste período, vemos um crescente aumento de volume de exportações por parte dos países de economia dependente. Paralelamente, nos países centrais e especificamente nos EUA (país que não enfrentou danos em seu setor produtivo), houve um grande processo de acumulação de Capital dando continuidade ao crescimento na produção de bens de capital juntamente a um grande desenvolvimento tecnológico intensificando a inserção em novos mercados e acirrando as contradições entre os setores dominantes dos países dependentes.

Assim, no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, toparam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para entrar na economia periférica e implementar este setor. É natural, portanto, que, na busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento - e vale lembrar que o campo representado pela indústria leve davia sinais de esgotamento -, a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Mas também se compreende que, junto ao conflito já existente com as antigas classes dominantes internas, a abertura dessa segunda frente tenha conduzido o conjunto da política burguesa ao fracasso. (Idem, p 60)

Ainda no período pós I Guerra Mundial, a nova fase no processo da industrialização dos países centrais impulsionou um ciclo de renovação tecnológica que possibilitou uma renovação dos meios de produção e de expropriação maior de mais-valia relativa. Este processo foi transferido aos países dependentes na forma de transferência de bens de capital voltado principalmente à indústria pesada. Ao adquirir uma tecnologia ultrapassada, apesar de melhor do que dispunham anteriormente, ajudava os setores dessas burguesias locais a recompor seus ganhos também aumentando suas taxas de mais valia.

No entanto, esses fatores isoladamente não dão conta de explicar a necessidade da burguesia dependente superexplorar sua força de trabalho. Os problemas dessa burguesia não eram passíveis de serem superados com o aumento da exploração do trabalho via mais-valia relativa pois, desde de a década de 1920, e de forma contraditória, a burguesia industrial latino americana enfrentava problemas em realizar seu ganhos dentro do reduzido mercado interno.

Um dos fatores econômicos que dificultava esta realização na época foi a desproporção entre preços e salários. Por parte dos preços, em virtude da política econômica que favorecia os bens de importação, os países dependentes enfrentavam uma forte inflação. Paralelamente a isto, em alguns países ocorria um forte êxodo rural, aumentando o exército industrial de reserva e pressionando os salário para baixo.

Para elevar o montante de divisas disponíveis para importação de equipamentos e bens intermediários, não sobra outra alternativa à burguesia industrial do que ceder ao setor agroexportador, dando-lhe facilidades e incentivos. E para fazê-lo sem limitar a acumulação de capital necessário para enfrentar a segunda etapa da industrialização, deve descarregar sobre as massas de trabalhadores da cidade e do campo o esforço de capitalização, com o que afirma mais uma vez o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido: a superexploração do trabalho. [...]Ao consentir com as antigas classes dominantes, a burguesia industrial teve que abandonar sua fraseologia revolucionária, deixando de lado também o tema das reformas estruturais e as políticas de redistribuição de renda. Com isso se distanciou das aspirações das grandes massas e perdeu a possibilidade de manter com elas uma aliança tática.(Idem, p 61)

A partir dos pontos levantados, Marini observou uma nova relação hierárquica na divisão internacional do trabalho. Além da relação dos países desenvolvidos com os dependentes, ao longo desses anos se estabeleceu uma divisão entre os próprios países dependentes latino americanos. De um lado vemos os países nos quais houve a implementação de uma produção industrial, com o auxílio de investimento estrangeiro, para

atender a demanda do mercado interno¹⁶. Do outro, nos países que não tiveram este desenvolvimento industrial. Além da hierarquia centro-periferia, esses territórios se submeteram aos países dependentes mais industrializados servindo como uma alternativa para estes complementarem as vendas que não se realizavam em seu mercado interno. “As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão internacional do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados a metrópole para explorar os povos vizinhos.”(Idem, p 65)

A integração das burguesias em suas frações internas com o capital internacional se mantém durante a década de 1940 e se intensifica na década seguinte (pós II Guerra Mundial). A intensificação deste processo demarca o rompimento da burguesia nacional com um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo e suas consequências no âmbito da implementação de políticas progressistas. O abandono dessas políticas, assim como a deterioração das condições de trabalho em virtude da superexploração do trabalho e da dinâmica de acumulação da burguesia latino americana, provocou uma crescente tensão entre as classes que culminou com a queda dos regimes liberais-democráticos e na implementação de ditaduras tecnocrático-populares na América Latina.

É neste conjunto, enfrentando tanto as contradições internas nas disputas entre as classes dominantes, quanto o assédio do capital internacional, que a burguesia nacional latino americana vislumbra um processo de desenvolvimento autônomo. No entanto, como Marini aponta, este foi um projeto que foi derrotado. Um dos fatores principais desta derrota, estava na própria impossibilidade deste setor da burguesia em fazer um embate real com o capital hegemônico, que exerceu um controle desde o nascimento da indústria nacional. Aliado a isto, a própria burguesia industrial nacional vai abandonando seu projeto à medida em que vai se integrando ao capital internacional em suas novas dinâmicas.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema - e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas - e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral de acumulação capitalista, que implica a concentração de riqueza num pólo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda a

¹⁶ Esses países se restringiam apenas a produção relacionado a baixa esfera de consumo. Itens que empregavam uma utilização de tecnologia de ponta e possuíam alto valor agregado ainda estavam centralizados nos países centrais.

brutalidade, colocando a ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo.(Idem, p 63)

A partir destas dinâmicas, Marini buscou, em um nível de abstração intermediário, expor os mecanismos que originaram as relações de dependência econômica na América Latina. Dando um passo adiante e, na tentativa de entender a particularidade desta expressão no Brasil, ao longo de *Subdesenvolvimento e Revolução*, Marini faz um paralelo entre a luta de classes no país e as manifestações concretas das relações de dependência no Brasil. Entendemos que este movimento foi fundamental para chegar à síntese que representa esta obra, no entanto para fins deste estudo, daremos continuidade a estas análises a partir dos desdobramentos mais presentes da relação de dependência manifestada nos processos de superexploração da força de trabalho e no subimperialismo.

3.1.3 Subimperialismo e superexploração da força de trabalho no Brasil

A partir das bases elencadas e que fundamentam as relações de dependência, no decorrer de “Subdesenvolvimento”, Marini expõe as manifestações concretas dessa relação, em especial dois de seus desdobramentos: o subimperialismo e a superexploração da força de trabalho. Esses conceitos apresentam uma tentativa de transitar entre um nível de abstração maior expresso na teoria do valor, passando pelas relações de dependência e chegando nas categorias mais concretas que se manifestam enquanto expressões deste processo.

Para dar conta destas categorias, Marini tenta reconstruir a dinâmica da luta de classes no Brasil assim como as disputas internas expressas dentro de suas frações. Esta análise, que percorre o resto da obra “Subdesenvolvimento”, passa basicamente do Brasil da década de 1930 até o período das publicações da 1ª à 5ª edição do livro (1969-1972), e serve como subsídio para a defesa da questão da dependência e seus desdobramentos no país.

Para fins deste estudo e, orientado pelos objetivos de “Subdesenvolvimento”, abordaremos com maior peso a reconstrução da investigação das categorias mais concretas a partir do golpe militar de 1964. Pois o regime militar: “inaugura um novo estilo na política externa no Brasil, cujo principal objetivo parece ser uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos”(Idem, p 109).

Esta política externa está vinculada à própria integração do Brasil às novas dinâmicas imperialistas concretizadas pelo rearranjo e a criação de um novo consenso entre as frações da classe burguesa no Brasil. A partir desses pontos, Marini reconstrói alguns elementos que caracterizam o estágio da relação de dependência contemporânea à publicação de “Subdesenvolvimento...”.

Ainda em 1930 a conjuntura brasileira apresentava um grande problema a ser resolvido por suas burguesias locais: a manutenção do crescimento de suas exportações. Com a crise de 1929, houve uma diminuição da demanda por consumo dos bens produzidos pelo setor agroexportador gerando uma queda de preços e tencionando para uma diminuição da taxa de lucro desta fração burguesa.

Paralelamente a isto, o Brasil enfrentava uma crise de propriedade de terras. A expulsão da população do campo, que em última instância favoreceu ao setor agroexportador, gerou uma crescente crise de abastecimento de alimentos nos centros urbanos locais. Esta mesma crise se expressava também na dificuldade de obtenção de matérias primas para o setor industrial, gerando um aumento das tensões deste setor com a burguesia agroexportadora.

Entre idas e vindas, este impasse tem suas tensões diminuídas entre 1954 e 1961, nos governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek. Neste período, houve uma maior abertura aos investimentos externos no país, renovando temporariamente o crescimento industrial até o começo dos anos 1960. Conforme apresentamos anteriormente, o desenrolar do processo de inserção do capital externo gerou um aumento de produtividade e, juntamente ao crescimento da população urbana, resultaram na elevação das taxas de desemprego.

A nova crise econômica que assolou o país, no início da década de 1960, evidenciou ainda mais estas contradições e acirrou as lutas no interior da burguesia, além de contribuir para uma maior radicalização da classe trabalhadora. Este cenário propiciou uma aliança entre setores da burguesia industrial e o setor médio da classe trabalhadora em torno de uma disputa por reformas estruturais. As reivindicações desta aliança se contrapunham em determinada medida ao setor agroexportador e ao imperialismo estadunidense. Entre 1961 e 1964, com a ascensão dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, e como expressão dessa aliança, houve uma tentativa de remodelagem (embora sem nenhuma perspectiva de ruptura dentro da ordem capitalista) da política econômica adotada até então.

Nesses governos, em relação à política econômica externa, houve uma tentativa de diversificação dos mercados para a exportação, principalmente para outros países da América Latina e África. Além disso, tentou-se instaurar medidas para controlar e restringir os investimentos estrangeiros no Brasil assim como a remessa de lucros para o exterior.

Internamente, para tentar sanar os problemas de fornecimento de matérias primas às indústrias e a oferta de alimentos à população, João Goulart propõe a realização de uma reforma agrária. Esta medida buscava reduzir os preços desses produtos, barateando tanto os produtos industriais quanto os alimentos para consumo interno.

Durante sua trajetória na presidência, João Goulart tentou construir uma base com os setores populares, mas não conseguiu consolidá-la em virtude do horizonte recuado de suas políticas em prol da classe trabalhadora. O avanço das lutas do proletariado no país e o horizonte de radicalização da luta de classe fizeram com que João Goulart perdesse cada vez mais o apoio das frações burguesas que sustentavam seu governo. No decorrer deste processo de desgaste, os setores médios do proletariado e os militares se posicionaram enquanto oposição ao presidente.

A crescente falta de apoio, atrelada ao teor das reformas que João Goulart propunha (principalmente sobre a questão agrária), abriu a possibilidade de tomada do poder pelos militares. Este setor, dirigido pela sua fração ligada à Escola Superior de Guerra, retirou João Goulart da presidência no golpe militar de 1964.

Nesta nova fase, o regime militar marca novamente uma mudança na estruturação da política econômica interna e externa no país. “O governo de Castelo Branco se caracterizou por uma atuação internacional distinta à chamada “política externa independente” praticada pelos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, que se baseava nos princípios de autodeterminação e não intervenção[em outros países].” (MARINI, 2012c, p 119)

Tomando um sentido oposto, a política externa brasileira adota o conceito de *interdependência continental* para reger suas ações. Este, desenvolvido no interior da Escola Superior de Guerra por Golbery do Couto e Silva:

[...] parte do pressuposto de que, devido sua posição geográfica, o Brasil não pode escapar à influência estadunidense. Nesta situação, não lhe restaria outra alternativa além de “aceitar conscientemente a missão de se associar à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul”. A contrapartida dessa “escolha consciente” seria o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, de que “o quase monopólio da dominação naquela área deve ser exercido pelo Brasil exclusivamente”. Essa

expressão “quase monopólio” resulta, igualmente, da impossibilidade de ignorar as pretensões que a burguesia argentina também alimenta nesse terreno. (Idem, p 119)

Nesse sentido, baseado na necessidade de se estabelecer uma fronteira ideológica ao invés da garantia das fronteiras físicas dos países, o governo brasileiro passa a tencionar a possibilidade de intervenção militar em outros países.

Ao contrário de uma retomada a submissão do Brasil aos interesses do capital estrangeiro, em 1964:

O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira rumo à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo estadunidense, evolução esta que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequência para América Latina. (Idem, p 121)

A partir do abandono de uma política de desenvolvimento autônomo, o regime militar precisou construir alternativas ao cenário econômico de tendencial queda das exportações e alta da inflação (chegando a 92,4% no ano de 1964). A saída encontrada no governo Castelo Branco foi a tentativa de dinamizar a economia (visando o mercado externo) incentivando a diminuição das poupanças e aprofundando ainda mais os investimentos estrangeiros no país. Neste último caso, aumentando a oferta de crédito privado e autorizando uma maior taxa de participação na composição bruta do capital constante da indústria nacional.

O resultado desta política foi o estabelecimento de um crescimento do PIB no restante da década e um controle maior da inflação chegando a 10% no ano de 1968 por exemplo. No entanto, esta política não descartava o setor industrial, pelo contrário:

[...]a política econômica do governo de Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada, ao mesmo tempo em que, devido à retração deliberada que provocava na demanda, tornou a situação praticamente intolerável para a pequena e média indústrias, vinculadas à produção de bens de consumo não duráveis. Em outras palavras, revelou a determinação expressa do regime de consolidar uma indústria de bens de consumo durável e de equipamentos, com alta composição técnica da produção e dotada de grande capacidade competitiva, capaz de converter o país em uma potência industrial. (Idem, p 124)

Nos marcos do regime militar vemos, enquanto recomposição das frações burguesas, a derrota dos setores industriais que viam no desenvolvimento nacional autônomo uma perspectiva de realização de seus interesses econômicos e políticos. Nesse novo rearranjo:

“Chega-se assim a criar uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos hegemônicos da elite militar, que encontraria uma expressão ainda mais evidente nos vínculos estabelecidos no nível da produção bélica”(p 124).

A indústria bélica, além de garantir o interesses militares, também operava dentro da lógica imperialista enquanto espaço de acumulação do capital estadunidense sobre o Brasil. Além disso, o aumento dos investimentos deste setor foi propagandeado como um fator de geração de empregos e como forma de combate ao comunismo.

Com isso, o Brasil se consolida dentro da proposta defendida pelo governo na política de *interdependência continental* assumindo um papel regional de irradiação do imperialismo no subcontinente.

Conforme apresentamos, os setores dirigentes da época, se beneficiaram deste cenário. No entanto, este processo não foi linear e apresentou contradições. A modernização dos setores industriais para as novas necessidades do mercado internacional, além de realocar o país dentro de uma nova divisão internacional do trabalho, aprofunda o problema do desemprego nos centros urbanos. Os postos de trabalho criados pela indústria, além de ser insuficiente para resolver esta questão, eram preenchidos com dificuldade pois não havia uma grande oferta de força de trabalho qualificada o suficiente para o exercício do trabalho neste setor.

Outro ponto de contradição deste novo rearranjo da classe burguesa está nas próprias limitações que os setores burgueses encontram na realização dos seus interesses:

O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado brasileiro. O próprio projeto de reforma agrária adotado pelo governo de Castelo Branco não admite outra maneira de alterar essa estrutura que não a extensão progressiva do capitalismo ao campo dentro de um longo prazo.(Idem, p 127)

Essa nova integração com o imperialismo aliada à repactuação da classe burguesa, impede que o mercado interno incorpore a crescente produção gerada pelos investimentos externos. Neste ponto, chegamos a um dos pontos fundamentais que alicerçam a categoria de subimperialismo de Marini em “Subdesenvolvimento”. Como a burguesia não pode contar com o mercado interno para sobreviver:

Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados.[...] A expansão comercial, deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais.(Idem, p 129-130)

O processo de expansão do mercado externo, e a adoção do subimperialismo enquanto uma das alternativas de viabilização da economia brasileira, também se apresentou como alternativa em outros países dependentes latino americanos. No subcontinente, quanto mais consolidadas forem as burguesias nacionais, maior seu ímpeto subimperialista, chocando-se assim com outros países dependentes (como a relação entre Brasil e Argentina da época por exemplo). No entanto, enquanto países dependentes, embora exista antagonismo, o peso predominante na orientação de suas relações são os interesses da hegemonia estadunidense. Esta, para garantir seus objetivos, exerce sua influência para que essas economias dependentes cooperem entre si para a realização dos interesses do imperialismo.

Apesar de dinâmicas, as limitações do processo de dependência geram uma tendência à radicalização das lutas em virtude da permanente condição brutal em que vive a classe trabalhadora brasileira (e latino americana). Isso se dá pois:

[...]o subimperialismo brasileiro não pode converter a espoliação que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes. Em vez disso, devido a sua necessidade de proporcionar um sobrelucro a seu sócio maior estadunidense, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho nos marcos da economia nacional, no esforço para reduzir seus custos de produção.(Idem, p 157)

Essas tendências se apresentam como um problema que aparece com maior intensidade na medida das crises econômicas que os países dependentes repetidas vezes enfrentam. A partir desses pontos e dando continuidade à confrontação destes com as análises da conjuntura da época, em 1967, em consequência das medidas econômicas adotadas desde 1964, o Brasil enfrenta novamente um cenário de redução de crescimento.

Embora não fosse capaz de atender satisfatoriamente os interesses da classe operária, em um longo prazo, o aumento das exportações poderia trazer benefícios a esta. No entanto, durante essa readequação do padrão de reprodução de capital no Brasil, ficou a cargo do Estado garantir as condições para o desenvolvimento industrial para a burguesia e adotar mecanismos de controle da inflação.

Neste cenário, para conter as pressões resultantes da precarização das condições da classe trabalhadora, o novo governo, liderado pelo general Artur da Costa e Silva, teve que adotar medidas de flexibilização da economia em resposta a essas tensões.

Em 1967, o governo buscou dinamizar o mercado interno e reduzir a tendência de arrocho salarial. Para isso buscou-se criar melhores condições para o aumento de consumo de alimentos e de bens de consumo para a população.

Por outro lado, em relação a produção e consumo interno de bens duráveis, para garantir o repasse aos monopólios e enfrentar a redução das exportações, houve uma redução do repasse de renda às camadas altas do proletariado e para média e pequena burguesia. Essa diminuição dos repasses agravam a condição desse segmento da indústria, pois internamente, os produtos produzidos são consumidos internamente basicamente por estes três setores da sociedade. A diminuição de repasse de renda a estes setores prejudicou o seu poder de consumo de bens duráveis, prejudicando este setor da indústria e aumentando o descontentamento e radicalização das lutas dessas frações da sociedade brasileira.

Apesar disso, durante o ano de 1967 houve uma leve recuperação do salário mínimo. No entanto, apesar das medidas adotadas, a tendência de deterioração de vida da classe trabalhadora se agudiza em 1968, tendo como uma de suas expressões, a redução do salário médio de Cr\$ 466,00 para Cr\$400,66 e o fortalecimento das lutas por melhores salários por exemplo.

As consequências políticas dessa situação foram igualmente negativas para o governo: a radicalização da pequena-burguesia coincidiu com a mobilização iniciada pela classe operária para alcançar suas reivindicações, enquanto os setores da burguesia prejudicados pela monopolização aproveitavam a conjuntura para chantagear a ditadura e lhe arrancar concessões.(Idem, p 261)

Em relação ao crescente aumento dessas tensões:

A resposta[pelo governo] foi o endurecimento do regime, mediante o que se pode considerar como um novo golpe de Estado: o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que suspende a Constituição, fecha o Congresso e castra as funções do poder judicial. À essa resposta política corresponde, no plano econômico, a intensificação da exploração dos trabalhadores, aprofundando o arrocho salarial, através do qual será possível transferir poder de compra para as classes médias e altas (sob a forma de crédito, subsídios e salários).[...] A neutralização de amplos setores da pequena-burguesia e a adesão de outros setores à política da ditadura não nascem apenas do terror, mas também do suborno, um suborno que interessa objetivamente ao grande capital. (Idem, p 261)

A partir destas medidas, sem se contrapor ao capital estrangeiro, o governo conseguiu conciliar momentaneamente as contradições dentro da classe burguesa ao mesmo tempo que, através da coerção, diminuiu temporariamente a crescente radicalização das lutas das massas proletárias garantindo assim uma estabilidade dentro dos setores dirigentes da sociedade.

Neste cenário, onde a burguesia se encontrava muito mais coesa e organizada, em 1969, assume o governo do general Emílio Garrastazu Médici. A partir das medidas tomadas pelo governo anterior, estruturou-se um mercado consumidor interno que seria um dos pilares do subimperialismo. Este novo mercado consumidor se construiu pela “transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e ricas da sociedade, com a finalidade de garantir o mercado para a indústria com alta composição técnica, que se divorcia cada vez mais das necessidades de consumo das grandes massas”(Idem, p 262).

Enquanto o capitalismo busca saídas para a resolução dos problemas de acumulação global, e que resultam no Brasil na queda das exportações, ao mesmo tempo que se tem um aumento da coerção, foi necessário a construção de uma alternativa, mediada pelo Estado para a construção de uma dinâmica subimperialista. Através da superexploração da força de trabalho (categoria que abordaremos mais adiante), o Estado consegue arrefecer as tensões geradas dentro de seus setores dirigentes, usurpando da classe trabalhadora a renda necessária para manter os setores mais privilegiados dessa sociedade.

Para isso, o crescente gasto com o setor militar contribui para esta dinâmica coercitiva. Além de dinamizar o setor industrial bélico: “A militarização do capitalismo brasileiro não é acidental nem circunstancial. É a expressão necessária da lógica monstruosa do sistema, como o nazismo foi para a Alemanha dos anos 1930”(Idem, p 265). Externamente esta militarização se traduz em uma política subimperialista através da pressão que o Brasil exerceu nos países vizinhos, em especial nos que se apresentavam como ameaça ao sistema capitalista e ao imperialismo estadunidense como Uruguai e Chile.

Neste panorama, Marini constrói sua caracterização histórica acerca da categoria subimperialismo e como esta se vincula à relação de dependência econômica. A partir dessa discussão, apresentaremos um panorama da discussão de Marini acerca da superexploração da força de trabalho em “Subdesenvolvimento...”.

O debate da superexploração da força de trabalho está intimamente ligado com a teoria

do valor em Marx, mais precisamente com a discussão sobre a exploração e a extração da mais valia. Esta última, em especial, é o que dá sentido a todo o processo de produção e reprodução do capitalismo. Marini, resgatando o debate de Marx, caracteriza a mais-valia como a:

[...]diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e a parte do mesmo que lhe é devolvida, devolução que se faz sob várias plataformas, dentre as quais a mais geral é o salário. Considerada a partir do outro extremo desta relação [de acumulação do capital], a mais-valia é a parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o proprietário dos meios de produção, isto é, o capitalista. A taxa de mais-valia consiste na relação existente entre o valor da parte apropriada pelo capital e o valor restituído ao trabalhador, qualquer que seja a sua forma. Mais que uma relação entre produtos, entre coisas, a mais valia expressa uma relação de exploração.”(Idem, p 171).

A partir, disso a taxa de mais-valia pode ser calculada pela relação entre a jornada de trabalho, o tempo de trabalho que se transforma em remuneração para o trabalhador (tempo de trabalho necessário) e o tempo de trabalho excedente que é expropriado pelo capitalista.

Segundo Marini, em sua leitura de Marx, a fixação do salário em relação à satisfação das necessidades dos trabalhadores se apresentava enquanto uma tendência e não enquanto uma lei fixa. Essa relação salário e a jornada de trabalho é tensionada pela necessidade de acumulação do capitalismo e seu consequente aumento da extração de mais valia. Duas formas básicas para se extrair mais valia se apresentam majoritariamente:

aumentar a jornada de trabalho ou, mantendo até mesmo reduzindo a jornada, diminuir o tempo de trabalho necessário. A estas duas alternativas básicas correspondem as categorias de mais-valia absoluta e mais-valia relativa - e é importante notar que esta última corresponde à desvalorização *real* da força de trabalho.(Idem p 172)

Essas formas de extração de mais-valia se aplicam de modo mais rigoroso nos países centrais. “A regra geral[nesses países] foi a intensificação da exploração e, portanto, da acumulação através do barateamento real da força de trabalho, alcançado principalmente pela redução do valor dos bens necessários para a subsistência do trabalhador”(Idem, p 172).

No entanto, as economias periféricas realizam a sua dinâmica de acumulação sob outras particularidades. Nas economias dependentes, durante a época analisada em “Subdesenvolvimento...”, tem como base a produção de mais valia absoluta. Esta basicamente é extraída através da importação de mão de obra e da incorporação dos avanços

tecnológicos produzidos no exterior. Contribui-se neste processo com uma regulação da legislação trabalhista que permite uma maior jornada de trabalho nesses países. Além destes pontos, nesses países houve uma ruptura entre o tempo de trabalho necessário e o seu valor real.

Em outros termos, o aumento do tempo de trabalho excedente tende a se realizar sem alterar o tempo de trabalho necessário, deixando de restituir ao trabalhador o equivalente criado durante o tempo de trabalho necessário. Assim o que parece ser mais-valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta. (Idem, 173)

Para entender essa relação de exploração, se faz necessário compreender a interação entre o tempo de trabalho necessário e excedente. Tanto nas economias centrais quanto nas dependentes, há uma tendência de aumento da apropriação do trabalho excedente do proletariado. Ou seja, há uma tendência de aumento da exploração.

No entanto, o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo de seu valor, ou pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor de sua força de trabalho - que é, em outras palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para sua subsistência. (Idem, p 173-174)

É sobre este ponto que chegamos a raiz da superexploração da força de trabalho:

Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si. (Idem, p 173-174)

As consequências do subimperialismo e da superexploração da força de trabalho nos países dependentes são: a inviabilização de um desenvolvimento autônomo e o estabelecimento de condições de trabalho minimamente dignas para a grande massa do proletariado nesses países.

Para manter a remuneração abaixo de seu valor, os mecanismos de coerção da classe trabalhadora no países dependentes ganham maior importância. Estes acabam exercendo um maior peso do que as medidas para regular um melhor funcionamento do mercado interno,

tirando a importância de se garantir um melhor acesso às mercadorias fundamentais para a sobrevivência dos trabalhadores, por exemplo.

Os mecanismos das economias dependentes se estruturam no subimperialismo e na superexploração da força de trabalho para garantir a sobrevivência da classe burguesa nesses países. Em momentos de acirramento das lutas e maior pressão por aumento de salários - em virtude da vitalidade destes mecanismos para a manutenção da forma de acumulação nesses países- esses movimentos tendem a ser duramente reprimidos. Neste sentido, e como demonstra a exposição de Marini, o exemplo emblemático que está inscrito na nossa história foi a dinâmica desses mecanismos expostos pelo golpe militar de 1964.

A partir dos elementos que apresentamos, nesta primeira obra, Ruy Mauro Marini apresenta suas primeiras sínteses mais elaboradas sobre a questão da dependência e seus desdobramentos nas categorias subimperialismo e superexploração da força de trabalho. No movimento de entender os processos históricos e a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, Marini dedica grande parte do livro na reconstrução do movimento da economia e sua expressão na luta de classes no país. Nesta obra, como um de seus objetivos foi tentar trazer mais elementos para a compreensão da atualidade do golpe militar na sua época, podemos ver o grande peso dedicado na exposição da categoria subimperialismo e como este está intimamente ligado com o sentido tomado pela burguesia brasileira e sua influência na luta de classes no país.

Em menor peso, mas também imbricado nesses processos, Marini nos apresenta a particularidade da forma de extração de mais valia no Brasil através da categoria superexploração do trabalho. No entanto, vale lembrar que este recorte, sistematização e exposição, não contempla a totalidade desta obra. Um ponto fundamental deste estudo, mas que em virtude do objetivo deste trabalho não chegamos a abordar, está no profundo balanço da esquerda da época e da necessidade da construção de um horizonte socialista como única alternativa possível para a superação do subdesenvolvimento.

Dialogando com o que apresentamos na Introdução, sobre TMD e suas construções categoriais, podemos dizer que o resgate da *formação econômica e social* do Brasil contido em “Subdesenvolvimento...” constitui um movimento inerente desta corrente teórica e de suas construções categoriais. Especialmente em relação à categoria dependência, o estabelecimento dela só foi possível através deste resgate, desvelando a dialética em suas diversas camadas, realizando um resgate histórico da luta entre as classes e suas frações,

assim como o processo de acumulação de capital no país, Marini consegue precisar como esses processos frustram qualquer possibilidade desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, e indo de encontro aos principais autores desta corrente na época, o autor consegue apontar como se deu a simbiose entre os setores dominantes do Brasil, com os países hegemônicos (em especial com os Estados Unidos) fortalecendo a hipótese de que o desenvolvimento capitalista não é só uma integração mundial do mercado mas também entre a classe dominante dependentes e centrais. Corroborando com essa questão, Luce(2018) aponta:

[...]se o universal se universaliza particularizando-se, isto se observa na realidade dependente quando determinações externas se internalizam e vêm, por sua vez, a se exteriorizar, produzindo novas objetivações, encarnadas precisamente nas formações econômico-sociais.[...]É nesse complexo de relações que o conceito de formação econômico-social ocupa um lugar de relevo na TMD. Assim como o conceito de economia mundial, ele expressa uma instância da totalidade social em que se inscrevem as relações de dependência.

O sentido de formação econômico-social, categoria cunhada por Marc, contém a mediação entre o modo de produção e as determinações recíprocas entre forças produtivas e relações de classe correspondentes, em uma dada formação histórico-concreta.(p 211)

Feitas essas considerações, passamos à segunda obra que também representou o estabelecimento de uma síntese da Teoria Marxista da Dependência nos trabalhos de Ruy Mauro Marini.

3.2 Dialética da Dependência (1972)

O texto, que analisaremos a seguir, representa uma síntese e continuidade dos pensamentos formulados em *Subdesenvolvimento e Revolução. Dialética da Dependência* teve um papel fundamental na difusão da TMD pelo mundo, sendo publicado em diversos países e idiomas. No Brasil, esta obra foi publicada apenas no ano 2000. Corroborando com essa análise, Traspadini e Stedile(2011) apontam que:

A dialética da dependência foi o texto mais importante gerado no debate da Escola da Dependência. Nesse texto encontra-se os elementos centrais que foram necessários para se retomar o debate sobre o desenvolvimento latino-americano a partir de outro lugar. Em vez do enfoque capitalista, inclusive aquele centrado nos referenciais da Cepal, sustentava-se agora o argumento em método, conteúdo e

proposição a partir do ideário socialista de Marx, Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo.(p 30)

Conforme vimos no capítulo anterior, segundo Marini(2011b), este texto foi o resultado de um acúmulo de estudos que vinham sendo feitos desde 1966 e que foram sistematizados, durante seu exílio no Chile no começo da década de 1970, para a realização do seminário do Ceso sobre “Teoria marxista e realidade latino-americana”.

Através da leitura dos volumes d’O Capital de Marx, Marini buscou tencionar a teoria do valor marxiana com os estudos da realidade da América Latina. Somado a este movimento, estava a análise de dados sobre a economia de todos os países do subcontinente da época. O resultado desses estudos foi um ensaio de maior fôlego no qual se buscou fazer o diálogo a respeito da dinâmica de funcionamento do capital (através das obras de Marx) em um nível de abstração maior com uma leitura da expressão da teoria do valor na América Latina em um nível intermediário.

No entanto, a primeira versão deste estudo, assim como os materiais que serviram de apoio, desapareceu em uma invasão que ocorreu em seu apartamento no início dos anos 1970 no Chile. Sobraram apenas algumas notas de rodapé e referências históricas de seus estudos e da primeira versão de “*Dialética...*”, mas, com o material que restou, Marini realiza uma segunda versão e pública esta obra ainda incompleta em 1972, sob título “*Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*” no periódico *Sociedad y Desarrollo*. Este artigo teve enorme repercussão na América Latina e em diversos países.

A grande difusão, e mesmo com uma certa relutância por parte de Marini, impeliu a escrever a versão completa, que foi publicada apenas em 1973, no México (única edição da época com o posfácio em resposta às críticas de FHC ao “*Dialética...*” de 1972).

Tal como ficou, *Dialéctica de la dependencia* era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxista na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino americana. A démarche teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. (MARINI, 2011b, p 86)

Ao contrário da obra “Subdesenvolvimento...”, que tinha como eixo principal mostrar que o subdesenvolvimento era uma parte constituinte do processo de desenvolvimento dos países centrais a partir da análise do Brasil, em “*Dialética...*”, como iremos expor a seguir, o

enfoque foi em analisar “em que condições a América Latina havia se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino americana.(Idem, p 86)”

Feito essa breve retomada do contexto histórico, para a apresentação desta obra, realizamos o estudo deste texto utilizando as versões publicadas no Brasil pelas coletâneas da editora Vozes(MARINI, 2000) e da editora Expressão Popular (MARINI, 2011a). A partir destas considerações passemos à análise da obra balizada pelos objetivos deste trabalho.

3.2.1 Desafios teóricos metodológicos

Além dos objetivos que apresentamos anteriormente, “*Dialética...*” foi produzido também enquanto uma tentativa de dar uma resposta aos desvios ocorridos dentro dos estudos marxistas que conduziam a análises equivocadas da realidade latino americana. Especificamente, Marini(2011a) aponta dois desvios.

O primeiro é o erro cometido em substituir o fato concreto pelo conceito abstrato. Este, cometido pelos chamados vulgarmente de “marxistas ortodoxos”, está localizado principalmente no campo da história econômica. Na prática, se dá através de uma exposição teórica formal(manualística) desvinculada da relação concreto/abstrato e, conseqüentemente, dos nexos reais entre as descrições empíricas e o conteúdo e dinâmicas propostos pelo método marxista em si. Estes estudos, ao apresentarem uma visão mecanicistas dos processos, acabam por cair em um dogmatismo, se afastando inclusive de uma ortodoxia a que se diz respeito da utilização e tensionamento da teoria do valor em Marx.

Do outro lado, estão os estudos que incorporam metodologias e teorias incompatíveis com o marxismo ou que forçam a utilização de categorias deste campo para a explicação de processos reais, não demonstrando as determinadas dinâmicas a que buscam explicar em sua totalidade. Estes estudos, situados principalmente no campo da sociologia, acabam por cair em um ecletismo também mistificador dos reais processos sociais.

Em ambos os casos:

Esses desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta particularidades, que às vezes se apresentam como insuficiência e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras -, como deformações.”(Idem, p 132)

Trazer estes problemas de análise à tona neste texto se faz necessário pois as análises que incorrem neste erro estavam conduzindo as análises da América Latina a noções equivocadas de seu processo de estruturação da época em que “*Dialética...*” foi escrito. Neste sentido, chegou-se a noção de quenessa região, precedendo a etapa exportadora do século XX, existia uma forma de produção pré-capitalista quando “o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.”(Idem, p 132).

O estudo da América Latina, sob este enfoque, buscando aplicar de forma rigorosa as categorias marxistas, foi colocado enquanto justificativa para “*Dialética...*”. Julgamos necessário elencar esses elementos pois, apesar de não estar relacionada propriamente com as categorias que damos enfoque, esta breve digressão serve como uma ferramenta para problematizar e tentar ver a dinâmica na qual Marini tenta construir sua discussão acerca das relações de dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo.

A partir dessas problematizações, Marini(2011a), para introduzir seu trabalho, inicia um breve resgate histórico para situar como a América Latina de sua época estava integrada ao mercado mundial.

3.2.2 Dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo em *Dialética da Dependência*

Desde o século XVII, com o início do capitalismo, a América Latina vem se desenvolvendo intimamente integrada a esta forma de produção. Em um primeiro momento, enquanto fornecedora de metais preciosos e gêneros exóticos, o subcontinente permitiu o desenvolvimento do capitalismo comercial e bancário europeu, forjando as bases necessárias para a revolução industrial do início do século XIX.

A partir desse período, com a reestruturação da dinâmica de acumulação capitalista a partir da industrialização, o subcontinente se torna “independente politicamente” rompendo com suas metrópoles e orbitando diretamente em torno do domínio econômico inglês (potência hegemônica da época):

Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais têm nesta seu ponto de entroncamento: ignorando uns aos outros, os novos países [latinoamericanos] se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e - quando as exportação supera as importações - de dívidas. (Marini, 2011a, p 134)

É neste contexto que a América Latina se insere na divisão internacional do trabalho e inicia-se a relação de dependência, Marini(2011) a conceitua como:

[...] uma relação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações nela envolvidas. (Idem, p 134-135)

O desenvolvimento dos países centrais e a formação de uma classe operária industrial europeia só foram possíveis mediante a produção e exportação de produtos relacionados à produção da vida (subsistência) de origem agropecuária produzida nos países dependentes. Neste processo, reside um dos pontos centrais da divisão e especialização da produção de mercadorias e possibilitou a circulação mundial de manufaturas produzidas pelos países industriais da época.

Para além de mero produtor agropecuário, a América Latina também se apresenta como mercado consumidor de produtos manufaturados. Estes fatores contribuíram para permitir um deslocamento da apropriação de mais-valia absoluta (exploração direta do proletariado) para relativa (aumento da capacidade produtiva da força de trabalho) nos países centrais.

No entanto, na América Latina, o avanço desses processos se deu pelo aumento da exploração da classe operária, nas suas diversas expressões, de forma generalizada. É a partir da utilização desses elementos que Marini realiza a caracterização do subcontinente e desvela seu papel integrado ao capitalismo mundial.

O desdobramento dessa discussão se faz necessário para se chegar a superexploração da força de trabalho. Esta terceira forma de exploração (que se diferencia da mais-valia absoluta e relativa) se generaliza nos países dependentes e tem como raiz: essa dinâmica de aumento da exploração capitalista e, principalmente, a questão da relação de trocas desiguais entre os países hegemônicos e dependentes.

Neste sentido, para entender melhor as formas de exploração, Marini buscou precisar a questão da exploração e as diferenças entre mais-valia absoluta e relativa¹⁷. Com relação aos países centrais, nos quais o acúmulo de capital tem o seu peso deslocado da mais-valia absoluta para a relativa, tem como expressão a busca pelo aumento da produtividade:

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia extraordinária. (Idem, p 139)

Em um primeiro momento, esta mais-valia extraordinária pode traduzir-se em lucro extraordinário. No entanto, ao alterar a repartição e a obtenção de mais-valia em determinado setor, esta alteração exerce uma força tendencial para a generalização das tecnologias necessárias para esse aumento de produtividade aos demais capitalistas concorrentes do mesmo setor.

Essa tendência de universalização da mais-valia, concretamente, acaba por impedir seu aumento pois:

[...] será elevada apenas a massa de produtos, sem fazer variar seu valor, ou, o que é o mesmo, o valor social da unidade de produto será reduzido em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. *A consequência seria, então, não o incremento da mais-valia, mas na verdade a sua diminuição.*[grifo nosso](Idem, p 139)

Neste sentido, e indo de acordo com a discussão feita em “Subdesenvolvimento...”, Marini reafirma a relação entre a definição de mais-valia com o tempo de trabalho excedente e necessário.

Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salários. A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salários, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. (Idem, p 139-140)

¹⁷ Já nos primeiros trabalhos em que analisamos, podemos ver que a retomada do debate sobre a exploração do trabalho percorre toda a discussão sobre a dependência e sua relação com superexploração da força de trabalho e subimperialismo. No entanto, a retomada dessas discussões aparecem de formas diferentes, saturando de significado essas categorias e a teoria do valor em si. Essa discussão e seus desdobramentos também são frutos do acúmulo de estudos de Marini e da Teoria Marxista da Dependência como um todo.

A crescente produção de alimentos, atrelada à queda do preço dessas mercadorias, serviu para que estas, através da exportação destes produtos, reduzissem o custo de reprodução da força de trabalho dos países centrais. Consequentemente, reduziu-se o valor real da força de trabalho e, principalmente, esta relação contribuiu para o aumento da produtividade e da taxa de mais-valia relativa (relacionada à diminuição do tempo de trabalho necessário) dos países industrializados da época.

No entanto, de forma contraditória, essa alteração do capital variável, embora exerça uma pressão constante, não altera a composição do capital (capital constante + capital variável). Os instrumentos utilizados para o aumento da mais-valia relativa, ao generalizar-se na produção, acabam por gerar uma queda na taxa de lucro:

Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinários, matérias primas etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser - sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la - uma queda da taxa de lucro. (Idem, p 141)

A segunda questão que marca a inserção do subcontinente nas relações globais de produção, e que se constitui enquanto um pilar para as categorias que ressaltamos neste trabalho, são as relações de trocas desiguais entre os países centrais e dependentes. Esta relação se estabelece, pois, segundo Marini, “como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, e em alguns momentos cai lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários.”(p 141)

Este fato, em partes, é compensado por um aumento de produtividade por parte dos países dependentes produtores de bens primários. No entanto, esse aumento de produtividade por si só não obstaculizou a inserção da América Latina no processo de integração do mercado mundial que abordamos anteriormente. É a análise desses outros fatores, que impede de cairmos em uma visão desenvolvimentista no qual a superação do subdesenvolvimento passa por uma readequação econômica para a superação desta condição. No desvelar dessas outras questões, Marini levanta algumas questões fundamentais para o entendimento desta relação e da Teoria Marxista da Dependência como um todo.

Ao realizar o breve resgate histórico e situar como se deu a integração da América Latina ao mercado mundial, Marini verifica que as condições que permitiram o estabelecimento do processo de trocas desiguais está justamente no desenvolvimento econômico dos países centrais em relação às economias dependentes, ou, segundo Marini: “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas.”(Idem, p 143)

Essa posição desigual, impele as economias dependentes a produzirem cada vez mais para compensar essa relação, ao passo que impossibilita o equilíbrio destas trocas comerciais entre os países de diferentes posições desta relação. Se ater simplesmente à lei da oferta e procura, segundo Marini, conduz a análises equivocadas (como mencionamos há pouco), levando a acreditar na falsa idéia de que a resolução dos problemas das trocas comerciais podem ser resolvidos através de um projeto que reivindique trocas mais justas para a superação dessas relações - projeto, este, que só leva em conta uma dinâmica baseada exclusivamente nos valores de troca.

Retomando a crítica ao dogmatismo e ecletismo que citamos no início do estudo deste texto, ao tentar analisar os processos de acumulação capitalista dentro do funcionamento dialético da realidade, Marini reafirma a teoria do valor e seu funcionamento que, em sua particularidade, se apresenta de forma contraditória. Ao analisar globalmente esses processos, Marini reafirma a forma geral de acumulação capitalista: “O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la.”(Idem, p 144)

Em outras palavras, apesar da lei do valor se apresentar como a força tendencial das relações mercantis, a complexidade da realidade e a busca pela realização do valor leva o capital a uma sorte de meios para burlar esta lei e realizar capital em cima dessas transgressões (verificadas principalmente ao analisarmos as dinâmicas em menores níveis de abstrações). Estas ocorrem principalmente nas relações comerciais entre capitais de diferentes esferas.

Nessa relações desiguais, os países centrais possuem uma vantagem na produção que os leva a produzir mercadorias abaixo do valor de seu preço global de produção, quando não detêm

também o monopólio da produção dessas mercadorias, gerando lucro extraordinários em ambos os casos.

Por parte dos países dependentes, se faz necessário enfrentar as perdas geradas por essas trocas e seus mecanismos. Para fazer frente à troca de produtos de diferentes esferas de produção, esses países resolvem de fato esta questão não no âmbito externo (equalizando as trocas), mas sim no âmbito interno.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. (Idem, p 146-147)

A partir da discussão feita até então em “Dialética...”, podemos observar que Marini realiza um movimento partindo de um nível de abstração maior, abordando como se deu a integração do mercado mundial entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, desvelando como este processo se desdobrou na categoria dependência.

Em seguida, o autor segue analisando as formas mais concretas em que esta relação de dependência se estabelece através do mecanismo de trocas desiguais. A escolha desta ordem de exposição, para além de uma reprodução mecanicista do método marxista, é fundamental para que se possa desvelar questões mais particulares da relação de dependência ao mesmo tempo que enriquece o entendimento da forma global de produção capitalista. Ao caracterizar as relações de dependência e as trocas desiguais, Marini apresenta as bases que fundamentam outra categoria que investigamos em sua obra e que também se apresenta enquanto mecanismo de compensação às trocas desiguais: a superexploração da força de trabalho.

Feitas essas considerações, retomando a análise do texto e esmiuçando esta categoria, Marini expõe três formas possíveis de exploração do trabalho: aumentando a intensidade do trabalho (relacionado ao aumento de produtividade e buscando a extração de mais-valia relativa); aumentando o tempo de trabalho excedente (buscando extrair mais-valia absoluta); e

por fim reduzindo a capacidade de consumo do operariado, conseqüentemente, acumulando capital através do aumento relativo do tempo de trabalho excedente.

Por outra parte, não é a rigor necessário que exista a troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como o resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (Idem, 148)

Neste caso o “efeito da troca desigual é - à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação - o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente”(Idem p 149).

Fazendo um comparativo, a definição de superexploração contida em “Subdesenvolvimento...” estava focada na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e suas conseqüências: aumento da pressão da classe trabalhadora e a resposta da classe burguesa (que em geral tende ao aumento dos mecanismos coercitivos de dominação). No entanto, em “Dialética...”, Marini esboça um amadurecimento deste conceito. A superexploração da força do trabalho, além da remuneração abaixo do valor, é apresentada como processo intimamente inserido nas relações de dependência enquanto um conjunto de formas de exploração que se estabelecem enquanto um mecanismo de compensação às trocas desiguais.

Este é um ponto fundamental pois, a partir disso, vemos que a superexploração da força de trabalho, além de determinar uma deterioração maior das condições de trabalho da classe operária em comparação aos países centrais, é um mecanismo que viabiliza a acumulação de mais-valia da burguesia dos países dependentes pois compensa as trocas desiguais entre países centrais e dependentes.

A partir dessas análises, Marini (e toda a TMD) se choca frontalmente a idéia amplamente difundida pela esquerda da década de 1960 (e, em determinada medida, defendida até os dias atuais) na qual a burguesia local poderia atuar como um ator em um processo conciliatório de libertação nacional ou mesmo em um processo revolucionário. Como podemos ver, embora esteja submetida aos interesses do capital hegemônico, este setor encontra

mecanismos de compensação e integração ao capitalismo central, se beneficiando da relação de dependência ao mesmo tempo em que se submete aos interesses estrangeiros.

[...] chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. *É nesta contradição que se radica a essência da dependência latino-americana*(grifo nosso). (Idem, p 155)

Com isso chegamos à centralidade desta categoria e a sua relação, em um nível de abstração maior, com a categoria dependência. No entanto, em “Dialética...” a categoria dependência é constituída se relacionando também com outros determinantes. Retomando as análises dos mecanismos que regulam as relações de dependência, Marini investiga as particularidades do ciclo do capital na constituição dessas relações. Em especial a dissociação dos momentos de produção e circulação de mercadorias no ciclo de acumulação capitalista. Esta dissociação aparece como uma particularidade da forma de acumulação de capital na América Latina, na medida em que, nas economias dependentes, se altera uma face da contradição capital e proletariado.

A partir do breve histórico que realizamos na introdução deste trabalho, podemos dizer que este texto também está marcado no movimento que a TMD fez ao adotar a categoria *dependência*, assim como todas as suas determinações, em detrimento da categoria *subdesenvolvimento*. Corroborando com esta idéia:

Os vocábulos subdesenvolvimento e dependência eram por vezes utilizados em sentido alternativo, embora foi o termo dependência que, paulatinamente, assumiu o *status* de categoria de análise, como síntese de múltiplas determinações que vieram a ser apreendidas pela TMD. (Luce, 2018, p 240)

De volta ao texto, Marini retoma as análises em um nível de abstração maior, ao evidenciar outra face da relação entre capitalistas e o proletariado nos países dependentes. A contradição em questão se expressa na organização das esferas de consumo e o papel do proletariado enquanto mercado consumidor nas economias latino americanas. Nos países

centrais, ao mesmo tempo que a burguesia precisa explorar cada vez mais o proletariado, a classe dominante necessita fornecer uma certa condição financeira a classe trabalhadora pois esta classe também se apresenta enquanto mercado consumidor de mercadorias. No caso da América Latina:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.

[...] A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente a economia internacional (Marini, 2011a, p 156-157)

Por um lado, a desvinculação com o mercado consumidor empurra diversos setores da burguesia para uma realização de capital em que as exportações adquirem um peso central. Por outro, a acumulação de capital decorrente dessas transações gera uma demanda de consumo por parte dos setores dominantes que, ao menos neste momento, é satisfeita através de importações. Neste sentido, ao relacionar a organização da produção e a circulação do capital, Marini verifica sua expressão no mercado consumidor dependente e que este se estratifica em duas esferas de consumo:

[...] enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores - que o sistema esforça por restringir -, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não trabalhadores - que é aquela que o sistema tende a ampliar -, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (Idem, p 158)

A partir disso, a relação entre industrialização, esferas de consumos e vinculação ao mercado consumidor interno tende a se estruturar de forma diferente na América Latina quando comparado aos países centrais. “A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda preexistente,

e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados.”(Idem, p 163). No entanto, apesar de ser pontual, a situação das esferas de consumo e do mercado consumidor, tanto na alta quanto na baixa esfera, em conjunturas mais favoráveis (como na II Guerra Mundial) têm suas relações menos distendidas favorecendo a indústria nacional e o mercado consumidor interno.

A partir dessas questões que, em virtude de uma tecnologia defasada e de um sistema de acumulação e transferência de valor que observamos nas economias dependentes, o processo de industrialização exerce uma pressão para a redução dos salários além do prolongamento e intensificação da jornada de trabalho. Em outras palavras, não só a categoria dependência mas o processo de industrialização latino americana se viabiliza através da superexploração da força de trabalho.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical.(Idem, p 164)

Essa expressão mais radical, em virtude da desvinculação do mercado consumidor, segundo o autor, se expressa em dois vetores. A produção industrial interna, ao ter uma determinada independência ao mercado consumidor interno, leva o setor industrial a não se preocupar tanto com o aumento de produtividade para baratear manufaturas relacionadas à baixa esfera e, conseqüentemente, diminuir o valor da força de trabalho. Essa desvinculação, também exerce uma pressão para que os setores dominantes obtenham mais-valia pelo mero aumento da exploração de sua classe trabalhadora se expressando também pela redução nominal dos salários (já que a parcela dos produtos manufaturados compunham em menor peso o tempo de trabalho necessário).

A tendência de conversão dos bens supérfluos para bens de consumo popular também se mantém nos países dependentes, principalmente nos países dependentes de industrialização mais

antiga como Brasil e Argentina. Enquanto alternativa a essa questão, tangenciando e apresentando obstáculos à formação da ampliação do mercado interno, essas economias encontraram como saída mais interessante a vazão de produção voltada "à ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non* para baratear as mercadorias" (Idem, p 165). Em relação a esta tendência de desenvolvimento de um possível mercado consumidor interno:

A transição de um modo de acumulação para outro se torna, portanto, difícil e é realizada com extrema lentidão, mas é suficiente para desencadear um mecanismo que atuará, no longo prazo, no sentido de obstruir a transição, desviando para um novo meio a busca de soluções para os problemas de realização encarados pela economia industrial.

Esse mecanismo é o recurso à tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. (Idem, p 165)

No entanto, mesmo com a incorporação de tecnologias, com o aumento de produtividade do trabalho e a superexploração do trabalho, não foram suficientes para atender a demanda de expansão de mercado por parte da indústria nacional. Segundo Marini, no desenrolar da conjuntura e de forma mais explícita a partir de meados da década de 1960, a necessidade de atender essa expansão industrial ao mesmo tempo em que lida com as restrições do mercado interno, levou diversos países a recorrerem ao subimperialismo como forma de realização do excedente que ainda não era atendido pelos mecanismos até então citados em "Dialética..."

Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (Idem, p 171)

Apesar da indicação da categoria subimperialismo como um outro mecanismo acessório da categoria dependência, em "Dialética...", Marini aborda esse tema de forma breve, deixando o indicativo do caso brasileiro e da análise feita dessa categoria na obra "Subdesenvolvimento...".

3.3 Consolidação das categorias dependência, superexploração e subimperialismo

Em linhas gerais, ao apresentarmos as duas obras fundacionais do pensamento de Marini, podemos apresentar enquanto hipótese que a opção por não abordar de forma mais sistemática a categoria subimperialismo em “Dialética...” se dá pelo fato desta (apesar de constituir um mecanismo das relações de dependência) se desvelar em um nível de abstração menor. Ou seja, a caracterização do subimperialismo foi fundamental para explicar a particularidade do desenvolvimento político e econômico brasileiro em “Subdesenvolvimento...” mas não dá conta de expor a categoria dependência enquanto recurso explicativo para o processo de acumulação capitalista em todo o subcontinente. Como expressão deste fato o autor se dedica majoritariamente às análises de como o subimperialismo ajudou a explicar o desenrolar da conjuntura política e das buscas por alternativas de acumulação da burguesia no Brasil até o início da década de 1970 em “Subdesenvolvimento...”. Vale ressaltar que a categoria subimperialismo não é um mecanismo utilizado por todos os países dependentes latino americanos, mas sim por aqueles que apresentavam uma industrialização mais antiga e menos dependente dos capitais estrangeiros.¹⁸

Ademais, podemos observar abordagem de exposição das categorias, baseia-se na retomada constante das categorias utilizadas nas análises de Marini. Movimento este que reproduzimos em determinada medida na exposição e análises deste trabalho. Assim como em Marx em O Capital, ao retomar constantemente as categorias, adicionando novas determinações, Marini pouco a pouco vai saturando de novas determinações as categorias próprias das economias dependentes.

Tanto em “Subdesenvolvimento...” quanto em “Dialética...”, Marini, ao fazer essas sucessivas retomadas, vai acrescentando novas determinações às categorias explicativas da particularidade da acumulação brasileira e latino americana, ao mesmo tempo que as coloca no movimento dialético da realidade: situando e contextualizando historicamente de forma a explicar a dependência e suas categorias acessórias ao mesmo tempo e, sempre que necessário,

¹⁸ Sobre esta questão, Bambirra (2011) ao tentar elaborar uma tipificação dos países dependentes, certamente ajuda a enriquecermos o argumento posto. Neste sentido, dialogando com sua obra, a discussão acerca dos países com industrialização mais antiga, no qual ela nomeou de países dependentes de tipo A, se enquadra e é referenciado na argumentação de Marini em “Subdesenvolvimento...”.

fundamentando-se historicamente através do resgate das formações econômicas e sociais do país ou região em análise.

Este processo de síntese elucidada como que em “Dialética...” Marini consegue elaborar melhor as determinações mais gerais da categoria dependência relacionando-a com maior detalhe aos mecanismos de perpetuação. Um ponto de evidência deste processo de síntese é evidenciado no desenvolvimento da categoria superexploração da força de trabalho. Neste caso, esta categoria se complexifica em “Dialética...” quando o comparamos com a obra anterior. A superexploração da força de trabalho passa a ser caracterizada de forma mais incisiva como um mecanismo de manutenção e perpetuação da dependência que passa principalmente:

- a) pela deterioração das condições dos trabalhadores dos países latino americanos através do aumento da exploração em suas diversas formas e, em particular, pela redução do salário dos trabalhadores para abaixo de seu valor;
- b) como uma forma de compensação às trocas dos países dependentes com os centrais viabilizando e se apresentando vantajosamente ao processo de acumulação das burguesias locais latino americanas.

Outro ponto que conseguimos depreender, ao compararmos com o resgate histórico feito no capítulo anterior, foi como a obra “Subdesenvolvimento...” se apresenta complementarmente a síntese feita em “Dialética...”. Além de um mero suplemento ao desenvolvimento das idéias da primeira obra, o conjunto destes textos compartilha a mesma problemática de estudos de Marini na época e representaram uma tentativa de elaboração teórica frente à acirrada condição de militância em que Marini e os(as) teóricos(as) da TMD se encontravam.

Para além de um estudo subsidiário a sua atuação profissional enquanto professor, Marini tinha como problema de militância formular acerca da realidade em que atuava tanto no Brasil, quanto no México e Chile, países em que atuou em seu exílio. Conforme mencionamos anteriormente, este empenho se deu não só pela insuficiência das teorias vigentes em explicar a realidade dos países dependentes, mas também em como essa insuficiência conduziu aos erros da prática da esquerda revolucionária latino americana.

A partir destas linhas gerais, vemos que ambas as obras dialogam para o entendimento da categoria dependência. Analisando a formação social brasileira em maior detalhe em “Subdesenvolvimento...” e na América Latina como um todo em “Dialética...”, Marini explicita como a categoria dependência consegue explicar o contexto dramático em que o subcontinente se encontra ao desempenhar um papel submisso no mercado mundial, ao mesmo tempo que indica como as burguesias locais tiram proveito deste processo, além de tendencialmente defenderem a relação de dependência.

Com esta base, e a partir de critérios que mencionamos anteriormente, selecionamos alguns textos produzidos durante a vida de Marini que podem nos ajudar a verificar se houve alguma modificação das categorias dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo.

4. ESCRITOS PÓS DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: lapidações e reformulações acerca das categorias dependência, subimperialismo e superexploração em Ruy Mauro Marini

Após os trabalhos que analisamos no capítulo anterior e, conforme apontamos no capítulo 2, Marini (assim como diversos teóricos da TMD) começa a ter certa visibilidade ao redor do mundo em virtude da originalidade de suas análises acerca da conjuntura de acirramento da luta de classes na América Latina. A grande repercussão dessas idéias causaram diversos tensionamentos e críticas que levarão Marini a publicar diversas respostas na tentativas de precisar com maior rigor as diversas categorias que desenvolve.

Em especial no Brasil, conforme a apresentação de Correa Prado(2011), houve uma tentativa que se mostrou exitosa no apagamento e bloqueio do debate dessas ideias. Em especial, a neutralização da repercussão desse debate teve um protagonismo especial de intelectuais da Universidade de São Paulo, dentre eles destacamos Fernando Henrique Cardoso e José Serra (WASSERMAN, 2017; MARINI, 2011b; CORREA PRADO 2011; DOS SANTOS, 2018;).

O texto “Sobre a Dialética da Dependência” surge no contexto deste debate. Fernando Henrique Cardoso, ao ter contato com a primeira versão publicada do texto “Dialética da Dependência” lançado em 1972 ainda sem o tópico final, apresenta ainda neste ano sua crítica na apresentação do seminário “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, e que teve seu formato em texto publicado em diversos outros periódicos. No entanto, apesar da repercussão da crítica de Fernando Henrique, na época, a resposta de Marini não foi publicada no Brasil.¹⁹

Publicado posteriormente à “Dialética...” em 1973, “Sobre a Dialética da Dependência”, para além de uma resposta a crítica, se apresenta como uma tentativa de avançar nos debates expressos nas pesquisas anteriores de Marini.

¹⁹ Sobre este debate, deixamos apontados o estudo já citado de Correa Prado(2011) e também um dos estudos mais completos sobre essa questão publicado por Traspadini (2014)

4.1 Sobre a dialética da dependência (1973)²⁰

É a partir das questões que assinalamos que o texto “Sobre a dialética...” apresenta sua estrutura. No sentido de precisar alguns conceitos trabalhados em “Dialética...”, Marini retoma algumas questões deste trabalho. Como desenvolvemos exaustivamente nas análises dos textos anteriores, e para minorar possíveis redundâncias ou mesmo fugir dos objetivos a que este estudo se propõe, apenas mencionaremos os pontos reiterados por Marini neste trabalho:

- a) O estudo apresentado em “Dialética...” representa apenas uma introdução à temática, apresentando uma síntese geral sobre o processo de consolidação da Dependência na América Latina. Apesar de permitir algumas generalizações, Marini buscou identificar as grandes tendências do processo de acumulação capitalista do subcontinente, abrindo mão neste momento de destrinchar as particularidades de cada país;
- b) Iniciar as análises a partir da circulação e, a partir dela, entender a produção dos países dependentes, não causa uma deturpação do método marxista. Segundo Marini, comparando o movimento similar realizado por Marx em *O capital*, aponta:

Mais além da exposição, isso[a maneira que foi ordenada a análise entre as esferas circulação e produção] tem a ver com a essência mesma do método dialético, que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico. é assim como essa orientação metodológica não só corresponde à fórmula geral do capital, mas também dá conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista. (Marini, 2011c, p 175)
[...]

Este movimento, ao analisar tanto a América Latina como um todo, quanto a particularidade dos países dependentes, possibilita o entendimento de como a relação e a perpetuação do capital determinaram a atual formação sócio-histórica destes, assim como a intensidade da desvinculação dos momentos de circulação com o da produção de capital na região;

²⁰ Na primeira tradução desta publicação feita em Marini(2000) tem como título “Em torno da dialética da dependência”

- c) Esta dissociação e, conseqüentemente, a desvinculação entre produção e consumo fundamentaram a economia industrial e fizeram com que a burguesia dependente buscasse uma série de ferramentas para realizar capital de forma vantajosa. Dentre os diversos mecanismos, está a superexploração do trabalho como forma complementar à exploração da classe trabalhadora da região:

[...]em vez de recorrer ao aumento da produtividade, ou mesmo fazê-lo com caráter prioritário, ela[economia dependente] se vale de um maior emprego extensivo e intensivo da força de trabalho; em consequência, baixa sua composição orgânica e aumenta o valor das mercadorias produzidas, o que faz elevar simultaneamente a mais-valia e o lucro.(Idem, p 178)

A reboque destes pontos, resgatou-se o processo de industrialização delineado desta forma. Segundo Marini se constituiu em 2 momentos. O primeiro momento, interrompido na década de 1870, com um crescente aumento das exportações, gerando um saldo positivo nas balanças comerciais dos países dependentes, mas que não foi suficiente para mudar essa tendência (do aumento da exploração em detrimento do aumento da produtividade).

Com a transição do capitalismo para a fase imperialista, a demanda por matérias primas se mantém em alta, no entanto, em virtude da pressão na redução de valor desses produtos, passa-se a exigir um incremento da produtividade por parte dos países dependentes, deteriorando os termos de intercâmbio. Este processo, acompanhado por um crescente investimento direto por parte dos países centrais na industrialização dos países dependentes, insere e aprofunda os termos das trocas desiguais.²¹

A transferência de lucros e, conseqüentemente de mais-valia para os países industrial aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional, liberando, portanto, o intercâmbio de sua dependência estrita em relação ao valor das mercadorias; em outros termos, a importância, que, na etapa anterior, tinha valor como regulador das transações internacionais, cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção (o custo de produção mais o lucro médio, que, como vimos, é inferior à mais-valia, no caso dos países dependentes). *Somente então se pode afirmar que (apesar de seguir estorvada por fatores de ordem extraeconômica, como, por exemplo, os monopólios coloniais) a economia internacional alcança sua plena maturidade e faz jogar em escala crescente os mecanismos próprios da acumulação de capital*[grifo nosso].(Idem, p 179)

²¹ Conforme vimos nos textos anteriores, este processo em parte se deu através da importação de bens de capital defasados das economias centrais

No contexto desta caracterização, segundo Marini(2011c), Fernando Henrique Cardoso busca deslegitimar esta análise alegando que o cerne da etapa industrial do capitalismo estava no deslocamento da mais-valia absoluta para a relativa. Por isso o estudo dos países dependentes sobre outras formas de exploração, para além de relacionada ao tempo de trabalho excedente e à produtividade, não é central para o entendimento do desenvolvimento capitalista nesses países. Ao confundir a superexploração com o conceito de mais valia absoluta, apesar de não ser sua única determinação:

[...] a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor central.

[...]O que se discute é se as formas de exploração que se afastam das que engendram a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista. O equívoco de Cardoso está em responder afirmativamente a essa questão, como se as formas superiores da acumulação capitalista implicassem a exclusão de suas formas inferiores e se dessem independentemente destas.(Idem, p 180-181)

A partir desta discussão, Marini, assim como fez em outros textos, retoma a discussão entre as formas de exploração. Para este estudo não se tornar repetitivo, assinalamos apenas os pontos que enriquecem as categorias nas quais estamos trabalhando. Um dos pontos que cabe mencionar é a relação que o autor faz no diálogo entre os processos de aumento de produtividade, intensificação do trabalho e duração da jornada de trabalho. “O aumento da força produtiva do trabalho, ao implicar um menor gasto de força física, é o que permite aumentar a intensidade; mas o aumento da intensidade choca-se com a possibilidade de estender a jornada de trabalho e pressiona para reduzi-la”(Idem, p 183). No entanto, a efetivação da redução da jornada de trabalho se dá pelo avanço das lutas da classe operária.

Com relação ao subimperialismo, Marini ainda trata essa questão como um conceito e não como uma categoria dotada de peso processual e de análise. Neste texto, sobre a questão do subimperialismo, Marini apenas demarca este ponto e o situa dentro da dependência e da superexploração da força de trabalho:

O conceito de subimperialismo emerge da definição desses graus intermediários [relação entre países centrais e dependentes dentro do sistema capitalista] e aponta para a especificação de como incide na economia dependente a lei segundo a qual o aumento da produtividade do trabalho (e, por consequência, da composição orgânica do capital) acarreta um aumento da superexploração. É evidente que tal conceito não esgota a totalidade do problema.(Idem, p 184)

Em “Sobre a dialética da dependência”, teve como principal contribuição, motivado pela resposta às críticas apresentadas, não só a defesa com maior rigor às categorias apresentadas no texto “Dialética...” mas também reforçar a tese de que *a base das economias dependentes se centra na superexploração do trabalho* e, com base nisso, adotar enquanto tarefa as seguintes questões:

[...] o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstaculizar seu trânsito desde a produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre capital e trabalho. A gravitação desproporcional que a mais-valia extraordinária assume no sistema dependente é o resultado disso e corresponde à expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente, ou elementos de ordem transicional, esses fenômenos são manifestações da maneira como incide na economia dependente a lei geral de acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos que nos referir para analisá-los.(Idem, p 185)

Como contribuição às categorias que pretendemos analisar, Marini segue no movimento de delimitar melhor as categorias dependência e superexploração, reforçando a centralidade da última no estabelecimento da primeira. Como é um texto que está intimamente ligado à problemática e ao nível de abstração de “Dialética...”, podemos dizer que, nesse texto, não houve um avanço na caracterização da categoria subimperialismo. No próximo texto que iremos abordar, publicado em 1977, Marini retoma novamente as especificidades do subimperialismo enquanto categoria que se apresenta enquanto uma face do processo de acumulação capitalista dependente em determinados países.

4.2 A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo(1977)

Publicada pela primeira vez em abril de 1977 no periódico “Cuadernos Políticos”, *La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo*:

[...]representa uma expressão de seu amadurecimento intelectual, uma vez que tal texto é escrito após a publicação de Subdesarrollo y revolución, de 1969, e de Dialética da Dependência, de 1973, principais obras do autor. Neste trabalho, Marini

retoma seu argumento em torno do projeto subimperialista conduzido pelo Estado brasileiro, tese que já havia sido apresentada em trabalhos anteriores, associando-a, dessa vez, de maneira mais explícita, ao movimento de reordenamento da economia mundial capitalista”(BICHR e SANTOS, 2012, p 30)

Traçando um paralelo com outros aspectos da sua vida pessoal, Marini produziu este texto em um momento em que retornava ao México, anos após o período de exílio neste mesmo país. Na militância, neste ano de 1977, Marini se consolidava enquanto dirigente da organização chilena MIR. Como já era uma figura de renome internacional, foi chamado a lecionar na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais (FCPyS) da UNAM no México. Este trabalho, além de ser fruto de seus estudos, serviu como dissertação para Marini pleitear o cargo de professor titular dessa instituição.

Neste processo de aprofundamento de seus estudos e das determinações das categorias que compõem as economias dependentes, Marini se debruça em uma caracterização buscando uma maior precisão nos aspectos econômicos que reforçam a pertinência da categoria subimperialismo. Ao realizar esse movimento, o autor consegue expor, com maior detalhamento, como que este processo integra a forma como o Estado, especialmente no Brasil, atua na mediação dos interesses de acumulação do imperialismo com a burguesia local. Outro ponto que veremos a seguir, e que respalda a base de análise da Teoria Marxista da Dependência, é a caracterização breve, mas com mais detalhes que as obras analisadas anteriormente, dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica na atual fase do capitalismo.

Antes de entrar no texto em si, cabe ressaltar novamente que, para fins deste estudo, não encontramos a necessidade de apresentar uma discussão sobre todas as faces do texto, mas apenas os pontos que dizem respeito às categorias que pretendemos estudar. Além de apresentar algumas determinações acerca do subimperialismo em geral e no Brasil em específico, Marini apresenta algumas polêmicas com outros autores, principalmente na questão do processo de circulação de capital e na relação das economias dependentes com o mercado consumidor interno e dos países centrais.

Nesse debate, Marini polemiza com Fernando Henrique Cardoso sobre a questão da absorção do ímpeto exportador dos países dependentes serem atendidos pelos setores médios desses próprios países. Além desta polêmica, citamos também a crítica à terceira demanda

elaborada pelo francês Pierre Salama e também ao debate com o conceito de superimperialismo empreendida pelo revolucionário russo Nikolai I. Bukharin.

Passando ao texto em si, Marini(2012a) fundamenta como se deu o processo de consolidação da hegemonia atual dos Estados Unidos da América(EUA) no atual estágio do capitalismo. Conforme já apontamos na análise de “Subdesenvolvimento...” que o processo de ascensão e consolidação dos EUA na direção do capitalismo mundial (assim como seus reflexos na economia dependente) se deu no período que compreende o período da I e II Guerra Mundial (2º quartil do século XX). A partir disso, como novas contribuições ao seu debate sobre a dependência, Marini aponta que, a partir desta ascensão, o país passa a regular o mercado mundial visando, ao menos, a dois objetivos: garantir condições favoráveis ao investimento do seu excedente através da busca por uma normalidade/regularidade do mercado mundial; e aumentar a abrangência dos mercados mundiais para ampliar o processo de acumulação capitalista.

Para isso foram criadas diversas ferramentas de controle e garantia desses objetivos, entre estas estão a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD)²², assim como a realização de acordos econômicos multilaterais (regionais) e bilaterais.

Esse aparato serviu de ferramenta para a mudança de base da expansão econômica estadunidense. Já no início da década de 1950 este país lidava com o crescente aumento da inflação, consequência direta da participação na Guerra da Coreia, além de enfrentar desafios para a manutenção dos interesses de investimento externo por parte dos capitais privados. Essa situação se estendeu por toda essa década chegando ao ápice na crise monetária dos anos 1960.

Como ferramenta de reordenação e combate a essa crise, os EUA passam a aumentar a circulação do dólar em espécie. Paralelamente a isto, na Europa o peso de suas moedas também ganham um impacto maior na economia mundial. Esses pontos, capitaneados pelos bancos privados estadunidenses, contribuíram para a formação de uma nova base de exercício da hegemonia deste país,

Tem sido sobre a base do reordenamento da economia capitalista mundial que tem tido lugar a ampliação progressiva do raio de acumulação do capital privado norte-americano, integrado, sob seu controle, os aparatos produtivo nacionais ali

²² Ambas as instituições criadas no desenrolar da conferência de Bretton Woods em 1944.

compreendidos. *O período da hegemonia britânica havia sido o da criação e da consolidação do mercado mundial; o período da hegemonia norte-americana haveria de ser o da integração imperialista dos sistemas de produção* [grifo do autor].(Idem, p 35)

Esse fato marca um novo ciclo do período de exportações de capital, que teve início em meados do século XIX e tinha como foco principal atividades agrícolas e extrativistas. No entanto, a mudança significativa desses processos de exportação situa-se na escala e na forma dos investimentos em outros países por parte das grandes potências. Entre estes investimentos Marini destaca “o peso dos empréstimos e financiamentos; a amplitude do raio geográfico que cobrem, e a porcentagem cada vez maior dedicada à indústria manufatureira”(Idem, p 36).

O que moveu essa mudança de perfil foi a rentabilidade dos investimentos externos aos em relação aos internos nos EUA. Segundo o autor, a taxa de lucro obtida dos investimentos nos primeiros rendiam mais que o dobro dos últimos. Esse aumento de atratividade de investimentos só foi possível graças à oferta de infra estrutura (acesso a matérias primas, energia, etc.) assim como o reduzido “custo de mão de obra”²³. Esses elementos, ao viabilizar em nível mundial a possibilidade de investimentos diretos em diversas atividades que não são apenas a compra e venda de mercadorias, inauguram uma nova fase de expansão capitalista e representam a plena maturidade desta forma de produção.

Outra questão também compõe esse novo ciclo de expansão, esta outra face:

[...]se refere ao forte aumento das indústrias de bens de capital ou correlatas, como as de material bélico, que tem tido lugar nos Estados Unidos durante o conflito mundial e nos anos imediatamente posteriores, e que tem se observado também, posteriormente, na Europa Ocidental e no Japão.(Idem,p 40)

A transferência de bens de capital na forma de maquinário industrial, já havia sido abordada nos textos anteriores, no entanto em “*Acumulação capitalista mundial...*” Marini entrará em algumas minúcias desses processos.

Do ponto de vista dos processos de acumulação de capital, o movimento de diversificação de investimentos se apresenta como uma tentativa de conter a força da queda tendencial da taxa de lucro. Nesse sentido, a inserção de tecnologias, incrementando o capital fixo e alterando a composição orgânica desses capitais produtivos:

²³ Termo utilizado pelo autor. Durante o estudos dos textos, notamos que em alguns momentos o autor faz referências a outros termos que divergem da tipificação utilizado pelo campo marxista ou retrocede em algumas terminologias como o caso do retorno ao uso de termo *subdesenvolvido* em detrimento do termo *dependência*.

[...] nas indústrias novas, o montante de investimento que o capital constante exige, particularmente o capital fixo, indica uma elevada composição orgânica, que ameaça constantemente a taxa de lucro. Entende-se, pois, que as grandes empresas busquem diversificar suas atividades em setores com composição orgânica mais baixa, como a agricultura ou os serviços.

[...] Movidos pelo impulso da mais-valia extraordinária, os monopólios se vêem forçados a substituir o capital fixo antes que este esteja totalmente amortizado. A exportação de capital fixo para áreas de menor desenvolvimento tecnológico, onde representam ainda inovações e nas quais se dispõe de uma força de trabalho remunerada em níveis mais baixo, permite que a amortização se complete e mantenha aberto o caminho para a renovação tecnológica nos centros capitalistas avançados. (Idem, p 41-42)

O avanço da tecnologia não só permitiu o avanço do capital produtivo, reduzindo o seu tempo de circulação, mas também do capital dinheiro. Marini ressalta também as nuances de como este último se movimenta e, na busca por sua valorização, acaba retornando ao processo de acumulação de capital produtiva via mercado financeiro.

Os pontos levantados até agora por Marini nos ajudam a entender como o sistema capitalista superou o modelo de troca de manufaturas anterior e estabeleceu uma nova relação entre o centro e a periferia. A produção industrial passa a ter uma abrangência muito maior e central no processo de acumulação até o período em que o texto foi escrito. A ampliação industrial e a redução do tempo de circulação do capital produtivo e do capital dinheiro imprime um reordenamento da divisão internacional do trabalho, e consequentemente:

[...] uma hierarquização dos países capitalista em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas-, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. Este processo de diversificação, que é simultaneamente um processo de integração, segue ostentando em sua testa a superpotência que a crise mundial fez surgir: os Estados Unidos da América. (Idem, p 43-44)

Com a exposição feita até então, Marini conseguiu amarrar o surgimento dos Estados Unidos como força dirigente do capitalismo mundial, ao mesmo tempo que apresentava as novas tendências do processo de acumulação e sua relação de dependência e mecanismos de regulação, dentre eles, o subimperialismo. A partir desses elementos, e continuando em um enfoque mais minucioso, Marini passa a analisar como se deu a inserção da América Latina nesses processos.

Conforme mencionado, após a crise de 1929, os Estados Unidos vinham se recuperando e se fortalecendo enquanto potência econômica mundial. Essa recuperação foi

acompanhada de um aumento de investimentos, inclusive na indústria. Paralelamente a este período, na América Latina, alguns países, como o Brasil, México e Argentina, conseguiram se beneficiar dessa crise criando um setor industrial local. No entanto, o período pós crise de 1929, inaugura uma “reconquista” do setor industrial nacional das economias dependentes da região via investimento direto externo. Segundo dados levantados pelo autor, a região passa a receber de 6,7% em 1929 para 32,3% de investimentos no setor da indústria pelos EUA. Dentre este montante, Brasil, Argentina e México receberam mais de dois terços desses investimentos (estimados em 10,2 bilhões no total e 3,3 voltados ao setor manufatureiro só em 1967).

O investimento nas indústrias nos países dependentes se deu pela aquisição, associação, abertura de filiais ou abertura de novas empresas na região. Além disso:

[...]também são os casos em que a propriedade da empresa é nacional, mas esta se encontra ligada a grupos multinacionais por laços financeiros e tecnológicos. Tudo isso tem feito cristalizar na América Latina um estrato de grandes empresas, ou seja, um grande capital cuja superioridade sobre o resto da classe capitalista é esmagadora. (Idem, p 47)

Conforme Marini já havia apontado em “Subdesenvolvimento...” e retoma em “Acumulação...” a inserção de investimentos estrangeiros, tanto financiando empresas quanto fornecendo tecnologia, também impactou no trabalho agrícola. Esses investimentos, acentuaram um processo de concentração de terras e, juntamente a essa inserção de tecnologia, causaram uma intensa migração para as cidades, aumentando a população urbana. Esse aumento populacional nas cidades gerou uma oferta de força de trabalho excedente (expressa pelo crescente nível de desemprego) e, conseqüentemente, uma maior pressão para a redução dos níveis de salário. Assim, em meados da década de 1960, o subemprego somado ao desemprego nas regiões urbanas giraram em torno de 30 a 40% na América Latina. Nesse ponto, o que avança nessa discussão são os indicadores que precisam melhorar o cenário de emprego e renda (no Brasil).

Retomando a discussão da divisão das esferas de consumo e mercado consumidor, Marini acrescenta algumas informações sobre a divisão de produção de bens suíuários (voltados para os 20% da população mais rica) e de bens voltados para as massas. Nesse ponto, Marini explicita essa situação, apresentando como alguns setores voltados ao consumo de massas, a exemplo do setor têxtil e calçadista, cresceram muito pouco quando comparados

à produção de produtos suntuosos na época, como o de transporte - que subiram a uma taxa bem mais elevada.

A extrema concentração da renda vigente na região é a contrapartida necessária da estratificação que vem se verificando ao nível do aparato produtivo. Isto tornou, ademais, indispensável a intervenção direta do Estado, que não só atua como criador de demanda, mas também suprime obstáculos à realização da produção e inclusive a incentiva artificialmente, absorvendo parte dos custos. Contudo, a indústria latino-americana é incapaz de satisfazer-se com o mercado interno e conta com limitações estruturais para executar sua ampliação de forma acelerada. Impõe-se a ela, pois abrir-se ao exterior, o que tem convertido a exportação de manufaturas na característica mais marcante do grande capital estrangeiro e nacional na América Latina. (Idem, p 50-51)

Entendendo o papel regulador da economia mundial desempenhado pelos Estados Unidos, a integração de forma hierarquizada do mercado mundial, a reestruturação e expansão da indústria latino americana (fundamentada no investimento externo e na modernização dos bens de capital), o crescimento desigual da produção industrial voltado ao consumo de bens suntuários em detrimento dos bens de massas, e a necessidade dar vazão ao excesso de produção não incorporado pelo mercado interno constituem o contexto socioeconômico propício ao surgimento de uma política subimperialista.

Com relação a esta base econômica, a partir de 1965, no Brasil, a busca para dar vazão à produção industrial via exportação começa a aumentar. Neste ano, apenas 7% da produção industrial das empresas estrangeiras estavam voltadas para o mercado interno, somando um montante total menor que 100 milhões de dólares. A partir de então, houve um aumento exorbitante nas exportações de bens industrializados e, já em 1972, as exportações destes produtos alcançaram a marca de 1 bilhão de dólares, compondo um quarto das exportações totais do país. Deste montante, 43% foram realizados por empresas de capital estrangeiro.

Em menor grau, esse processo pode ser observado no México e Argentina e em alguns países com menor desenvolvimento como o caso de El Salvador. Conforme apontamos anteriormente, a exportação de manufaturas constitui apenas uma face do subimperialismo, e essa, por si só, não conduz necessariamente a esta política:

Sem dúvida, este[subimperialismo] implica a exportação de manufaturas, assim como a luta por mercados se encontra também presente no conceito de imperialismo. No entanto, o modo mesmo mediante o qual se realiza a exportação de manufaturas, ou seja, a forma que assume o fenômeno, já indica diferenças que apontam para o fato de que não basta exportar manufaturas para ser um país imperialista. (Idem, p 52)

Como exemplo desta questão, Marini cita os países Filipinas, Coreia do Sul, Hong Kong e México que tiveram sua expansão industrial baseada nas fábricas maquiladoras. Neste debate o que Marini apresenta como central está na caracterização e na localização desta produção no processo de realização dos capitais dos países centrais:

A característica essencial da maquiladora é a de constituir uma fase do processo de produção referente ao ciclo de reprodução de um capital individual, que se realiza em um âmbito nacional, alheio àquele no qual tal ciclo tem lugar. Isto implica que - como ocorria na antiga economia de enclave - um determinado fator de produção (neste caso, a força de trabalho) é subtraído da economia dependente e incorporado à acumulação capitalista da economia imperialista, configurando, pois, um caso de *anexação econômica* [grifo do autor]. (Idem, p 52)

[...]O fato de que o capital investido na maquiladora utilize mão de obra da economia dependente teria, praticamente o mesmo efeito se esta mão de obra fosse deslocada fisicamente para a economia imperialista, para ser ali explorada pelo capital matriz. (Idem, p 64)

Como na época Marini não conseguiu encontrar dados exatos sobre a taxa de composição orgânica, o autor utilizou-se da taxa de participação do setor manufatureiro na composição do Produto Interno Bruto, levantado por Tamamis (apud MARINI, 2012a, p 59-60). Levantando dados da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de 92 países subdesenvolvidos, entre os anos de 1963-1965, verificou-se que apenas 5 países apresentavam uma taxa superior a 25%, os países foram: Argentina, México, Brasil, Irã, Israel e Espanha.

Desses países, apesar de terem este traço subimperialista, tal característica política não se verifica apenas na Espanha e México. No caso da Argentina, existe uma postura que busca o subimperialismo, mas não configura um caso típico como os 3 países restantes.

Apresentados estes elementos, acreditamos que Marini apresenta novas determinações à face econômica do subimperialismo quando comparamos alguns elementos da caracterização dessa categoria em “Subdesenvolvimento...”, conforme aponta o autor:

Definimos, em outra oportunidade, o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, parece-nos que, independente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria

subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza.(Idem, p 59)

Outro ponto, que destacamos nesta comparação, foi o rebaixamento da Argentina a um país que intenta ser subimperialista, mas que de fato não o é. A partir dessas constatações e elencada as bases econômicas, Marini passa apresentar as expressões políticas do subimperialismo brasileiro expressos pelo golpe militar de 1964 e que se beneficiou-se particularmente do *boom financeiro* da década de 1970. “A estrutura institucional e jurídica brasileira, para atrair para si o fluxo de dinheiro, havia começado a ser montada desde que assumira o regime militar” (Idem, p 60), ao menos durante a década de 1960 e o começo da década de 1970, este processo foi caracterizado em “Subdesenvolvimento...”. Conforme já mencionado, o central deste processo se deu pela integração do país às economias centrais via investimento estrangeiro. No período entre 1966-1970 foram investidos 2.319 milhões em investimentos de médio e longo prazo, esse montante chegou a 4.788 milhões de dólares apenas no ano de 1972 (82% desse investimento estava voltado ao setor manufatureiro). “Com isso, a seu modo, dependente e subordinado, o Brasil entraria na etapa de exportação de capital, assim como na espoliação de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como o petróleo, o ferro, o gás.”(Idem, 62)

Nessa etapa, o Estado tem uma função central de mediador entre os interesses da burguesia nacional com os investidores estrangeiros. Ao mesmo tempo em que garante a estrutura para viabilizar os investimentos externos, o Estado brasileiro tomou as medidas necessárias para garantir a acumulação da burguesia nacional via uma política subimperialista com outros países dependentes e, internamente, garantindo o controle do ímpeto radicalizante que a superexploração da força de trabalho impõe na luta da classe trabalhadora.

[...]precisamente por assumir conscientemente a decisão de se submeter à tendência integradora que lhe impõem os centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes precisa concentrar e organizar suas forças para dela se beneficiar. *Suas desvantagens em relação à burguesia imperialista são demasiadamente grandes para que aquela queira negociar diretamente com esta, e é por essa razão que opta pelo fortalecimento do Estado nacional como instrumento de intermediação*[grifo nosso].

[...]Tem sido em função disso[autonomia relativa] que o estado brasileiro tem conseguido pautar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política*[grifo do autor] subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil. (Idem, p 65-66)

As análises contidas em “A acumulação...” contribuem para colocar as categorias de análise da economia dependente, no movimento das dinâmicas que permeiam a conjuntura de seu ano de publicação. Ao estabelecer com maior precisão as bases econômicas e o movimento da política brasileira, Marini ajuda a demonstrar a importância da categoria subimperialismo para desvelar o modo contraditório que o Estado realiza a mediação entre as burguesias nacionais e estrangeiras. Como atenta o autor: “Além de ser uma categoria analítica, o subimperialismo é um fenômeno histórico e, como tal, seu estudo exige o exame cuidadoso de seu processo de desenvolvimento.”(Idem, p 66). Feita esta síntese, daremos continuidade aos nossos estudos com a análise do texto *Plusvalía extraordinária y acumulacion de capital*.

4.3 Plusvalía extraordinária y acumulacion de capital(1979)

O texto *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital*(Marini, 1979) foi resultado de uma dissertação (que foi defendida em 1980) para pleitear o cargo de professor titular C no departamento de pós-graduação da Escola Nacional de Economia. Como Marini estava envolvido em outros projetos como a atuação profissional na UNAM, direção política do MIR e já esboçando um retorno ao Brasil, Marini realizou esta defesa apenas como uma formalidade, visto que, ao ser aprovado, em seguida renunciou ao cargo nessa instituição. Conforme o próprio autor apresenta:

Esse ensaio- provavelmente, o menos conhecido dos meus escritos - é um complemento indispensável a *Dialéctica de la dependencia*, na medida em que expressa o resultado das investigações, que eu começara no Chile, sobre o efeito da superexploração do trabalho na fixação da mais-valia extraordinária.(MARINI, 2011b, p 112)

Neste trabalho, além da terceira parte, na qual o autor polemiza com as autoras(es) Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira e Gilberto Mathias em suas obras, publicadas em torno do ano de 1977. Marini, entre outras questões, critica a forma como uns deles confundem as categorias valor de uso e valor, numa análise reducionista em que as dinâmicas de acumulação se diminuem à relação agricultura-indústria-Estado (visão cepalina da época), enquanto outros analisam a relação do Estado e sua mediação com os

estabelecimentos das taxas de lucro, mas esquecendo de ponderar os processos correspondentes a obtenção de mais-valia (Marini, memória, p 112).

Os outros eixos do trabalho são:

- 1) A polemização dentro da discussão do livro 2 d'O Capital, com alguns autores da época, baseado nos eixos:

a) exclusão do mercado mundial;

b) a existência de apenas duas classes e

c) a consideração de exploração do trabalho como fator constante.

- 2) A partir da discussão sobre exploração, o autor verificou a alteração da jornada, intensidade e produtividade do trabalho e o desdobramento no valor e valor de uso sobre a distribuição do capital (discussão sobre a questão da mais-valia extraordinária). (Idem, p 111-112)

Para uma abordagem crítica seria necessário cotejarmos esse texto com o conjunto dessa obra de Marx. Além disso, entendemos que a abertura desta frente de análise está em uma esfera de abstração que foge aos objetivos deste trabalho. No entanto, com vista a enriquecermos o debate de uma das faces da dependência e da superexploração da força de trabalho, pontuamos algumas questões desse texto para ajudar no nosso entendimento das categorias que pleiteamos analisar. Certamente este é um debate central, na fundamentação e consolidação do diálogo entre a teoria do valor, em um nível de abstração maior, e a TMD, em um nível intermediário.

Há uma importância na fundamentação da TMD através da discussão de algumas bases da teoria do valor, principalmente no livro 2 d'O Capital. A categoria mais-valia extraordinária tem uma importância para averiguar a forma de estruturação das esferas de produção/reprodução de capital e a essência da divisão dos setores de produção representados pelos setores assinalados por Marx e apresentados por Marini(1979):

I) Setor de produção de meios de produção (bens de capital);

II) Setor de produção de meios de consumos;

IIa)Setores de produção de meios de consumo necessários (voltado em geral ao proletariado);

IIb)Setores de produção de meios de consumo de luxo.

Dialogando com o esquema do processo de produção apresentado por Marx e tentando delimitar as diversas faces da teoria do valor com a discussão acerca do capitalismo dependente, Marini apresenta o seguinte apontamento:

En la medida que constituyen un momento definido en el proceso de producción del edificio teórico de Marx, los esquemas de reproducción no pueden ser aislados de los demás componentes que intervienen en ese proceso ni contraponerse a ellos. Es a partir de la teoría del valor y en función de la teoría de la plusvalía como se establece su ligazón con la ley de la caída tendencial de la cuota de ganancia, con la que Marx corona su trabajo. Pero, por el nivel de abstracción en que se sitúan, los esquemas solo tienen validez sobre la base de los supuestos en que se fundan; cualquier cambio en estos conduce necesariamente a su cuestionamiento global. [...]La utilización de los esquemas de reproducción para el análisis del capitalismo dependiente, que tuvimos ocasión de examinar, no presenta ese inconveniente. El simple hecho de que sean tornado una referencia teórica entre muchas y que se integren en un marco categorial más amplio es una virtud, ya que permite plantearse problemas de los que los esquemas en si no pueden dar cuenta. Sin embargo, para que el análisis llegue a buen resultado, el hilo lógico de la construcción teórica de Marx no puede ser roto, so riesgo de incurrir en un eclecticismo que invalida la capacidad explicativa de los esquemas y no los hace más útiles que cualquier otro instrumental analítico, como por ejemplo el de tradición cepalina. Análogamente, una correcta aplicación de los esquemas a los problemas de la realidad latinoamericana excluye los razonamientos unidireccionales - y, por, esto, unilaterales- y exige la consideración dialéctica de sus relaciones con la economía mundial, así como de los movimientos contradictorios que , en lo abstracto como en lo concreto, caracterizan al ciclo de capital. (Marini, 1979)

A partir da conclusão do texto de Marini, que transcrevemos acima, o autor justifica este movimento, que está mais ou menos explícito nos textos que analisamos até então: de uma tentativa de estabelecer um diálogo rigoroso das suas análises, com a teoria de valor marxiana.

Por fim, pontuamos o resgate que Marini faz sobre a precisão das formas de exploração do trabalho, no entanto, na tentativa de apontar essa discussão do texto, Marini

busca apresentar mais determinações a esta categoria, em especial à questão da mais-valia extraordinária. No trecho a seguir, observamos uma breve ponte que o autor faz nessa discussão com a superexploração da força de trabalho, mas o mais interessante é como que estas análises já se apresentam, de forma diluída, nos textos que abordamos até então:

El examen de la reproducción del capital a luz de la teoría de la plusvalía nos ha permitido llegar a algunas conclusiones que podemos retomar aquí deste otro ángulo. La principal es la de que, desde el momento en que hacemos intervenir cambios en la productividad y la intensidad del trabajo, se modifica la cuota de plusvalía, modificación que opera diferentemente según se trate del capital individual o de las ramas de producción.

En el primer caso, el del capital individual, ambos métodos de producción de plusvalía se traducen en plusvalía extraordinaria e implican, por ende, cambio en la relación básica de distribución; sin embargo, ese cambio en la distribución del producto excedente entre salario y plusvalía (o, lo que es lo mismo, en el grado de explotación) se lleva a cabo, en el caso de la productividad, sin que necesariamente se superexplote la fuerza de trabajo, mientras que, si trata del aumento de la intensidad, la superexplotación tiende a producirse, dado que dicho aumento hace subir también el valor de la fuerza de trabajo.(Idem)

Já no caso da possibilidade de obtenção de mais valia extraordinária em todo um ramo de produção:

[...]constatamos que el aumento de la cuota de plusvalía sólo se expresa en plusvalía extraordinaria si dichas ramas pertenecen al sub-sector IIb (así como a las ramas del sector I que producen exclusivamente para éste), si dicho aumento se deriva de una mayor productividad, mientras que, si el aumento de la cuota de plusvalía se debe a la intensificación del trabajo, la posibilidad de plusvalía extraordinaria existe para cualquier rama en cualquier sector. A su vez, la relación básica de distribución (y, por tanto, el grado de explotación) se modifica en toda la economía, se, en ambos casos (productividad e intensidad) la ramas afectadas corresponden al sector I y al subsector IIa, (generalización del cambio en la cuota de plusvalía o, en otros términos, paso de la plusvalía extraordinaria a la plusvalía relativa) o se modifica tan solo en la rama en cuestión, si esta pertenece al subsector IIb, dejando invariable la relación básica de distribución en el conjunto de la economía, aunque pudiendo alterar allí la distribución de la plusvalía (fijación de la plusvalía extraordinaria).(Idem)

Sobre este ponto, é interessante notarmos como esta discussão se baliza sobre questão da dissociação dos mercados externos e internos na economia dependente. Ao comparar como a mais valia extraordinária é perseguida no nível individual e no ramo de produção, vemos que este movimento passa por e justifica todas as categorias que buscamos analisar (dependência, superexploração da força de trabalho e subimperialismo). No entanto, a mais valia extraordinária tem como finalidade a luta ou a superação(individual) da queda

tendencial da taxa de lucro por parte dos capitalistas. Nesse sentido, Marini chega ao ponto central da categoria mais valia extraordinária, assim como a coloca no movimento da realidade dos mercados que estão constantemente concorrendo entre si.

[...]la plusvalía extraordinaria no es sino un supuesto para la apropiación de ganancia extraordinaria. El que esa apropiación se realice o no depende de la concurrencia. Ello se debe a que la variación de la cuota de plusvalía en función de cambios en la producción hace variar en el mismo sentido la masa de valores de uso producida, pero su expresión en el valor social queda sujeta a la validación que sobre dicha masa opera la demanda (necesidades sociales solventes). Así, según se sitúe la demanda respecto a la oferta, la magnitud de valor se establecerá al nivel, por encima o por debajo de las condiciones medias de producción, aunque, en todos los casos, se esté realizando la masa de valores de uso producida. El mercado opera así en el sentido de corregir o amplificar la desviación entre valor y valor de uso implícita en el desarrollo de la producción mercantil.(Idem)

Com base nos pontos que apresentamos, acreditamos que este texto pode ajudar a enriquecer as categorias que analisamos em Marini ao estreitar a análises das economias dependentes (e da TMD como um todo) com a teoria geral de acumulação capitalista empreendidas na obra *O Capital* de Marx, mais especificamente, no momento de circulação/realização do capital. A partir do entendimento das dinâmicas globais de produção/circulação e reprodução do Capital, Marini vem tensionando as tendências mundiais capitalistas com as particularidades do subcontinente latino americano. Feito estas considerações, passamos ao texto que encerra nosso material bibliográfico levantado sobre Marini na década de 1970.

4.4 O ciclo do capital na economia dependente(1979)

Encerrando as análises dos textos selecionados referente à década de 1970, temos o texto publicado em 1979 intitulado *O ciclo do capital na economia dependente* (Marini, 2012b). A partir do estudo sistemático do texto anterior sobre a discussão acerca do Volume 2 d'O Capital e que este texto tem como desdobramento, Marini começa a delimitar uma nova categoria chamada de *padrão de reprodução do capital* para ajudar nas análises do processo de valorização do capital, e sua relação com os meios de consumo e de produção no cotidiano da economia dependente (FERREIRA e LUCE, 2012).

Sobre esta categoria, “O ciclo do capital...” é considerado o texto fundador da abordagem das economias dependentes através da mediação da categoria *padrão de reprodução do capital*. Neste sentido, o texto transversaliza os ciclos de produção/reprodução do capital (circulação, produção e realização) com a particularidade desses processos nas economias dependentes latino americanas:

Como transitar entre as leis que regem o capitalismo dependente e as características singulares dos países ou formações sociais, considerando-os em conjunturas determinadas e em diferentes etapas da economia mundial e das relações imperialistas? Esse foi o espaço teórico suprido pela noção do padrão de reprodução do capital, esboçada por Marini em suas linhas mais gerais nos anos de 1970 e 1980, mas que levaria um pouco mais de tempo para amadurecer como elo continuador na construção da TMD, até ser aprofundada e explicitada com maior precisão por Jaime Osorio, como fruto de quase três décadas de investigação do marxista chileno-mexicano em torno de níveis de análise intermediário mais concretos. (Idem, p 13)

Conforme podemos observar neste ponto de nossos estudos, as diversas categorias da TMD, em diferentes níveis, estão intimamente relacionadas entre si e com a teoria do valor em Marx. Relacionando com o texto analisado anteriormente, observamos que “O ciclo do capital...” representa uma tentativa de síntese por parte de Marini para dialogar seus estudos sobre o processo global de produção/reprodução em um determinado nível de abstração que compreenda as relações de dependência, reafirmando seu objetivo da TMD em ser uma teoria intermediária/mediadora da teoria do valor em Marx para analisarmos a América Latina. Por isso, mesmo que de forma breve, continuaremos a análise do texto relacionando os conteúdos que possam enriquecer as categorias que nos propomos a analisar ao longo da obra do autor.

Neste trabalho, Marini buscou aproximar suas análises pelo ciclo do capital exposto em Marx através da fórmula $D-M...P...M'-D'$, no qual o dinheiro, analisando as luzes deste processo, pode indicar os rastros do processo de produção de capital. Na primeira fase da circulação (C^1), o capital dinheiro inicia o processo de produção nas economias dependentes sob três fontes:

- a) Investimento via capital privado interno: correspondente a mais-valia produzida e investida internamente nos processos de produção de capital. Neste ponto, esta mais-valia se caracteriza como investimento interno se for gerada e investida localmente independente de sua origem inicial (nacional ou transnacional);

- b) Investimento público estatal: reinvestindo uma parte da mais-valia retida através de impostos (diretos e indiretos) e proventos ou atuando diretamente (como capital) na construção de uma estrutura que viabilize a produção de capital. “No caso do Brasil, por exemplo, o Estado participa na formação do capital fixo, com 60% do total anual[1969], ficando somente 40% para o capital privado”(Marini, 2012b).²⁴
- c) Investimentos via capital privado externo: este se apresentando na forma de investimento direto nos países dependentes (se apropriando total ou parcialmente da mais-valia gerada no local), ou na forma de investimento indireto (empréstimos e financiamentos).

A partir dessa pontuação, Marini avança em sua análise, verificando uma mudança do investimento na forma de dinheiro no processo de acumulação do capital:

Na América Latina, durante o longo período do pós-guerra até a década de 1960, a forma predominante de investimento estrangeiro foi o investimento direto. Entretanto, desde finais dessa década e no decurso dos anos 1970, embora o investimento direto tenha seguido crescendo, sua proporção no investimento estrangeiro total apresentou a tendência de redução (em termos relativos). Atualmente, em especial nos países de maior desenvolvimento relativo como México ou Brasil, a forma predominante do capital financeiro tende a ser a do investimento indireto. Nesse caso, muda o tipo de remuneração que se obtém: à diferença do lucro ou dividendo [benefício] industrial, o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juros que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia.(Marini, 2012b, p 25)

Como já foi mencionado nos textos anteriores, a expectativa que se tem ao investir em outro país é o ressarcimento e a valorização do capital investido. No caso das economias dependentes, entre 1960 e 1967, receberam apenas 30% do investimento norte-americano, mas em contrapartida, 60% de seus investimentos retornaram aos Estados Unidos na forma de lucros, juros e *royalties*. Nesse sentido tanto o capital externo quanto o Estado desempenham um peso central no processo de acumulação capitalista dependente:

²⁴ Cabe assinalar que os investimentos públicos a que interessa o autor são relacionados ao setor produtivo e não aos destinados a burocracia e ao aparato repressivo estatal(improdutivos).

[...]podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado. Insistimos: nesta primeira aproximação do que é a economia dependente, observamos, do ponto de vista do capital, que em sua primeira fase de circulação - da qual o processo de acumulação depende - atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro. E que, no entanto, o fato que se incorpore a essa fase da circulação o *internaliza*, por assim dizer, o constitui em fator direto nessa economia.(Idem, p 26)

A partir dessa base, na fase C¹ de acumulação de capital, o capital estrangeiro encontra uma forma de apropriar-se do capital da economia dependente, através das remessas geradas pela aquisição de bens de capital por parte dos setores produtivos nessas economias. No entanto, “O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire ao fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação do capital”(Idem, p 27). Concretamente, ao contrário das economias industriais centrais (como foi o caso da Inglaterra por exemplo), os bens de capitais não refletem o avanço da produção dos bens de consumo interno.

Já foi abordado nos outros textos, como a dependência material e tecnológica desencadeada por esta dinâmica representa uma face das relações de dependência, no entanto, neste texto, Marini insere esta dinâmica em um contexto maior, ao relacionar esta parte ao todo do processo de produção:

Do ponto de vista que nos interessa, ou seja, o da determinação dos aspectos característicos do ciclo do capital na economia dependente, o que importa destacar é que, assim como tal ciclo depende do fluxo circulatório externo de capital dinheiro, dependem também, para completar a primeira fase da circulação C¹, portanto, o ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é duplamente dependente com relação ao exterior. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria.(Marini, 2012b, p 28)

Feita essas ponderações, o autor passa para à análise da fase de produção e acumulação de capital. Com relação a fase da produção de capital, não a dissociando das demais fases, a questão do emprego de tecnologias providas do exterior tem um papel de grande peso neste momento:

Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma dinheiro e sob a forma mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na

economia dependente ou as que correspondem a associações de capital interno e estrangeiro acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção.(Idem, p 28)

Marini não só retoma esta tese mas, seguindo a trilha da dependência tecnológica enquanto fator perpetuador da dependência, retoma com alguns detalhes a mais este processo. Um produtor A, que opera de forma beneficiada pelo capital estrangeiro, não necessariamente venderá seus produtos abaixo do preço médio dos demais produtores que não possuem a mesma tecnologia. Vendendo a preço médio e com um custo menor, possui uma composição orgânica do capital mais vantajosa, assim como um ciclo mais rápido de produção leva as empresas detentoras de investimentos estrangeiros a ter um lucro maior(extraordinário) do que a concorrência que não possui esta vantagem. A articulação destes dois fatores (menor custo e menor ciclo de rotação de capital) coloca barreiras gigantescas aos produtores locais (B). O lucro extraordinário em si não é o problema fundamental desta relação desigual:

O problema não reside ali, mas sim no fato de que o lucro diferencial ou extraordinário de A dificilmente pode ser anulado por um esforço de B para, elevando o grau de composição orgânica, seu nível tecnológico e a produtividade do trabalho que emprega, igualar o custos de produção que A tem. Isso porque a diferença dos custos de produção, na verdade, não resulta de um desenvolvimento técnico interno, mas da introdução de uma nova tecnologia vinda do exterior que faz com que A detenha em relação a B a posição de um monopólio tecnológico. Se este não se anular de imediato, será possível ver que ao cabo de dois, três ou mais períodos de produção, A poderá beneficiar-se sistematicamente da mais-valia produzida do ramo. Com isso, no caso de que B iguale seu nível tecnológico(suponhamos, por uma queda do preço internacional do equipamento que A utiliza), a superioridade em termos de magnitude do capital que A detém lhe dá condições para responder de imediato, introduzindo outro avanço tecnológico que, baixando novamente seu custo de produção, restabelece seu lucro extraordinário.(Idem, p 29)

Tanto a estrutura gerada na fase de circulação C¹ quanto na fase de produção levam as empresas, que se privilegiam do capital estrangeiro, a participar de uma fatia cada vez maior da massa de mais valia, obtendo também uma proporção extraordinária desta e se consolidando como dominantes nos setores que atuam. Estes processos descritos por Marini se dão em condições normais do mercado, o lucro extraordinário, que estas empresas possuem, abre margem a monopolização destas nos setores em que atuam. Isso se dá pois existe a possibilidade destes setores conseguirem reduzir o preço de seus produtos abaixo do seu valor, falindo e absorvendo a concorrência, antecedendo nas economias dependentes as fases e tendências do processo de monopolização.

Neste cenário, e principalmente em relação às empresas médias e pequenas, essa tensão pela reposição de uma taxa de mais valia, em que o aumento da produtividade do trabalho não é uma alternativa em si, faz com que o aumento da exploração do tempo de trabalho não remunerado urja enquanto opção para reposição das taxas de lucro desses setores.”Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho.(Idem, 30)”.

Conforme já vimos exaustivamente e como o autor indica novamente neste texto, a articulação das formas de exploração do trabalho, aliada à remuneração do trabalho abaixo do seu valor, que se caracteriza na situação de superexploração. Enriquecendo esta caracterização, Marini relaciona a questão das pequenas e médias empresas com o grande capital internacional e como isso se apresenta como uma das faces mais dramáticas deste processo:

Sendo um recurso que os capitais com menor poder de competição acionam, a superexploração acaba, ao final, favorecendo os capitais monopolistas, posto que ali também se emprega a força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias. Portanto, reduz-se também em termos relativos a massa de salários pagos pelas empresas monopolistas, abatendo-se seu custo de produção. E, mais, como a superexploração implica que se reduzam os custos de produção, todas as matérias-primas e os demais insumos industriais veem seus preços de mercado deprimidos, o que beneficia também as grandes empresas. *Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário*[grifo nosso].(Idem)

Nessa situação, como principal ferramenta de desarticulação da classe trabalhadora, e para manter o baixo nível dos salários, o capital conta com a manutenção de um contingente expressivo de trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva, representada pela população desempregada ou em situação de subemprego.

Ainda na análise das características da fase de produção de capital nas economias dependentes, Marini destaca o papel do capital externo na criação de novos mercados assim como a adoção de técnicas de produção na economia dependente. Ao introduzir um setor produtivo, mesmo usando uma tecnologia similar ao dos países centrais, o capital externo obtém mais um fator que lhe confere vantagens (que se somam às outras que situamos

anteriormente) a possíveis concorrências externas como podemos ver no setor automotivo por exemplo. Com esse ponto, somado à questão do lucro extraordinário, a remuneração abaixo do valor da força do trabalho (obtido através da superexploração do trabalho), o contingente significativo do operariado no exército industrial de reserva e a imposição externa de técnicas e ramos de produção se apresentam como elementos da fase de produção do capital na economia dependente. A partir disso, Marini entra na última fase em que pretende analisar neste trabalho, a circulação (C²) para a realização dos capitais já em formas de mercadorias.

A este debate, está a discussão que Marini vem fazendo sobre os setores de produção (bens de capital e bens de consumo de massas e suntuários) e seu desenvolvimento desvinculado ao crescimento do mercado consumidor interno. Sobre este tema, de maneira geral nos conteúdos que apresentamos, Marini oferece uma explicação mais abrangente e detalhada sobre esta fase do ciclo do capital nas economias dependentes. A esta fase, ao final do texto, Marini aponta como a dissociação do mercado consumidor e a centralidade da renda dos consumidores de produtos suntuários não dão conta de atender a necessidade de produção das economias dependentes levando-as a buscarem a realização do capital em mercados externos.²⁵

O que nos cabe ressaltar é como a superexploração da força de trabalho, e seu desdobramento, pressionam a queda dos salários, assumem uma posição central em todas as etapas do processo de produção/reprodução do capital nas economias dependentes, fortalecendo-se como chave explicativa da economia dependente. Por fim, sobre este texto, pudemos notar como as categorias dependência e superexploração continuam a se enriquecer de detalhes, neste caso, ao precisar melhor como que estas se estabelecem em cada etapa do ciclo do capital que vem se delineando no final da década de 1970 (com a tendência de alta dos investimento externos indiretos em relação aos investimentos externos diretos).

²⁵ Dialogando com os textos anteriores, este ponto que Marini levanta, também é uma questão central na caracterização subimperialismo, no entanto, o autor não faz menção a esta categoria no texto.

4.5 Geopolítica latino-americana(1985)

Antes de entrarmos na breve contextualização e análise dos textos que selecionamos na década de 1980/1990, cabe retomarmos brevemente o método que utilizamos para seleção dos textos. Primeiramente tivemos como primeira e principal referência os indicativos inseridos em seu Memorial descritivo(Marini,2011b), que compreende o período de sua vida até 1990, para sua regularização enquanto professor na Universidade de Brasília. A partir disso, e no período após o Memorial (1990-1997), utilizamos o acervo de textos disponibilizados on-line pela Universidade Autônoma do México (MÉXICO, 2018), assim como seus principais textos traduzidos ao português a que tivemos acesso.

Neste movimento, nos tópicos em que temos interesse em analisar neste trabalho, verificamos uma quantidade substancialmente maior de produção na década de 1970 quando comparada às duas décadas seguintes. A essas décadas, embora acreditemos que sua produção continue orbitando a TMD, Marini ocupou boa parte de sua produção a textos de conjuntura, sobre processo de redemocratização da América Latina e os rumos do socialismo e uma integração latino americana como forma de superar o capitalismo na região. Em paralelo, com uma produção um pouco menor, permaneceu trabalhando na atualização das tendências dos padrões de acumulação capitalista, assim como os próprios mecanismos de perpetuação das economias dependentes.

Feitas essas considerações, acreditamos que o próprio resgate histórico que fizemos no capítulo 2 e que retomaremos brevemente na introdução desta análise pode nos fornecer pistas de uma possível explicação dos rumos de sua pesquisa nesse período.

Conforme o próprio autor afirma, apesar da ampliação do leque de sua produção, na década de 1980 “[...]o centro, por excelência das minhas pesquisas continuou sendo o desenvolvimento capitalista latino-americano e o modo como era percebido e influído pelo processo teórico.”(MARINI, 2011b)

Cabe lembrarmos que foi nesse período, que após 20 anos de exílio, Marini voltou a morar no Brasil. Nos primeiros anos militou junto ao governo do Rio de Janeiro de Leonel Brizola e, posteriormente, retornando ao cargo de professor da Universidade de Brasília.

E vinte anos -sobretudo se correspondem à nossa fase de afirmação e desenvolvimento profissional - contam muito. Contam ainda mais se o país a que

regressamos, apesar de ter tido o seu movimento geral determinado pelas mesmas tendências que regeram o da América Latina, participando, pois, do mesmo processo de hipertrofia das desigualdades de classe, da dependência externa e do terrorismo de Estado que a caracterizou, nesse período, o fez acentuando seu isolamento cultural em relação a ela e lançando-se a um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e Europa. (Idem, p 113)

Outro ponto, que interferiu na sua produção intelectual, foi o próprio processo de integração/cooptação de sua produção teórica à nova dinâmica produtivista em que a universidade brasileira se encontra até os dias de hoje. Em especial nos finais da década de 1980, Marini viu suas atividades se deslocarem de produções mais abertas e de alcance geral (livros, ensaios e artigos abertos) para a produção de *papers* voltados a um público restrito. Corroborando com isso, a busca por projetos de financiamento, em especial um financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para realizar uma pesquisa sobre a indústria automobilística, centralizou os esforços de Marini no período de 1986-1989 e fez com que chegasse ao seguinte balanço:

A carga de trabalho que essas pesquisas acarretaram, e que se somava às minhas atividades acadêmicas normais, foi sendo, aos poucos, percebida como mecanismos de drenagem de minha vida intelectual, em favor de minha refuncionalização ao sistema científico-cultural vigente no país. (Idem)

A partir deste balanço, Marini tenta reorganizar uma dinâmica de estudos fora da agência de fomentos no começo dos anos 1990. Por ora, nos ateremos a esta parte de sua história como forma de contextualizar historicamente o texto *Geopolítica latino-americana*, texto este, produzido em 1985, que foi extraído de seu arquivo pessoal localizado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Feitas essas considerações, passemos à análise deste texto.

Uma primeira ponderação a ser feita acerca do manuscrito “*Geopolítica...*” é sobre a utilização de outros termos para caracterizar os países dependentes como o termo *Terceiro Mundo*. Por ser um texto que ainda não havia sido publicado, também em nossa análise não podemos dizer neste momento se o autor diminuiu o rigor do uso de conceitos e categorias que até então apareciam com maior rigor predominantemente nos textos da década de 1970.

Neste texto, Marini busca, a partir da conceituação do termo geopolítica, apresentar um panorama do novo quadro que permeia as relações internacionais entre os países centrais e dependentes. Para dar conta desta temática, o autor busca relacionar a geopolítica enquanto

ferramenta para identificar a recomposição da relação entre os países, tanto por parte do centro, quanto por parte dos países dependentes (e do Brasil especificamente). Nesse sentido Marini realiza a seguinte caracterização do termo geopolítica:

A geopolítica, isto é, a política internacional pensada a partir de determinações geográficas, é uma consequência da ação de três fatores históricos: a) a existência de Estados nacionais surgidos da divisão da sociedade em classes e das relações de dominação e subordinação que entre elas se estabelece; b) o desenvolvimento desigual de economias nacionais, propiciando pela expansão mundial do capitalismo, e das formas de exploração que isso cria, e c) a formulação ideológica plena, enquanto teoria e doutrina, na Alemanha do século XIX, onde um desenvolvimento capitalista tardio pôs o país interessado em condições desfavoráveis no plano internacional, em relação às nações que o haviam precedido. (Marini, 1985)

Em torno deste conceito, Marini desenvolve sua análise a partir da caracterização das relações internas e externas dos Estados das economias centrais e também dependentes (em específico a política de estado contra insurgente adotada em ambos os lados). No entanto, apresentaremos apenas as discussões que podem ser ou são diretamente ligadas às categorias que nos propomos a analisar. Nesse sentido, este texto pode ajudar a traçar algumas linhas da atualização das relações de dependência e também na caracterização e atualização da categoria subimperialismo.

Segundo o autor, a *doutrina da contra insurgência*²⁶ é a base do subimperialismo. O autor caracteriza esta doutrina no seguinte trecho:

Surgida de elaborações doutrinárias dos militares ingleses e franceses em suas guerras coloniais, no pós-guerra, a doutrina de contrainsurgência é, basicamente, isso: um enfoque militar da política. *Qualquer movimento de oposição à dominação vigente é visto, nessa perspectiva, como ameaça a ser suprimida mediante o uso da força.* [grifo nosso]
[...]Se, nos Estados Unidos, a contrainsurgência é um produto da geopolítica, na América Latina ocorre o inverso: é a adoção da doutrina da contrainsurgência pelos militares e, logo, pela classe dominante que leva a geopolítica a ocupar lugar de destaque na política internacional dos Estados da região e nos seus projetos de fortalecimento nacional. (Idem)

Apesar do apoio direto dos Estados Unidos aos golpes e ditaduras militares na América Latina no período anterior, a doutrina da contrainsurgência apresentava contradições

²⁶ Sobre a discussão sobre a doutrina e o Estado de contrainsurgência, Marini vem lapidando esta classificação desde a década de 1970. Sobre este tema Cf. o debate que o autor teve com Pío García, Agustín Cueva e Teothônio dos Santos no seminário intitulado *La cuestión del fascismo en América Latina* (GARCÍA; CUEVA; MARINI; DOS SANTOS, 1978)

que levaram alguns países da região a pleitear, mesmo que de forma subordinada, uma política externa baseada na geopolítica e, conseqüentemente, em um projeto de dominação e expansão local:

[...]situadas à cabeça do Estado, as Forças Armadas arrogaram-se o direito de fixar e preservar os interesses nacionais - entendidos como segurança nacional - e formularam projetos próprios que, sendo postos em termos militares, se constituíam por isso mesmo em projetos de potência. Observamos que, segundo a definição de um dos teóricos da contrainsurgência, Robert McNamara, a essência da segurança é o desenvolvimento econômico -o que, num país capitalista, quer dizer acumulação de capital. Compreende-se assim que as ditaduras militares elevassem os interesses da burguesia à categoria de interesses nacionais e que sua política de potência promovesse no plano internacional esses mesmos interesses.(MARINI, 1985)

A relação da doutrina de contrainsurgência com os fundamentos da geopolítica, tanto no âmbito da política interna quanto externa, desdobraram-se no subimperialismo. Neste texto, Marini dissecou a definição de subimperialismo em um desdobramento econômico e outro político desta categoria.

Sobre a face econômica do subimperialismo, o autor levanta duas considerações acerca desta. A primeira se dá pelo ponto indicado por Karl Marx, no qual Marini sintetiza:

[...]um centro capitalista (isto é, um centro de acumulação de capital) expande-se, gerando pontos de circulação, que progressivamente se convertem em núcleos de acumulação também, ainda que subordinados (correspondentes ao que a teoria da dependência chamou de capitalismo dependentes).(Idem.)

Com a intensificação das relações comerciais e do espraio do capitalismo no mundo, em comparação com o século XIX, as desigualdades entre países desenvolvidos e dependentes se tornam maiores e, nesta dinâmica, se torna igualmente mais difícil o surgimento de novos países desenvolvidos. No entanto, conforme vimos nos textos anteriores, a força exercida pelo centro do sistema, através da maior competitividade e pelas relações econômicas internacionais, em um contexto em que ascensões econômicas são desfavoráveis, sobrepuja e organiza as economias dependentes no sentido de, apesar de alguns países apresentarem características subimperialistas, diluir contradições que poderiam levar a embates mais intensos e violentos entre os países latino americanos. Por isso, os países dependentes buscam alguma alternativa de crescimento econômico ao “criar uma esfera de circulação externa, mas o fazem dentro da órbita estabelecida pelos centros dominantes; em

outros termos, criam uma “*circulação relativamente autônoma, mas, por isso mesmo, relativamente subordinada*[grifo do autor].”(Idem)

A segunda ponderação do autor acerca da face econômica do subimperialismo está sobre os desdobramentos da saída de capital por parte dos países subimperialistas, neste movimento, o países imperialistas conseguem acumular capital à custa de uma concentração e centralização deste, fortalecendo os monopólios, concentrando tecnologia, privilegiando estes no processo de formação de preços, gerando lucros e mais-valia extraordinária(ao menos em um primeiro momento). Esse processo, contraditoriamente, também pressiona a dinâmica da queda tendencial da taxa de lucro. Marini, apontando as descobertas de Lênin, reafirma que é nesse processo de monopolização que se criam as condições que levaram o capital bancário e industrial a se fundirem criando assim o capital financeiro. “*O subimperialismo, neste sentido, é o capitalismo dependente chegando à etapa dos monopólios e do capital financeiro*[grifo do autor]”(Idem).

A face política do subimperialismo reside na relação do Estado e seu papel regulador na economia dependente para assegurar os interesses das classes dominantes, ou seja, em prol da acumulação de capital. Sobre essa discussão, no texto “*A acumulação capitalista...*” que expomos anteriormente, Marini se ateve com maior detalhes a partir da discussão de “aglutinação” entre o Estado e burguesia proposta por Bukharin,. O entrelaçamento entre os interesses da burguesia e do Estado “ao dar-se no âmbito da superestrutura, é algo consciente, capaz de expressar-se em formulações ideológicas e doutrinárias, de plasmar-se em metas e projetos, de traçar linhas de ação estratégicas e táticas. Visto deste ângulo, o subimperialismo é doutrina, projeto, é política enfim.”(Idem)

Apresentando estas questões, relacionando a doutrina de contrainsurgência com da geopolítica, Marini explicita as bases gerais do Subimperialismo nos dando maiores elementos para fazer sua caracterização. Conforme vemos a seguir, a partir desta fundamentação, Marini chega no ponto central da importância do subimperialismo para a caracterização de determinados países dependentes:

É essa riqueza e complexidade do fenômeno ao qual aponta o conceito de subimperialismo que fez dele algo tão controvertido e deu lugar a tantos outros conceitos, referidos geralmente a este ou aquele aspecto específico da questão. Por outra parte, sua inclusão num quadro de análises das relações internacionais força a abandonar os esquemas simplistas que se aplicam a elas, baseados no dualismo e numa visão estatística, como os que se expressam através das dicotomias leste-oeste, norte-sul, centro-periferia. É necessário romper com esses esquemas para que as

relações internacionais apareçam como processo e como campo de forças cambiantes, como uma teia intrincada que, se hierarquizada e formalizada, se configura menos em forma circular que em forma piramidal.(Idem)

Apesar de não estar explícito no texto, compreendemos que este ponto pode nos ajudar a entender como o desenvolvimento da categoria subimperialismo está de acordo com as premissas do método materialista-histórico, assim como a inserção dialética desta categoria com o desenvolvimento da realidade brasileira e latino americana.

Após essa conceituação ampla, Marini passa a analisar as manifestações concretas do subimperialismo, em especial no Brasil. Antes de entrarmos nessa abordagem do manuscrito, cabe lembrarmos que, em “Subdesenvolvimento...”, houve um esforço em buscar a fundamentação teórica, baseado na política de *interdependência continental*, que balizou a política subimperialista na ditadura militar brasileira no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 conforme analisamos no capítulo 3 deste trabalho. Corroborando com esses pontos que mencionamos e fazendo um balanço mais extenso do subimperialismo brasileiro, Marini aponta que:

Convém assinalar que o subimperialismo brasileiro não pode ser visto, como se pretende às vezes, como rótulo aplicado a uma realidade estática. A vinte anos de sua emergência, ele tem já a sua história, desde o momento em que se formulou como projeto de dominação subordinada pela Escola Superior de Guerra até hoje, quando se converteu em elemento constitutivo da ideologia burguesa e em política prática do Estado; desde o momento em que pretendeu fazer realmente do país um “satélite privilegiado” dos Estados Unidos até hoje, quando olha esse país com crescente desconfiança e procura ampliar sua margem de manobra em relação a ele; desde o momento, enfim, que sonhou com praticar anexações mais ou menos disfarçadas e levou a cabo intervenções quase abertas na política interna de seus vizinhos até hoje, quando privilegia a expansão econômica (mesmo que através da venda de armas) e a penetração cultural (embora se trate da exportação de telenovelas) como principais meios de ação. (Idem)

Nesse trecho podemos ver que, além das questões econômicas, Marini esboça em suas análises uma possível dominação cultural que o Brasil começa a exercer nos países em que enseja exercer dominação. No decorrer da década de 1970, com o rearranjo das frações do capital, assim como a pressão pela redemocratização e por pressões externas, o país muda sua posição e reduz as tensões diplomáticas com os Estados Unidos. Estas tensões foram

resolvidas e expressas pelo acordo Kissinger-Geisel de 1976, que representava uma repactuação de uma relação vantajosa tanto para a burguesia central quanto para dependente²⁷.

Desde então, o Itamaraty, convertido em instrumento de promoção dos interesses da grande burguesia industrial e financeira no exterior, e atuando dentro dos marcos impostos pelo Conselho de Segurança Nacional, buscará abrir novos espaços para o projeto de potência traçado, modificando sua posição hostil aos países socialistas, reaproximando-se dos países do Terceiro Mundo e tentando abrir brechas dentro do próprio bloco imperialista. (Idem)

Feita a caracterização do subimperialismo brasileiro, Marini reabre a caracterização na qual outros países da América Latina também eram subimperialistas²⁸, nesse movimento a Argentina retoma a este panteão. Como elemento de caracterização a esta reinserção, Marini aponta o intento do país em manter uma posição no cone sul, assim como o que gerou a guerra e derrota pelo território das Ilhas Malvinas pelos ingleses. Também é apontado o Chile como subimperialista ao levar em conta seus embates com o Peru pelo domínio econômico regional. Além desses países, Marini caracteriza o México, Venezuela e Colômbia, que compunham na época o Grupo de Contadora (representados atualmente pela Comunidade de Estados latino-Americanos e caribenhos - CELAC), organizado para tentar diminuir o ímpeto de intervenção militar norte-americana da época.

Estes processos estão calcados nos desdobramentos da crise capitalista da década de 1960 e que ainda demandavam uma reestruturação da economia e das relações entre os países no mundo.

A crise mundial e as tendências de reestruturação internacional que dela surgem afetam a América Latina de outra maneira. Durante a segunda metade dos 60[anos 1960] e no curso da década passada[anos de 1970], a violenta competição imperialista abriu à ampla margem de manobra e alentou em muitos de seus governos projetos de potência. A década de 1980 marchou noutra direção, ao empenharem-se Estados Unidos em reconquistar o terreno perdido, seja de maneira direta, seja brandindo o chicote do Fundo Monetário Internacional. Hoje, América Latina está confrontada em um projeto de reestruturação que exige a reconversão produtiva de suas economias, de modo a assegurar sua inserção plena na nova

²⁷ Conforme já apresentado nas análises anteriores, as categorias que analisamos, assim como as demais chaves explicativas do campo marxista, não se apresentam como determinações estáticas, mas sim como processos dinâmicos e contraditórios. Isso não escapou dos olhos de Marini, em texto anteriores, o autor aponta que existiu, no decorrer do processo, divergências entre os interesses do imperialismo com a burguesia local. Mas essas questões, além de não representarem uma mudança na tendência de dominação aos países dependentes, por enquanto seguiam sendo resolvidas e contornadas por mecanismos em diferentes esferas. Tanto a superexploração da força de trabalho quanto o subimperialismo são manifestações deste processo contraditório.

²⁸ No texto “A acumulação capitalista...”, Marini havia delimitado que, na América Latina, apenas o Brasil era um país subimperialista. Neste texto ele aponta, que a Argentina, apenas continha traços subimperialistas.

divisão internacional do trabalho que está em processo. Essa reconversão - que dá ênfase às exportações e à homogeneização tecnológica segundo os parâmetros internacionais - implica a destruição de parte de seu capital social, particularmente a indústria manufatureira.[sic](Idem)

Esta conjuntura, segundo o autor, recai em todos os países dependentes e, mesmo os que têm uma estrutura mais favorável estarão sujeitos a mazelas desse processo, em virtude da superexploração do trabalho. Neste texto, podemos ver que as relações de dependência estão sobre uma profunda mudança e em um horizonte de aprofundamento dos problemas sociais na região e da manutenção/aprofundamento da superexploração do trabalho. Nessa reestruturação econômica e, conseqüentemente dos mecanismos de dependência, vemos Marini lançar a mão de outras ferramentas como a geopolítica para caracterizar o subimperialismo na região.

No entanto, verificamos que este ponto destoa do movimento empregado na caracterização do subimperialismo nos textos anteriores, principalmente em “Subdesenvolvimento...” e em “A acumulação capitalista...”. Nestes textos, um dos pontos centrais é a caracterização da burguesia e, ainda de forma não explícita no segundo texto, do padrão de acumulação capitalista. Esse movimento se faz necessário para investigar o grau de poder econômico e autonomia que a burguesia local possui e, conseqüentemente, consegue empreender na busca por novos mercados, ao mesmo tempo em que isso se apresenta enquanto forma de compensação aos capitais que retornam aos países hegemônicos. A força do argumento exposto no artigo mais antigo (com uma riqueza de fontes e indicadores econômicos esmagadoramente maior) nos leva a crer que a caracterização dos demais países latino-americanos enquanto subimperialistas e até, a atualização desta caracterização no caso brasileiro em “Geopolítica...”, é mais fraca em virtude da pouca investigação acerca das atuais frações dominantes dos respectivos países. Também reiteramos que o peso desta análise deve ser minorada pois estamos tratando de um manuscrito que não foi publicado por Marini em vida.

4.6 Processos e tendências da globalização capitalista(1996)

A partir do levantamento que fizemos sobre os textos publicados durante a década de 1990, *Processos e tendências da globalização capitalista* foi o texto que, ao nosso ver,

poderia trazer mais contribuições à investigação que empreendemos. Publicado em 1996, foi o último texto publicado em vida pelo autor e corresponde também a uma de suas últimas empreitadas: a publicação da coleção em quatro tomos, realizada com Márgara Millán, intitulada *'La teoría social latinoamericana*. Sobre este projeto, lembramos que o autor, após quase uma década residindo no Brasil, optou por retornar a lecionar na UNAM no México, dedicando-se, entre outras atividades profissionais, à organização da coletânea que acabamos de mencionar.

Verificamos que o presente texto pode contribuir com as nossas investigações por dois pontos. O primeiro é que, através da tentativa de atualização da conjuntura econômica mundial e latino americana, Marini apresenta novos rumos das relações de dependência em função das novas determinações econômicas observadas desde a segunda metade da década de 1880. O segundo ponto está relacionado a uma mudança de paradigmas da categoria superexploração da força de trabalho e sua relação com a categoria dependência²⁹. Feitas estas ponderações apresentaremos os pontos mencionados no texto.

Neste texto, Marini centra a caracterização da conjuntura da época através do processo de *globalização*, um processo que se origina na década de 1980 e caracteriza-se:

[...] pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e às relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país. Trata-se, sem dúvida, da transição para uma nova etapa histórica, cujos resultados apenas começam a ser vislumbrados e de um modo certamente insuficiente, com mais razão, dado que apenas começa, deixando ainda de fora a maioria da população da África, porções consideráveis da Ásia e inclusive parte da nossa América Latina. Mas, em seu movimento envolvente, estabeleceu já postos avançados em todo o planeta.(Marini, 2000b)

Ainda sobre a globalização, Marini destaca quatro aspectos deste processo: a abrangência populacional que esta etapa do capitalismo e como esta fase interfere simultaneamente na vida de toda a população mundial (6 bilhões de pessoas na época); a grande velocidade de difusão das reestruturações produtivas “acelerando o tempo histórico” desses processos; o terceiro aspecto é a gigantesca capacidade produtiva, como exemplo Marini cita que o incremento da produção de bens e serviços apenas na década de 1980 que

²⁹ No texto e, em virtude das abrangência da análise a nível mundial, Marini não abordou a questão do subimperialismo neste artigo.

correspondeu a toda a produção realizada na primeira metade do século XX; por fim, o autor destaca a profundidade e rapidez desse processo como um todo principalmente em razão da crescente urbanização e das melhorias do setor de comunicações, fortalecendo o mercado financeiro, a acumulação de capital e, conseqüentemente, a circulação de dinheiro pelo mundo.

No seio deste processo, no desenrolar das constantes crises cíclicas e do desenvolvimento tecnológico, o setor industrial passa por profundas transformações que impactam diretamente as economias dependentes:

A crise capitalista que, como resultado da queda das taxas de lucro que começa a se verificar em meado dos anos 60, explodiu com violência depois da primeira alta dos preços do petróleo e responde já, nos países industrializados, por três recessões (1974-75, 1980-82 e 1990-94), não constitui uma exceção. O problema só pôde ser resolvido mediante a crise capitalista dos anos 70, em cujo marco se verifica uma onda de compras de fusões de ativos, assim como de acordos tecnológicos, aos quais estamos assistindo ainda e que se completam com o surgimento de um novo mecanismo: a terceirização. Em outros termos, como é a norma em situações dessa natureza, a crise deu lugar a uma centralização selvagem, como a que se estão formando as massas de recursos requeridos para promover o desenvolvimento das novas tecnologias e melhorar assim as condições de competitividade. (Idem, p 276)

Este processo de concentração de capitais permitiu uma grande aceleração do desenvolvimento tecnológico em diversos setores como informática, telecomunicações, biotecnologia, entre outros. No entanto, a reboque destes avanços, e justamente por estes, o retorno das taxas de investimento implicou uma pressão maior pela queda das taxas de emprego e, como o próprio capital organiza a si próprio assim como a classe trabalhadora (visto a seus olhos enquanto força de trabalho), leva a uma nova tendência na divisão do trabalho.

O desemprego nos países industrializados passou de 4% na década de 1960, chegando a 8% na década posterior e se estabilizou em 6% durante a primeira metade dos anos 1990. Em paralelo a este processo, houve também uma queda da taxa de sindicalização dos países centrais. Ambos os pontos foram um duro golpe na organização do proletariado contribuindo para o avanço da flexibilização do trabalho e suas conseqüências. Estes foram alguns dos processos analisados por Marini e que expõe um novo rearranjo no mundo do trabalho:

Isto nos coloca frente ao projeto de uma nova divisão internacional do trabalho, que operaria ao *nível da própria força de trabalho* [grifo do autor] e não, como antes, através da posição ocupada no mercado mundial pela economia nacional onde o

trabalhador atua. Tratar-se-ia agora da participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau de educação, cultura e qualificação produtiva de cada um.(Idem, p 281)

Apesar deste processo ocorrer em escala global, os países centrais ainda detêm o monopólio tecnológico e o controle das transferências das atividades industriais, impondo uma tendência dramática aos países dependentes. A deterioração das condições de trabalho em escala mundial favorece a produção industrial nos países centrais, levando a periferia e, em especial a América Latina, a uma tendência de retomar o seu papel de mero produtor de bens primários e receptor de bens industrializados, atualizando assim a caracterização das relações de dependência.

Desta maneira a economia globalizada, que estamos vendo emergir neste final de século e que corresponde a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo mundial, coloca na mesa o tema de uma nova divisão internacional do trabalho que, *mutatis mutandis*, tende a restabelecer, em um plano superior, formas de dependência que acreditávamos desaparecidas com o século XIX. Mais ainda, ela tem impacto, como vimos, com a própria força de trabalho, ao produzir desníveis crescentes em matéria de saber e de capacitação técnica.(Idem, p 283)

De outro lado, a dinamização produção e circulação de capital em escala global da produção também diminuem o tempo em que uma inovação tecnológica se alastra a todo um ramo de produção e, conseqüentemente, reduz o tempo que esta possa gerar um lucro extraordinário ao capitalista individual. A dinamização deste ciclo gera uma tendência ainda maior entre os capitalistas a nível mundial a recorrerem ao aumento da exploração dos trabalhadores para obtenção de mais valia e lucro extraordinários. A nível mundial, a grande difusão tecnológica aliada a um aumento do desemprego global pressiona, segundo o autor, a uma homogeneização dos salários, assim como uma pressão a redução dos mesmos abaixo de seu valor, levando a uma generalização da superexploração da força de trabalho para além das fronteiras dos países dependentes.

Deste modo se generaliza a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho. Sua conseqüência (que era sua causa) é a de fazer crescer a massa de trabalhadores excedente e agudizar sua pauperização, no momento mesmo em que o desenvolvimento das forças produtivas abre perspectivas ilimitadas de bem-estar material e espiritual para os povos.(Idem, p 291)

Finalizando a análise deste texto, e conforme exposto neste excerto, a definição da categoria superexploração, que é um dos pilares da categoria dependência, sofre uma grande alteração. No entanto, baseando-se no conjunto da obra que expomos neste trabalho, Marini, ao reduzir a caracterização da superexploração do trabalho apenas pela articulação das formas de exploração e pela redução do salário abaixo do seu valor, descarta o terceiro pilar desta categoria, abordado principalmente em “Dialética...”, que reside na superexploração enquanto mecanismo de compensação às trocas desiguais das relações entre países dependentes e centrais. Se a generalização da superexploração do trabalho proceder, fica em aberto uma grande linha investigativa, e que foi uma das contribuições mais notáveis da TMD, que é a de fornecer elementos de como não só a burguesia dos países dependentes conseguem contornar a perda gerada pela expropriação de capital, mas também se beneficia deste processo, restando a esta classe a defender com unhas e dentes o imperialismo do qual se beneficia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira ponderação que podemos fazer, ao finalizar esse resgate histórico e as análises, é que o fruto desta pesquisa resulta e pode representar, para além de um exercício de apreensão teórica pessoal, um bom material para introdução tanto da Teoria Marxista da Dependência quanto à vida e os estudos das categorias propostas por este trabalho na obra de Ruy Mauro Marini. Conforme mencionamos diversas vezes no decorrer desta exposição, apesar de possuir uma certa abrangência, não podemos resumir a produção do autor às categorias analisadas neste trabalho. A abrangência dos estudos empreendidos por Marini extrapola muito essas categorias, colocando o autor no panteão dos grandes intérpretes do Brasil e da América Latina. Neste sentido, um dos resultados deste trabalho consiste em minorar os impactos dos anos de ostracismo e exclusão que este autor, e todos os grandes nomes da TMD sofreram. Esta exclusão ainda persiste no debate acerca do desenvolvimento do subcontinente, no entanto, desde os anos 2000 e graças ao esforço hercúleo de diversos(as) pesquisadores(as), as contribuições desta corrente no entendimento de nossa realidade passa a figurar cada vez mais nos debates brasileiros sobre a América Latina assim como nos rumos e consequências do desenvolvimento capitalista na região.

Acreditamos que para além de apresentar um estudo fechado sobre o tema, as contribuições elaboradas até então podem enriquecer o debate e fazer avançar a TMD enquanto corrente teórica. Pontuamos também que o cuidado que tivemos na exposição das idéias e das fontes, que além de representar um exercício de sinceridade intelectual, serve para suscitar a crítica deste material assim como a TMD e o marxismo como um todo. Reforçamos que o exercício da crítica é algo fundamental para o tensionamento e produção de uma práxis transformadora, a aproximação cada vez maior entre a teoria produzida e a sua representação do real só é possível através deste movimento. Feitas essas pontuações, passamos ao balanço dos estudos das categorias e do resgate histórico de Ruy Mauro Marini.

Um primeiro ponto a ser destacado é como que ao longo do desenvolvimento teórico de Marini, as categorias que analisamos vão se interligando e complementando à categoria

dependência. Ainda neste ponto, observamos que estas categorias representam uma tentativa de movimento de totalização por parte do autor, no qual Marini vai transitando entre níveis de abstração maior representado pela categoria dependência, passando pela superexploração da força de trabalho e chegando em questões mais objetivas e particulares como a expressão do subimperialismo.

Com relação à categoria subimperialismo, podemos ver ao longo da obra de Marini, como é construída e intimamente relacionada à análise do Brasil, mais especificamente das frações burguesas dirigentes do país. Tentando estabelecer uma cronologia, buscamos uma síntese com base nos textos que de fato abordam este tema. No entanto, cabe ressaltar que praticamente todos os materiais ao menos citaram esta face da dependência latino americana, dentre os textos que abordaram diretamente, chegamos a seguinte síntese acerca do desenvolvimento da categoria subimperialismo:

I) *Subdesenvolvimento e revolução(1973)*: nesta obra a construção do subimperialismo passa pela análise da conjuntura política brasileira do final da década de 1960 e começo da década de 1970. Na análise deste texto se estabelece o embrião de sua base política, a doutrina da interdependência continental enquanto o aspecto político do subimperialismo. Neste texto, tanto o Brasil quanto a Argentina são considerados países subimperialistas

II) *A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo(1977)*: este texto tem como uma de suas principais contribuições para o entendimento do subimperialismo, a exposição em maior detalhamento de como o Estado se entrelaça com o interesses da burguesia através do que Bukharin veio a descrever como “entrelaçamento”. Além disso, Marini busca explicitar alguns elementos que constituem os Estados Unidos enquanto nação imperialista e reguladora da atual fase de desenvolvimento capitalista. Neste texto que Marini relaciona em detalhes o desenvolvimento dos EUA, seus investimentos externos no Brasil, o desenvolvimento da indústria local brasileira e a necessidade de exportação que este crescimento traz. A caracterização do subimperialismo passava por uma composição orgânica do capital alinhada à média mundial(na América Latina, impulsionada pelos investimentos externos) e uma política expansionista (burguesia) com certo grau de autonomia. Neste caso, o Brasil foi o único país que se enquadrou plenamente nesta caracterização (embora outros países apresentassem traços subimperialistas);

III) *Geopolítica latino-americana*(1985): Neste manuscrito, Marini chega em algumas sistematizações importantes acerca do subimperialismo. A primeira delas é as origens deste processo, o subimperialismo está baseado em dois fundamentos: a doutrina da contrainsurgência e a geopolítica. Sob estas bases, o subimperialismo apresenta duas faces, uma econômica e outra política. A dimensão econômica se caracteriza por um lado pela necessidade de uma economia dependente exportar capital e, por outro pela necessidade de concentrar e acumular capital, movimento este que está relacionado ao desenvolvimento dos monopólios. A face política se explicita no papel do Estado enquanto mediador entre os interesses da burguesia subimperialistas com as imperialistas. No entanto, ao fazer a caracterização das economias subimperialistas, vemos um baixo rigor na aplicação destes elementos já que além do Brasil, Argentina, México, Venezuela e Colômbia entram como países subimperialistas apenas por defenderem alguns de seus interesses, deixando carente a análise do desenvolvimento da força e autonomia da burguesia desses respectivos países.

A partir desses pontos, e com base nas análises feitas anteriormente, podemos notar que em relação à questão do subimperialismo, ao menos enquanto uma tentativa de delimitar elementos que a caracterizem, houve uma constante sistematização e inserção de novos elementos que ajudassem a delimitá-la. No entanto, ao aplicar esses elementos para definir os países subimperialistas, principalmente em *Geopolítica latino americana*, Marini não utilizou essa delimitações de forma rigorosa, abrindo margem para uma sorte de países que, conforme observamos às luzes do nosso tempo, não se confirmaram enquanto subimperialistas de fato. Na aplicação dos elementos levantados por Marini, e como o próprio autor afirma em alguns momentos, na América Latina, o único país que articula todos os elementos do subimperialismo é o Brasil.

Dando prosseguimento às sínteses dos nossos estudos, cabe discorrer brevemente acerca das análises da categoria superexploração da força de trabalho. Sobre esta categoria, Marini estabelece as bases da superexploração em *Dialética da Dependência* de 1972. Segundo o autor, a superexploração se caracteriza pelo aparecimento simultâneo e articulado das formas de exploração (intensidade, produtividade e maior jornada de trabalho) de maneira mais contundente, assim como o pagamento do salário em um nível mais baixo do que o necessário para a reposição plena da força de trabalho do operariado, ou seja, um salário mais baixo do que seu valor social médio. A superexploração atua como um dos principais

mecanismos para a compensação das trocas desiguais e da expropriação de mais valia entre países centrais e dependentes. Consequentemente, a superexploração da força de trabalho se apresenta como principal mecanismo de manutenção e viabilização das relações de dependência.

No entanto, no texto *Processos e tendências da globalização capitalistas* de 1996, Marini coloca esta categoria em xeque enquanto chave explicativa da dependência ao apontar que o processo de globalização, aos poucos vai alterando a divisão internacional do trabalho, extrapolando as formas mais brutais de exploração para todo o mundo. Neste sentido, ao gerar um exército de reserva proletário em nível mundial, a própria superexploração se mundializa. Conforme aponta Valencia(2018), este é um ponto de polêmica dentro da TMD: enquanto alguns autores e o próprio Valencia se filiam a esta hipótese, outros autores de peso desta corrente, como Claudio Katz e Jaime Osório, recusam essa hipótese e reafirmam que a superexploração é algo inerente aos países dependentes(Idem). Ao analisar as caracterizações desta categoria ao longo da obra de Marini, nos filiamos a este segundo grupo de autores, pois a superexploração se apresenta como uma resposta às trocas desiguais e, concretamente, gera um consumo maior da expectativa de vida dos trabalhadores latino americanos por exemplo.

No entanto, apesar da expectativa de vida do trabalhadores do subcontinente ser menor que a dos países centrais, acreditamos que para ser categórico nesta posição, e para avançar neste debate, se faz necessário uma investigação das faces desta categoria na atualidade e, especificamente, sobre essa forma de trabalho assim como relação desta com a atual forma da dependência.

Com relação a categoria dependência, de forma mais determinante do que as outras categorias, notamos como esta anda *pari passu* com o desenvolvimento e mudanças no processo de produção/reprodução do capitalismo e da formação sócio-histórica brasileira e latinoamericana. Ao longo de nossas análises, vemos Marini constantemente atribuindo novas determinações e atualizando este processo ao longo da história. Partindo do caso brasileiro em *Subdesenvolvimento e revolução*, e posteriormente elevando ao nível regional nos textos posteriores. Esta categoria vai se complexificando a cada retomada das análises do autor. Além das categorias subimperialismo e superexploração da força de trabalho, a dependência se caracteriza por diversos elementos históricos e econômicos, dentre eles: a questão das trocas desiguais entre países dependentes e imperialistas e a divisão entre os diversos ciclos de produção do capital (expresso na categoria padrão de reprodução do capital).

Além desta questão, pudemos observar nos textos a constante retomada da teoria do valor em Marx enquanto fundamento da categoria dependência. No decorrer das obras, Marini vai especificando como que os ciclos de produção do capital estão orientados para a produção de uma mais valia e de lucro extraordinários. A esse processo, destacamos o texto *Plusvalia extraordinária y acumulacion de capital* enquanto uma das expressões mais consolidadas do autor em buscar o referencial necessário para explicar a questão da dependência a partir do processo global de acumulação explicitado por Marx nos volume d'O Capital.

Retomando as primeiras investigações deste trabalho, apresentamos algumas linhas sobre a vida de Marini, sua produção intelectual e militância. Ao fazer um panorama de sua vida, e diluir um pouco esta história na contextualização das obras analisadas, podemos verificar o quanto de sua produção teórica estava centrada na sua intervenção enquanto militante revolucionário. Para além do ritmo e do sentido imposto pela dinâmica da universidade, Marini submeteu suas investigações aos grandes problemas teóricos enfrentados pelo campo revolucionário de sua época. O autor buscou enfrentar as grandes polêmicas assim como apresentar uma leitura da realidade que pudesse contribuir na superação do capitalismo e consequentemente da situação de extrema pobreza em que nosso povo latino americano se encontra. Para nós, enquanto setores que lutam para a emancipação da humanidade e para o fim da sociedade de classes, o legado deixado por este autor, assim como as contribuições da TMD, se apresentam como uma potencial ferramenta na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, resgatando a nossa breve análise de conjuntura apresentada no início deste trabalho, certamente as categorias trabalhadas por Marini, podem nos ajudar a tensionar um estreitamento entre teoria e prática. Quando o atual presidente Jair Messias Bolsonaro e seu governo bate continência à bandeira estadunidense, garante lucros aos setores financeiros e agropecuários que efetivamente dirigem o país e apoia os intentos imperialistas na Venezuela, isso pode ser um indício de que o subimperialismo ainda pode ter validade no entendimento da realidade atual do país.

O mesmo vale para a categoria Dependência e Superexploração da força de trabalho: a coesão da classe dominante que, para garantir a manutenção de suas taxas de lucro, empreende o pacote de reformas trabalhista, previdenciária e fiscal, aprofunda o processo de superexploração da força de trabalho e contribui contra insurgência da nossa trabalhadora. O entendimento das novas determinações dessas categorias, às luzes dos dias atuais, se mostra

como uma tarefa fundamental para traçarmos novos caminhos de atuação e, conseqüentemente, abrir caminhos para se pensar os rumos da Revolução Brasileira e a via socialista no país.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **Ruy Mauro Marini: meu melhor amigo!.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 271-277.

BICHIR, Maíra Machado; SANTOS, Fábio Pádua dos. **Apresentação:** subimperialismo e a premência de um debate. Revista Outubro, v. 1, n. 20, p. 29-32, 2012. Semestral. Texto de apresentação do artigo de Ruy Mauro Marini: A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo:** lógica, contradições e possibilidades. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 1, n. 3, p.73-84, dez. 2011. Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo.

CECEÑA, Ana Esther. **Ruy Mauro Marini: um construtor de caminhos.** In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 277-289.

CORREA PRADO, Fernando. **História de um não-debate:** a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Comunicação & Política, v. 22, p. 68-94, 2011.

DOS SANTOS. **Teoria da Dependência:** Balanço e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2018. 231 p. (Obras Escolhidas).

FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias. **Introdução.** In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 09-21.

GARCÍA, Pío; CUEVA, Agustín; MARINI, Ruy Mauro; DOS SANTOS, Theotonio dos. **La cuestión del fescimso en América Latina.** Cuadernos Políticos, México, D.F., v. 654, n. 18, p. 13-34, out. 1978. Trimestral. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.18/CP.18.13.PioGarcia.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIÉRREZ, Nelson. **Ruy Mauro Marini**: perfil de um intelectual revolucionário. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 253-270.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271 p.

MARINI. **Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital**. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México: Ediciones Era, n. 20, 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Geopolítica latino americana**. Arquivo Pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos da América Latina e Caribe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992. 153 p.

_____. **Dialética da Dependência**. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 105-166. (A outra margem).

_____. **Processos e tendências da globalização capitalista**. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da Dependência: Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 269-295. (A outra margem).

_____. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011a. p. 131-172. .

_____. **Memória**: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b. p. 55-130.

_____. **Sobre a Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011c. p. 173-187.

_____. **A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo**. Revista Outubro, v. 1, n. 20, p. 32-70, 2012a. Semestral.

_____. **O ciclo do capital na economia dependente.** In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 21-36.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012c. 272p. (Coleção Pátria Grande: 1)

_____. **O Reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria da dependência: 20 anos depois de Ruy Mauro Marini.** Revista Instituto Humanitas Unisinos On-line, São Leopoldo, jul. 2017. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569742-a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉXICO. UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DO MÉXICO - UNAM. (comp.). **Ruy Mauro Marini: escritos.** Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995. 292 p.(Série Terceira Margem)

_____. **A redução sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. (Série Terceira Margem)

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira.** 1. ed. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. (Coleção Pátria Grande, v. 6)

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **INTRODUÇÃO**. . In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 17-50.

_____. **Cronologia da vida e da obra de Ruy Mauro Marini**. . In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 51-55.

SADER, Emir. **Apresentação**. In: SADER, Emir (Org.). Dialética da Dependência: Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 07-10. (A outra margem).

_____. **Ruy Mauro, intelectual revolucionário**. In: MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a ruy mauro marini. Rio de Janeiro: Puc Rio e Boitempo, 2009. p. 27-37.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência e extensão da superexploração: uma perspectiva teórica**. In: GUANAIS, Juliana; FELIX, Gil (Org.). Superexploração do trabalho no século XXI: debates contemporâneos. Bauru: Canal 6, 2018. p. 13-40. (Projeto Editorial Praxis).

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. 236 p.